

As causas dos temporais vistas de Setúbal

Cortes nas finanças locais impediram câmaras de agir

- Por que se limita o governo a declarar-se “preocupado”?
- Por que não são declaradas a “calamidade pública”, nem as “circunstâncias excepcionais” que a lei prevê?

As catastróficas inundações de sábado passado são essencialmente da responsabilidade dos sucessivos governos, que têm subtraído às autarquias locais milhões de contos indispensáveis à realização de obras que teriam evitado, em grande parte, a situação que estamos a viver: a acusação vem dos presidentes das câmaras municipais do distrito de Setúbal e consta de um comunicado hoje tornado público. Segundo aqueles autarcas, o que aconteceu foi uma «autêntica calamidade pública e como tal tem de ser tratada». Com

esta afirmação pretendem dizer que o governo tem de assumir as suas responsabilidades de acordo com a Lei das Finanças Locais, e outra legislação, que obriga à atribuição às autarquias afectadas de verbas e outros meios para fazer face à situação criada pelo temporal. O comunicado esclarece que a intervenção governamental é obrigatória por lei não apenas em caso de «calamidade pública», mas também face a «circunstâncias excepcionais». Até esta manhã o governo tem-se limitado a produzir numerosas declarações de inten-

ção, sem contudo tomar quaisquer medidas concretas no respeitante ao apoio ao esforço de recuperação que as câmaras e as populações estão a desenvolver. Entretanto fontes governamentais prometeram, mais uma vez, para hoje, a decisão do Conselho de Ministros sobre linhas de crédito a conceder às vítimas das inundações e sobre dotações extraordinárias às autarquias atingidas.

Págs. 9, 10, 11 e 24



Na foto: um soldado sírio, ferido na cabeça, é feito prisioneiro em Trípoli por «lealistas» fiéis a Arafat

Troca de prisioneiros entre Israel e a OLP

Seis soldados judeus por 4300 palestinos

Seiscentos prisioneiros palestinos que se encontravam no campo de Inzar, no Sul do Líbano, chegaram hoje a Argel, transportados por três aviões franceses. A libertação destes presos insere-se numa troca de detidos entre Israel e a Organização de Libertação da Palestina, que hoje teve o seu

início e durante a qual seis soldados israelitas, em poder da OLP, serão trocados por cerca de 4300 palestinos. Entretanto, o governo libanês pediu ontem a todas as Forças Armadas palestinas que saiam de Trípoli e do Líbano, ao mesmo tempo que decidiu cortar as suas relações diplomáticas com o

Irão e «congelá-las» com a Líbia. Enquanto isso, Ahmed Jibril, um dos mais ferozes adversários de Arafat, afirmou ontem que a trégua registada desde segunda-feira em Trípoli, terminará no sábado, com a entrada na cidade dos dissidentes. Esta ameaça é feita na mesma altura em que, em Da-

masco a Síria e a Arábia Saudita elaboraram um projecto de acordo que prevê a saída dos combatentes palestinos de Trípoli. Acordo que continua a ser alvo de afirmações contraditórias quanto à posição de Arafat face a ele.

Págs. centrais

Ocidentais consideram injustificada a ruptura soviética em Genebra

As capitais ocidentais reagiram ontem à ruptura unilateral das negociações de Genebra sobre os «euromísseis», por parte da União Soviética, considerando essa atitude «injustificada». Nos EUA, declara-se que a ruptura, embora esperada, é lamentável e decepcionante, acrescentando-se, porém, que a URSS será levada, mais cedo ou mais tarde, a retomar o seu lugar na mesa das negociações.

Págs. centrais

Hoje

LER & ESCREVER

Stendhal



APENAS se por Merit Stendhal nos dá a garantia sobre o seu breve texto foi a-se H.B. e oferece Henri Beyle. Eis com grinal de todas as com nha um odio furioso em toda a sua vida: os maus dos maus, sua vida foi dominada que não fosse brutal. «Eu nunca o vi ou julgando-se apri

Mas Prosper Mérimé, o verdadeiro dera que a existência nenhuma ingratid zer a felicidade veres. Quando n e de ceder aos i imperativo categ a gozemos com a lição do caro t ele — senão e

A sua ambic um dos nossos paromônios de Stendhal

A crise e o consumo

Nelson Ribeiro

— Se eu for à rua e comprar 1 kg de bacalhau estarei contribuindo para o agravamento da crise? A um indivíduo qualquer esta poderia parecer uma pergunta destituída de sentido. Haverá, por acaso qualquer relação entre o raro e caro bacalhau e a crise? Ou haverá crise do bacalhau (por ser raro e faltar ou por ser caro e sobrar)? Dentre as várias crises que andam por aí não é, porém, a do bacalhau que nos interessa. Queremos tratar de outra muito mais importante, a crise económica. Se assim é, como é que entrou em nossa estória a compra do bacalhau?

É exactamente isto que vemos nas linhas que se seguem.

Actualmente, os aspectos económicos ocupam uma posição cada vez mais destacada no quadro da política geral de um Governo. Esta tendência que se observava já nos anos 30, intensificou-se principalmente a partir dos anos 50. Não é por acaso que os economistas têm vindo a ocupar posições de destaque no panorama mundial.

A economia não é, porém, como a física ou a biologia, que são matérias que interessam sobretudo a grupos especializados. A economia interessa a todos pois tem a ver com o «pão nosso de cada dia». No entanto, os economistas, não têm primado pela clareza da linguagem, que utilizam. Em vez de tornarem acessível aos milhões de interessados, os segredos da sua ciência, criaram uma linguagem própria, codificada, incompreensível, o **economês**, que serve para demonstrar tudo e permite organizar discursos que, tanto se prestam para a inauguração de uma importante obra pública, como para a festa de aniversário da tia Matilde.

Armadas com esta linguagem, as assessorias económicas dos governos têm dado grandes, lições de como tornar incompreensível, para os leigos, a fundamentação das medidas que adoptam.

Na sua incómoda e difícil tarefa de gerir a crise, o actual Governo não vem fugindo à regra geral. Apesar disso, por mais complexos que sejam os argumentos e por melhor que seja o **economês** utilizado, nada pode esconder as três linhas fundamentais em que se tem baseado a sua política: controlo do défice orçamental, combate ao défice da balança comercial, contenção da inflação.

Se bem que a acção em cada uma destas frentes tenha consequências sobre as outras, por questões de clareza da argumentação desenvolveremos cada uma delas separadamente.

O défice orçamental

O défice orçamental é considerado um dos grandes responsáveis pela situação em que se

encontra o país e o Governo ataca-o de frente, estando já, orgulhosamente só, a vangloriar-se dos avanços neste terreno. O combate tem-se desenvolvido nas duas direcções possíveis: aumento das receitas e redução das despesas.

Com o objectivo de aumentar as receitas, o Governo recorre aos novos impostos e taxas, o que tem dado muito que falar a gregos e gemer a alentejanos. Veja-se, por exemplo, a bronca dos empresários do turismo e toda a movimentação feita pelos sindicatos. Dentro das várias consequências que provoca, interessa-nos destacar que estas medidas ao desviar em recursos das mãos de empregados e patrões, para os cofres do Estado estão efectivamente contribuindo para reduzir a **procura** e consequentemente o **consumo**.

Para reduzir os gastos, o Governo tem agido em todas as direcções, dispensando pessoal, cortando despesas com materiais, educação e saúde, suspendendo obras em execução, etc. Destacaremos entre os vários efeitos que estas acções provocam, apenas um: a redução da **procura** e do **consumo**.

O défice da balança comercial

O défice da balança comercial tem sido apontado como outra fonte de desequilíbrio para a economia do país. «Não podemos consumir mais do que produzimos» — é o que se ouve por toda a parte. Consta-se que o país está-se endividando e caminhando para o abismo. Já se calcula o montante de dólares que cada português deve ao estrangeiro (e muitos, coitados, bem se esforçam por perceber como são responsáveis por dividas que não contrairam). A solução para este angustiante problema é também buscada em quase todas as direcções: aumentar as exportações e diminuir as importações. A questão é porém um pouco mais complexa no que se refere a uma das vias: o aumento das exportações não depende em grande parte dos esforços nacionais, pois, infelizmente, como já não temos colónias, não podemos obrigá-los outros a nos comprar. Além

disso, se já não bastasse a fraqueza da indústria nacional e o atraso da agricultura, que põem os produtos portugueses em péssima posição na concorrência internacional, em tempos de crise cada país defende como pode o mercado interno da acção dos concorrentes estrangeiros. Veja-se a luta subterrânea que se trava entre os EUA, o Japão e a CEE e dentro da própria CEE, pelo estabelecimento de entraves à importação de mercadorias.

As dificuldades existentes para o aumento das exportações obrigam o Governo a atacar firme a outra componente da balança comercial, as importações. Tem-se procurado agir, corajosamente no sentido de restringir ao máximo as importações quer seja através dos mecanismos cambiais, como a desvalorização do escudo, quer seja através dos aumentos de preços de produtos importados como os combustíveis, quer ainda através de dificuldades legais às importações. Também verificamos que neste caso como nos anteriores uma das consequências principais desta política é a tentativa de redução da **procura** e portanto do **consumo**.

A inflação

O terceiro vector ao qual nos referimos é o combate à inflação. Segundo a ética dos técnicos do Governo, as medidas anteriormente citadas têm todos efeitos anti-inflacionários por efectivamente restringirem o consumo. É claro que por trás da política económica está a concepção teórica de que a inflação é causada pelo excesso de procura. É aquele velho e primário raciocínio de que se a procura aumenta, mantendo-se o volume da oferta os preços sobem. Estão a inspirá-lo as tão conhecidas curvas que se encontram em todos os manuais de economia e que, para infelicidade nossa, já passaram a ser decoradas desde os bancos do liceu.

A luta contra a inflação desenvolve-se porém, em outros campos. Em relação aos salários, são impostas reduções e são feitos esforços para impedir os aumentos. Utiliza-se para isto todo

o tipo de argumento, desde os dramáticos apelos ao patriotismo dos portugueses até às medidas coercivas prescritas por leis e decretos, ou sugeridas por uma dissuasória intimidação policial. Age-se como se os assalariados fossem os culpados pela alta dos preços. A concepção subjacente a estas acções é a de que a inflação é causada pelo aumento dos custos. O curioso é que, no caso presente, custo se torna sinónimo de «custo em salário». A acção sobre os salários tem evidentemente o efeito de reduzir a **procura** e o **consumo**.

No que se refere ao crédito, adoptam-se medidas restritivas e elevam-se as taxas de juros.

Quanto aos investimentos, o Governo reduz a parcela de sua responsabilidade directa (Governo e empresas públicas), por um lado, e por outro desestimula a parte correspondente aos empresários privados com a utilização das medidas atrás referidas. Não é preciso um grande esforço para concluir que toda esta acção anti-inflacionária tem como consequência a redução da **procura** e do **consumo**.

Sem querer entrar em mais detalhes sobre estes assuntos, o que nos levaria muito além dos limites deste artigo, cremos ser legítimo extrair uma conclusão lógica: as medidas de política económica adoptadas pelo governo tem por objectivo central reduzir a procura e o consumo.

Ora, todos sabemos que uma política de restrição do consumo é desgastante para qualquer governo pelas consequências sociais que ela provoca. Não é por outra razão que a tranquilidade social se torna cada vez mais visível. Como acreditamos na boa-fé, nas boas intenções e na seriedade dos homens que compõem a equipa muito económica do Governo somos forçados a crer que estas antipáticas medidas só são tomadas por se acreditar não haver nenhum outro recurso possível. Aliás, o próprio Primeiro-Ministro o tem dito em várias ocasiões e mais recentemente o disse na Assembleia da República aquando da interpegação que teve de enfrentar.

Não temos portanto nenhuma outra hipótese senão aceitar a seguinte lógica que inspira ac-

tualmente as acções económicas do Governo actual: «Para o bem da Nação, para conter a crise, para salvar o País, para recuperar a economia, é preciso atacar a causa fundamental das dificuldades económicas actuais: o **excesso de procura**, o **excesso de consumo**. Qualquer que seja a explicação que se venha a dar, qualquer que seja o instrumento analítico que venha a ser apresentado não há como fugir a esta conclusão: é preciso consumir menos, é preciso gastar menos, importar menos. É preciso comprar menos produtos, menos automóveis, electrodomésticos, roupas, alimentos, etc. E é aqui que entra na nossa estória, o bacalhau, e quem diz bacalhau diz um produto qualquer.

Será justa esta política? Estará o povo português comendo demais, gastando demais?

Não vamos dar respostas a estas perguntas agora. Preferimos deixá-las para reflexão dos leitores, dando-lhes a oportunidade de consultarem e... melhor ainda, o estômago.

No entanto, esta política de contenção do consumo em tempo de crise deixa-nos com aquela estranha sensação de que «já vi este filme em algum lado». Ela lembra-nos acontecimentos passados, ocorridos na década de 30, durante a grande crise que abalou a economia mundial. Naquela ocasião, em pleno desespero, travava-se um intenso debate entre os economistas em busca das causas e das soluções para a catástrofe. A teoria económica posta em prática pelas autoridades dos E.U.A. e Inglaterra defendia a redução dos salários e das despesas públicas. Impunham soluções de austeridade e de restrição ao consumo.

Contra tais medidas combatia um grupo de economistas liderados por J. M. Keynes.

A conhecida economista inglesa Joan Robinson, numa conferência que proferiu em 1971 em New Orleans (*), lembra-nos estes intensos debates ocorridos nos primeiros anos da década de 30:

«Enquanto se desenvolvia a controvérsia sobre as obras públicas, o professor Robbins mandou buscar a Viena um membro da escola austríaca, como uma atracção neutralizadora de Keynes. Lembro-me muito bem da visita de Hayek a Cambridge, a caminho da London School. Ele expôs a sua te-

Continua na pág. 19



A. Flores de Andrade

Livre de canto

PARA além, claro, das enxurradas catastróficas que devastaram a Grande Lisboa, dois factos me impressionaram significativamente esta semana. Um foi a fotografia de Mário Soares nos corredores do Palácio de S. Bento, cruzando-se com um balde e três copos de plástico, que aparavam humildemente a água que pingava de outras tantas fendas no tecto. Outro foi a notícia da exoneração de Garcia dos Santos.

Aparentemente desgastados, talvez tenham no fundo algo em comum, ou será apenas, sei lá, o meu desejo de fazê-los convergir no ponto crítico da nossa crise cultural.

Já me acontecera ver em África, então ao vivo, um palácio estatal, em dia de chuva e de cerimónia oficial, com alguns baldes espalhados por salas e corredores, exercendo a mesma piedosa função de recolher as lágrimas de uma sofrível conservação. Terceiro-mundista impenitente, nem assim consegui furtar-me a um pecado de orgulho bom, no meu país, enfim, não se deixaria degradar assim uma residência oficial, sede de uma instituição nacional. Enganei-me, deixa-se sim senhor.

A exoneração de Garcia dos Santos não me impressiona tanto. Julgo mesmo que após a longa novela que a precedeu, o que menos interessava a toda a gente, era precisamente se o general se mantinha ou não em funções. O que continua a impressionar é a levandade com que continuam a criar-se factos políticos largamente desprovidos do conteúdo, totalmente carecidos de interesse nacional, só para se prosseguirem objectivos às mais das vezes pessoais.

Na verdade, era realmente importante para o país que o CEME não fosse Garcia dos Santos? Era mesmo importante para o governo PS/PSD, a não ser que tudo o que vem de Abril lhe cause alergia, que Garcia dos Santos fosse exonerado? Admitindo, por hipótese, que era, se fosse mesmo, a exoneração que estivesse em causa — e sabendo que ela passaria sempre pela aprovação do Presidente da República — não se teria acordado a mesma com Eanes, em vez de anunciá-la publicamente sem o consultar? As respostas são muito simples e a conclusão ainda mais, o que se pretendia era, uma vez mais, a confrontação com Eanes, colocá-lo em cheque, qualquer que fosse a sua decisão. Conseguiu-se, sem dúvida, o objectivo. Mas no fundo o que se vai obtendo é o descrédito das instituições nacionais, tal como quando se permite que o palácio que alberga o Parlamento e o primeiro-ministro meta água pelo tecto.

Não sendo fascismo esta indiferença pela sorte das instituições democráticas, não estaremos perante uma grande crise cultural, com graves reflexos na classe dirigente?

Que responda quem souber, já que a crise começa a atingir-me também.

tem a palavra o leitor

A propósito de uma carta sobre prevenção do tabagismo

Resposta do Instituto Superior de Economia

Foi com grande surpresa que li neste jornal, edição de 22/11/83, na secção **tem a palavra o leitor**, uma carta de um senhor que se diz pai de um aluno do Instituto Superior de Economia, contendo várias afirmações graves, de que não há qualquer prova conhecida e que se me afiguram altamente caluniosas para esta Escola, onde a disciplina e o estímulo ao trabalho são uma realidade, apesar de dificuldades em matéria de instalações e finanças.

Não teve, certamente, esse jornal oportunidade de averiguar acerca da falta de fundamento das acusações a que se refere a referida carta, mas, evidentemente, a Escola está aberta a receber os vossos jornalistas, nomeadamente para observarem in loco a degradação de instalações devido a infiltrações de águas pelos telhados (problema há muito exposto ao Governo e para cuja solução não foram atribuídas verbas), bem como toma-

rem conhecimento de outras dificuldades, também relacionadas com problemas orçamentais. Encontrarão, apesar disso, ambiente de estudo e disciplina. Enfim, tomarão conhecimento de muitos aspectos positivos da vida escolar do Instituto Superior de Economia, se quiserem fazer tal trabalho jornalístico, e concluirão que os problemas da Escola nada têm a ver com o que se diz na referida carta, da autoria do sr. Jorge Ribeiro.

Logo que foi publicado o decreto-lei que proíbe fumar nas salas de aula, o Conselho Directivo do ISE deliberou difundir um comunicado junto dos docentes alertando para o conteúdo daquele texto legal, o que, de facto, veio a fazer no início do ano lectivo. Já depois desta deliberação recebeu aquele Conselho uma carta não assinada, de conteúdo semelhante à que agora se publicou no vosso jornal. Feitas averiguações e tendo sido contactada a Polícia Judiciária, que

enviou agentes ao ISE, nada se provou no que respeita ao alegado consumo de droga nas instalações da Escola. Por outro lado, ninguém contactou o Conselho Directivo para apresentar pessoalmente queixa de factos tão graves como os referidos na tal carta, o que não deixa de ser estranho.

Finalmente, na carta publicada, é envolvido o nome do sr. professor Bento Murteira. Contactado este colega e posto ao corrente do que ali se diz, fui informado que as suas aulas têm corrido muito bem, que ele não saiu mal disposto de nenhuma aula e que nem viu que se fumasse na sala, considerando caluniosas as afirmações publicadas.

Admito que a intenção do sr. Jorge Ribeiro não tenha sido a de caluniar o Instituto Superior de Economia embora, infelizmente, o texto da sua carta não possa ter outra leitura, sobretudo por quem conhece a Escola

(onde há muitos leitores do «Diário de Lisboa» que se terão sentido indignados). Talvez o sr. Jorge Ribeiro esteja mal informado, uma vez que não conhece pessoalmente a Escola (diz, sim, que tem um filho que é lá aluno).

O Conselho Directivo do ISE continua empenhado na luta contra o tabagismo na Escola, apesar da falta de meios. Por exemplo, não dispõe de verbas para mandar imprimir os cartazes «Não fumadores» previstos pelo decreto-lei já referido, que deveriam ser afixados em cada uma das salas de aula. Contactados os serviços governamentais, que de tal tarefa se deviam incumbir, a nível nacional, não foi recebido qualquer apoio. Apesar disso, os resultados já conseguidos, apenas com os meios próprios, são muito positivos, na nossa Escola.

Há mecanismos legais, previstos no mesmo decreto-lei, que penalizam os infractores directos, bem como os indirectos (por

exemplo os docentes que permitem que se fume nas aulas). Até hoje, tanto quanto sabe o Conselho Directivo, nenhuma dessas acções foi desencadeada em relação a alunos e docentes do ISE. E era, aliás, o que deveria ter feito o filho do sr. Jorge Ribeiro, a ser verdade o que o pai diz acerca do tabagismo.

Apesar de tudo isto, estou, naturalmente, disposto a receber o filho do sr. Jorge Ribeiro, a ouvir os seus problemas e a fazer tudo o que está ao meu alcance para ajudar a resolvê-los. Aliás, eu próprio tomara a iniciativa de o procurar, se soubesse quem é a pessoa e como contactá-la.

O presidente do Conselho Directivo

Prof. dr. José Martins Barata

política de A a Z

Política de austeridade e política de mediocridade

DISTANTE e sereno, distante e frio, o ministro Ernâni Lopes, perante os milhões de telespectadores, reafirma a necessidade, a inevitabilidade, da sua «política de austeridade» e afirma — quem o não notou? — a sua «vontade-de-poder».

No Governo PS-PSD, por enquanto, essa «vontade-de-poder» tem feito vergar objectores e tem-se imposto a quantos, com argumentos que não são desprezíveis, pretendem conciliar a «austeridade» (necessária) com o «desenvolvimento» (indispensável). E, ao que parece, a personalidade de Ernâni Lopes, com o estatuto de «independente» que tem procurado manter, começa a ser encarada como susceptível de desempenhar um papel no equilíbrio futuro da «coligação» sob condição da «coligação PS-PSD» ter futuro governamental e político, isto é: como fórmula governativa e como entendimento partidário.

O que por aí se avança com alguma discrição, é que no caso de Mário Soares disputar as «eleições presidenciais», e sob condição da «coligação PS-PSD» perdurar, o lugar de Primeiro-Ministro poderia ser exercido por Ernâni Lopes. A solução, que promoveria a coordenador político o perito financeiro, tem má tradição, mas afigura-se viável dadas certas objecções que um Almeida Santos levanta (mesmo em círculos próximos de Mário Soares) e verificada a inadequação de Mota Pinto para tais funções. Além de que — é preciso não o esquecer — a base socialista e os quadros dirigentes socialistas — aceitarão mal que fosse o PSD a beneficiar do vazio criado por uma candidatura de Mário Soares à Presidência da República.

Do que acabamos de alegar, o leitor poderá concluir que é necessário prestar atenção, tanto à «carreira política» do financista Ernâni Lopes, como às contestações e às críticas que se esboçam, ou começam já a ser apresentadas com suficiente clareza, à «política de austeridade». Contestações e críticas que tomam, algumas vezes, a forma de um discurso que não afronta directamente as teses de Ernâni Lopes, mas que as envolve e ultrapassa. Exemplo típico de uma tal tática de envolvimento e de excedência, é o discurso político-tecnocrático do ministro Veiga Simão.

Consideramos que não será avisado, politicamente, amarrar o nome do professor Veiga Simão a um tempo e a uma política, e não prestarmos atenção às posições que vem defendendo. Se nem sempre estamos de acordo com ele, se a sua posição em matéria de política energética suscita reacções críticas — algumas expressas com grande vivacidade — o que nos parece incontestável é Veiga Simão, homem de educação científica num Governo de juristas e de literas, falar uma linguagem que reflecte a problemática do nosso tempo, atenta às reais carências nacionais, à necessidade de uma inadiável modernização, preocupada com um propósito de racionalização e de desenvolvimento que terá de passar dos papéis e das orações brilhantes ao terreno da realização. E, politicamente, não é razoável que, independentemente da exigência democrática e da crítica, não sejamos capazes de distinguir do palavreado tosco ou pretensioso dos governantes, este discurso que fala de progresso (material), de inovação (tecnológica), de esperança (social).

O titular da pasta da Indústria e da Energia do Governo PS-PSD promete um documento — lá para Abril de 1984 — que versará: «A Política Industrial Portuguesa para a Próxima Década». Não nos adiantaremos à atempada apreciação e discussão desse documento. Fixemos apenas alguns temas de um discurso político que é diferente e que,

circunstancialmente, assume uma orientação oposta ao fixismo financista.

Com efeito, a «política de austeridade» é um meio, e não um fim. O ministro Veiga Simão não hesita em proclamar: «A austeridade é a época ideal para as reformas profundas. Não podemos desbaratar os poucos meios de que dispomos, continuando uma política de manutenção de estruturas decadentes, sem salvação possível.» (Entrevista ao «Diário de Notícias», 18/11/1983). E completa, seguidamente, o seu pensamento: «Não realizar, agora e já, devidamente calendarizadas no tempo, as reformas estruturais do sistema produtivo, seria a negação pura e simples da social-democracia e do socialismo democrático...Pior ainda. Seria enganar o povo português, pois só considero legítimo pedir-lhe sacrifícios apontando clara e limpidamente os caminhos da reconstrução do País.»

Estamos, nós, portugueses confrontados com uma grave crise nacional que não pode ser vencida com uma operação de equilíbrio de contas. A situação de crise económico-financeira implica uma situação de crise nacional. «O desafio de hoje é quase de sobrevivência...», mas não apenas de sobrevivência económica. É um «desafio» que exige, como resposta, uma política que seja de «afirmação de personalidade como nação livre e independente». O desenvolvimento industrial não poderá «ignorar esse enorme desafio que é a agricultura». Esta, «pelas circunstâncias de todos conhecidos, demorará mais tempo a responder, até porque tem problemas estruturais mais profundos e delicados.»

Neste discurso diferente apercebemo-nos, aqui e além, de uma mal disfarçada contestação da «austeridade» paralisante. Adivinha-se a contradição de fundo e não apenas de forma, em relação a uma política que suspende o desenvolvimento e adia as reformas estruturais. Na indústria trabalha 26 por cento da população activa; a indústria cria, anualmente, 39 por cento do PIB; a indústria dá lugar a 43 por cento das obras, construções e aquisições de equipamentos (FBCF); no total das exportações, a parte da indústria atinge 85 por cento. A frente principal da modernização e do desenvolvimento é, com as escolas e os institutos de investigação, a indústria.

O ministro Veiga Simão, e não esqueçamos que é ministro deste Governo e que este Governo PS-PSD está empenhado na «política de austeridade» e enredado em solicitações «restauracionistas», afirma contrariamente ao que outros governantes defendem: «Eu penso que as pessoas que dizem que não é a oportunidade para fazermos as mudanças que não é a oportunidade para realizar as reformas, devido ao período conjuntural de emergência em que vivemos e devido à crise, são pessoas sem esperança. Habitaram-se à mediocridade e têm medo do futuro. Pelo contrário, a minha posição é a de que é nos períodos de austeridade que a sociedade está mais apta a reiniciar as modificações profundas e a enfrentar com coragem os desafios da reconstrução do País. Em resumo, eu diria que o período de austeridade é o período para o lançamento das grandes reformas.»

Os que confundem «austeridade» com «mediocridade», os que têm «medo do futuro» porque são de sua natureza timoratos ou porque sonham com a «restauração», não podem deixar de se sentirem surpreendidos e chocados com este discurso político, no qual a tónica tecnocrática não abafa outros apelos: o da modernização, o da racionalização, o do desenvolvimento.

A crise portuguesa não será resolvida pela Europa, essa «prioridade das prioridades», nem pelos Estados Unidos, essa «alternativa» imaginária; terá de ser resolvida pelo trabalho português, pela inteligência e esforço criador dos portugueses.

A questão do vinho do Porto

Projectada pressão estrangeira sobre o Governo português

Luís de Carvalho e Oliveira

AS pessoas minimamente conhecedoras da cultura das vinhas para produção do Vinho do Porto têm atribuído a qualidade deste vinho à natureza do solo, à inclinação do terreno, exposição e à sua composição cascalheira. Não é para criar beleza panorâmica nem para prazer de turistas que as vinhas do Douro têm sido historicamente implantadas nas vertentes em terras feitas pelo arroteamento do xisto, geralmente rochoso. É que se reconheceu que a qualidade do Vinho do Porto provinha essencialmente destes atributos do solo. Assim, veio a dar-se a cada uma das vinhas da região uma pontuação na qual esses factores tinham o maior relevo.

Como é evidente, a mecaniza-

ção é difícil em terrenos de encosta e o arroteamento é caro quando tenha de ser feito em rocha. E a produção é muito menor nestes terrenos do que em terrenos fundos. Mas, a baixa produção é compensada pela qualidade.

As empresas estrangeiras, que confinavam a sua actividade à exportação, de há muito pretendem (e têm conseguido) abarcar parte importante da produção, ficando assim implantadas em dois sectores económicos do Vinho do Porto, com tendência para um exclusivo que naturalmente pretendiam. A Portaria 685/82, conquanto começando por dizer que é necessário defender a qualidade do Vinho do Porto, mais não fez do que canalizar os interesses da

sua produção para os instalados ou a instalar em certos locais com abandono de muitos dos referidos factores relativos ao terreno, só muito ligeiramente referindo alguns.

Sabido é, pelo menos pela Imprensa, que multinacionais exportadoras de Vinho do Porto se lançaram na plantação ilegal de vinhas na região do Douro e tal plantação não foi feita sequer de harmonia com os cânones tradicionais e tecnicamente aprovados para defesa da qualidade. Com desprezo por tudo isso quanto estava — está ainda — na raiz da técnica da boa qualidade do Vinho do Porto, tais empresas lançaram-se no plantio de vales que mais próprios são para culturas anuais e, com regadio, até hortícolas.

Como é evidente, logo se começou a pôr em dúvida a quali-

dade do vinho que nessas terras pudesse ser produzido, embora ninguém tivesse dúvidas sobre a maior produtividade.

A celeuma foi volumosa e houve mesmo quem admitisse a hipótese de distúrbios pelas populações que vivem da cultura da vinha para produção do Vinho do Porto, já que por um lado sempre se sentiram limitadas pela lei do plantio e, por outro, pelos condicionamentos relativos ao terreno, além de outros.

A Portaria 685 parece ter vindo premiar aqueles que abandonaram ou se propõem abandonar as regras indispensáveis, no que respeita aos terrenos, para produção do Vinho do Porto de qualidade.

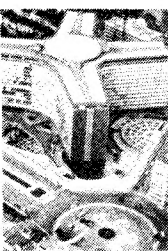
O assunto tem-se mantido em suspenso, mas surgiu recentemente uma notícia na Imprensa

Continua na pág. 4

ponto a ponto



A delegação regional de Lisboa da Associação de Planeamento Familiar insurgiu-se, segundo um comunicado, contra o adiamento da discussão da **questão do aborto na Assembleia da República**. «Tal facto só demonstra a demissão por parte do poder político face a um problema fundamental para as mulheres portuguesas» — afirma o documento daquela associação.



A adesão de Portugal à CEE e o seu papel nas relações da África com a Europa, foram os temas do encontro do Presidente da República com o Grupo Liberal do Parlamento Europeu.

Na audiência, os parlamentares europeus manifestaram a sua posição face à entrada de Portugal no Mercado Comum, comprometendo-se a desenvolver esforços para acelerar o processo de adesão. Consideraram que 1986 é uma data aceitável para a concretização da integração portuguesa na CEE.

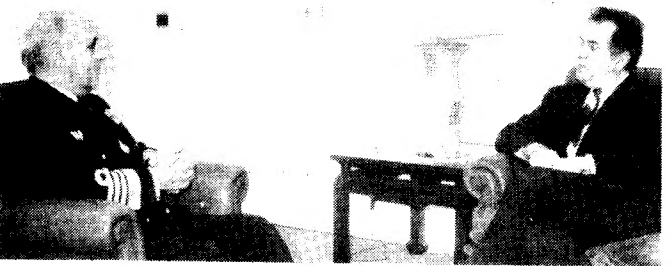
O embaixador de Cuba em Portugal, sr. Carlos Lechuga Hevia, e esposa, ofereceram ontem na residência uma recepção de despedida; por motivo da cessação de funções diplomáticas no nosso país. Na recepção estiveram presentes numerosas personalidades portuguesas, civis e militares, representativas das diversas esferas da vida portuguesa. Presentes também muitos elementos do corpo diplomático acreditado em Lisboa.

Oitavo aniversário da ocupação de Timor-Leste pela Indonésia será recordado em 7 de Dezembro em Lisboa com um concerto intitulado «Que Viva o Povo Maubere» — anunciaram os organizadores.

O concerto, promovido pela Comissão de Defesa dos Direitos do Povo Maubere, realizar-se-á no Pavilhão dos Desportos, e terá a participação de Vitorino e o Bando da Palmície, o Grupo Vai de Roda, o espanhol Emilio Cano e o Grupo Bolívia Manta, entre outros.



O secretário-geral do PS, Mário Soares e o responsável pelas relações internacionais, Rui Mateus, participam na reunião do «Bureau» da Internacional Socialista, que decorrerá em Bruxelas, hoje e amanhã. Dos temas a abordar nesta reunião destacam-se: desarmamento e controlo de armas, situação na América Central e Cone Sul, economia mundial e situação no Médio Oriente.



O chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Sousa Leitão, recebeu, em visita de cumprimentos, o novo embaixador da Polónia em Lisboa, Boguslaw Zakrzewski.

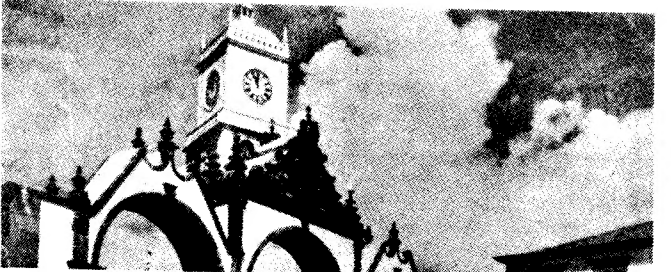


A Presidência da República confirmou que o presidente do Zaire, **Mobutu Sese Seko**, visita oficialmente Portugal no mês de Dezembro.

No entanto, a data da chegada daquele chefe de Estado africano ainda não foi anunciada.

Posteriormente, durante o primeiro trimestre de 1984, será a vez de vir a Portugal o presidente da Guiné-Bissau, João Bernardo Vieira.

UMA delegação parlamentar portuguesa, chefiada pelo presidente da AR, Tito de Morais, desloca-se a França entre 28 deste mês e o próximo dia 4 de Dezembro, a convite do Grupo de Amizade França-Portugal do Senado francês. Da delegação fazem ainda parte Luís Saias e Luís Cacito (PS), José Vitorino e Silva Domingos (PSD), Silva Graça (PCP) e Bogueira Brito (CDS).



Os deputados açorianos do PSD e PS apresentaram à Assembleia da República uma proposta de aditamento à Lei do Orçamento do Estado para 1984 — foi anunciado em **Ponta Delgada**.

Os parlamentares dos Açores, três sociais-democratas e dois socialistas, pretendem um reforço de 500 milhões de escudos para a reconstrução nas ilhas afectadas pelo sismo de 1 de Janeiro de 1980.

A proposta de aditamento prevê também a transferência para o Orçamento dos Açores das verbas correspondentes às obrigações de Estado derivadas da insularidade.

«Rio Triste» e não «Rio Tinto», como em consequência de uma gralha saiu ontem nesta mesma secção, é o título do romance de Fernando Namora ao qual foi atribuído o «Prémio D. Dinis».

!Após uma visita de quatro dias

Presidente da Islândia deixou hoje Lisboa

A presidente da República da Islândia regressou ao fim da manhã de hoje ao seu país, depois de ter efectuado uma visita oficial de quatro dias a Portugal.

No termo da sua estadia em Lisboa, a senhora Vidgis Finnbogodattir deu uma conferência de imprensa, durante a qual acentuou a importância das relações culturais entre os dois países e falou da procura turística dos islandeses pelo sol e hospitalidade de Portugal.

A reunião com os jornalistas decorreu ontem, ao fim da tarde, no Palácio Nacional de Queluz, onde o ministro islandês dos Negócios Estrangeiros afirmou que os fornecimentos de bacalhau a Portugal, permitem garantir mão-de-obra nos dois países, pois são também os trabalhadores portugueses que procedem à sua cura.

O chefe da diplomacia da Islândia revelou que durante a visita de Estado da senhora V. Finnbogodattir, foram abordadas questões que se prendem com a corrida aos armamentos e contenção nuclear. Disse que entre Lisboa e Reiquiavique existe um ponto comum: «Em nenhum dos países serão instalados mísseis nucleares.»

A presidente islandesa mostrou-se, por seu turno, optimista quanto à intensificação da cooperação entre os dois países, a vários níveis, e acentuou os esforços comuns para se reduzir o desequilíbrio das trocas comerciais entre Portugal e Islândia, francamente favoráveis a Reiquiavique.

Último dia

No último dia da sua visita a Portugal, a senhora Vidgis Finnbogodattir deslocou-se à Assembleia da República, almoçou com o Primeiro-Ministro no Palácio de Sintra e foi conhecer a Fundação Calouste Gulbenkian.

Em S. Bento, a presidente da Islândia afirmou perante os deputados que a receberam, que «há bem mais preciosos neste mundo incerto do que viver-se numa República democrática». Depois, felicitou os portugueses e os islandeses por «terem essa sorte».

Na sua curta intervenção, V. Finnbogodattir considerou ser a democracia «um valor supremo que dá a todos a liberdade de

pensar e o direito de intervir no funcionamento da sociedade».

A chefe do Estado islandês, que foi recebida pelo vice-presidente da AR, José Luís Nunes, em representação de Tito de Morais, ausente por doença, recordou que o Parlamento do seu país é o mais antigo do mundo, com mais de mil anos. Lembrou também que os seus antepassados nunca escolhiam um chefe pelo seu poder, mas sim pela sua inteligência.

José Luís Nunes falou das «profundas tradições democráticas» da Islândia e apresentou, seguidamente, os deputados presentes. A senhora Vidgis foi depois conduzida numa visita à sala das sessões e à Biblioteca da Assembleia.

No Palácio de Sintra, o Primeiro-Ministro, havia sugerido no decorrer do almoço que ofereceu à presidente islandesa, que Reiquiavique importasse os vinhos portugueses como Portugal importa daquele país atlântico, o bacalhau.

Mário Soares falava na necessidade de o seu Governo procurar um equilíbrio comercial entre os dois países. Sobre a cooperação com a Islândia, nos domínios industrial e energético, o chefe do Executivo disse que nessa área havia «muito a fazer».

Referindo-se à personalidade da senhora V. Finnbogodattir, como mulher de letras, Mário Soares discursou sobre a assinatura do acordo cultural com a Islândia e reconheceu ser ele «um passo importante para o intercâmbio de realizações e para um indispensável conhecimento mútuo».

«Somos dois países aliados, o que nos impõe o dever de tudo fazer para que os nossos povos se possam conhecer melhor e se encontrarem mais», concluiu o Primeiro-Ministro, Mário Soares.

comunicação social

Conselho de Imprensa promove seminário sobre Informação

A Informação audio visual e a concorrência com a imprensa escrita é o tema do seminário que o Conselho de Imprensa promove amanhã e depois na Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.

Enquadrada nos objectivos do Conselho de Imprensa, esta iniciativa pretende levantar e debater questões em torno da concorrência e da complementaridade dos meios escritos e audio visuais da Informação.

Tema pouco discutido em Portugal, mas sempre pre-

sente nas relações entre texto escrito e imagem audio-visual, o mesmo vai ter agora oportunidade de ser debatido em seminário aberto a responsáveis pela Comunicação Social, profissionais do sector, professores e estudantes de Comunicação e todos os interessados em geral.

Para abordarem experiências noutros países, estarão presentes no seminário, a convite do Conselho de Imprensa, o presidente e vice-presidente da Federação In-

ternacional de Editores de Jornais (FIEJ), respectivamente, Frans Vink e Giovanni Giovannini.

Como alteraram os jornais o seu conteúdo editorial, face à competição dos meios audio-visuais e o impacto da concorrência audio visual nas receitas publicitárias da imprensa são temas que os dirigentes da FIEJ vão abordar.

Gestores, chefes de redacção e outros profissionais da Informação portuguesa inscreveram já algumas inter-

venções. Entre outros, apresentam comunicações Afonso Rato, João Soares Louro, José Rebelo, Gouveia de Albuquerque, Pinto Garcia, António Jorge Branco e João Mendes, este último chefe de redacção do «Diário de Lisboa».

O seminário inicia-se às 9 e 30 de sexta-feira, 25 de Novembro, prolongando-se os trabalhos até às 18 horas e 30. Sábado, o encontro encerra com uma sessão de trabalho entre as 9 e 30 e as 13 horas.

Verbas para a ANOP dentro de uma semana

O Governo entregará verbas à ANOP dentro de uma semana — assegurou ontem o deputado socialista Carlos Lage.

Estas verbas, contempladas no Orçamento Suplementar, deverão permitir pagar os salários em atraso aos trabalhadores da Agência e ainda fazer face a algumas despesas imediatas.

Lage disse na Assembleia da República a representantes dos trabalhadores da agência que o

compromisso foi assumido perante ele pelo ministro do Estado Almeida Santos, a quem o Grupo Parlamentar socialista fez sentir a sua preocupação pelo atraso na atribuição das verbas.

A questão foi levantada dia 14 na Assembleia da República quando deputados interpelaram o secretário de Estado do Orçamento, Alípio Dias, durante o debate do Orçamento Suplementar.

Depois de pressionado

pelo Grupo Parlamentar socialista, Alípio Dias afirmou que, se o Governo quiser entregar as verbas indispensáveis para a empresa funcionar até ao final do ano, poderá recorrer ao Orçamento Suplementar.

Após esta declaração, o porta-voz socialista Carlos Lage, frente aos aplausos da sua banca, sublinhou:

«A partir de agora, fica garantido o pagamento dos salários aos trabalhadores da ANOP».

“O diário”: audiência na Boa-Hora

No Tribunal da Boa Hora decorreu ontem mais uma sessão da audiência, que se iniciou em Março, sobre a dívida de Sá Carneiro à Banca.

O juiz do 7.º Juízo Correccional daquele Tribunal encerrou a sessão após a audição de Francisco Veloso e Miguel Tavares, respectivamente presidente do Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa e gestor desta entidade bancária no Porto, e de Ricardo Sá Carneiro, irmão do antigo Primeiro-Ministro e autor da queixa que está na origem do processo.

Na próxima sessão, que ficou marcada para sexta-feira, às 10 e 30, será ouvido Morais Leitão, e no dia 13 José Roquete, ex-director do BESCL, e António Espírito Santo.

No julgamento são arguidos o director de «O diário», Miguel Urbano Rodrigues, o escritor Alexandre Cabral e o jornalista Daniel Ricardo.

Refira-se que nos processos já julgados sobre a dívida Sá Carneiro, «o diário» saiu absolvido.

I Encontro dos Jornalistas Açorianos

O primeiro encontro de jornalistas açorianos, a realizar de 1 a 4 de Dezembro em Ponta Delgada, debaterá cerca de 20 comunicações sobre a ANOP junto da organização.

No encontro, que tem por tema «Jornalismo na insulari-

dade», participam cerca de cem jornalistas dos Açores, Madeira, Continente e Canárias.

Com o objectivo de congregar toda a classe numa mapla discussão dos principais problemas que se depara ao exercício da profissão na insula-

ridade, o encontro é, obviamente, uma iniciativa dos jornalistas da Região.

Paralelamente, decorre uma exposição sobre a Informação nos Açores, onde figurarão jornais e livros de interesses histórico relacionados com o jornalismo.

HOTEL SINTRA-ESTORIL

COMUNICADO

Avisamos todos os nossos estimados clientes, sócios do Health-Club e fornecedores de que, na madrugada de sábado, às 03.46 horas, o nosso Hotel foi atingido pela catástrofe das cheias, rebitando com as portas e arrastando nas águas, móveis, máquinas e ficando toda a área de cozinhas, salas de restaurante, saunas, ginásio, bar, cabeleireiro, lavandarias, etc, com água e lama até 2,30 metros de altura.

Todas as instalações ficaram inoperantes.

Estamos num período de recuperação, iniciado na manhã de sábado por todos os empregados, operários, colaboradores dos escritórios centrais, com a valiosa ajuda dos incansáveis Bombeiros Voluntários de Alcáideche, Cruz Vermelha, Hotel Equador, J. Pimenta e Fricasais. Não nos será possível reabrir imediatamente, pelo que esperamos a maior compreensão de todos para a desgraça que nos atingiu, até ultrapassarmos esta dificuldade que, contamos seja no menor espaço de tempo.

Os prejuízos que rondam a ordem dos cem mil contos, só em pequena parte estão cobertos pelo seguro.

Com a ajuda de todos, esperamos abrir parte da unidade para que o pessoal, amigos e clientes, possam reunir-se no fim do ano, como estava programado.

Voltaremos a fazer novo aviso, dando conta se fomos ou não capazes de recuperar o Hotel, no mais curto espaço de tempo, uma vez que os quartos não foram afectados.

Gratos a todos que nos têm procurado para prestar pessoalmente a sua solidariedade, uma vez que não temos nem telefones, nem telex.

A ADMINISTRAÇÃO
A DIRECÇÃO
O PESSOAL DESTA UNIDADE

A questão do vinho do Porto

Continuação da pág. 3

inglesa que nos põe imediatamente de sobreaviso. É do Financial Times. Os exportadores pretendem do Governo português, e prometem pressioná-lo nesse sentido, autorizações para plantação de novas vinhas em terras planas, usando métodos de cultivo mais rendíveis. Pretenderiam, naturalmente, mecanizar por completo a cultura da vinha, desde a plantação à vindima.

No fundo, é a modernização já prometida, de há tempos, por essas entidades, como se viessem trazer ao Douro o ovo de Colombo. Efectivamente, de há muito que o ovo de Colombo lá está sem necessidade de ser posto de pé por mãos estrangeiras. Já não se faz um arroteamento senão por meios mecânicos e mesmo os cultivos estão mecanizados. Não foi necessário excluir as encostas da cultura da vinha para a produção do

Vinho do Porto, para que os portugueses encontrassem maneira de utilizar a máquina na maior parte delas. Com verdadeiro respeito pelos condicionamentos tradicionais, as vinhas começaram a ser mecanizadas no Douro e, por exemplo, para as culturas anuais, utiliza-se o tractor que faz a lavra de cima para baixo, em lugar de a fazer seguindo as curvas de nível. Não há dúvida de que este processo obriga a um aproveitamento mais reduzido da mecanização, mas, de qualquer maneira, esta está implantada e a produzir os seus efeitos de economia de mão-de-obra, embora com o inevitável desemprego que virá a sentir-se quando tal mecanização atingir maiores proporções.

Não trazem, portanto, as multinacionais novidade nenhuma na cultura da vinha, antes pretendendo que esta passe a fazer-se nos terrenos até agora reprovados para ela, apenas porque a produção será maior em desfavor da qualidade e a

mecanização, sem dúvida, mais aproveitada do que nas encostas.

Mas parece que, embora se fale muito na defesa da qualidade do Vinho do Porto e sob esta capa se procure entregar a sua produção apenas a um número restrito, que é, por coincidência, o das multinacionais e dos grandes produtores, a verdade tem vindo à tona e ela consiste em que o objectivo é fundamentalmente o de maior produção, com um mínimo de despesa, sem respeito pela qualidade, não se tendo até hoje falado noutros factores que para a boa qualidade concorrem, como a genuína agudeza da região do Douro, o uso de uvas da região, etc., etc.

Tudo se vai desvendando, restando-nos apenas saber qual o índice de flexão da espinha dorsal do Governo e em especial do Ministério da Agricultura sob a pressão estrangeira e dos nacionais de dinheiro.

Sobre o "caso Garcia dos Santos"

Eanes concluiu hoje ronda aos partidos

O Presidente da República concluiu hoje de manhã, em Belém, a série de audiências, que concedeu aos dirigentes dos partidos com assento parlamentar, a quem informou sobre questões que se prendem com a exoneração do chefe do Estado-Maior do Exército, general Garcia dos Santos.

A ronda foi completada com a presença do MDP/CDE. A saída da audiência, o dirigente daquele partido, José Manuel Tengerinha, considerou, perante os jornalistas que a decisão de o Go-

verno em ter insistido na exoneração do CEME fora «desestabilizadora e em alguns aspectos irresponsável».

Ontem de manhã, foram recebidos os dirigentes do PCP, CDS, UEDS, e ASDI. Álvaro Cunhal, disse que a Lei da Defesa Nacional fora «concebida no quadro de um golpe contra a democracia». Com este diploma, acrescentou o secretário geral do PCP, havia quem pretendesse a «governamentalização e partidarização das Forças Ar-

madas para as utilizar numa política de destruição de democracia».

Lucas Pires, classificou, por sua vez «positiva» a solução encontrada para a substituição do chefe de Estado-Maior, general Garcia dos Santos. Para o presidente da Comissão Política do CDS, esta solução tem também «aspectos negativos», sobretudo, pela «forma tardia da resolução».

Para Lopes Cardoso, dirigente da UEDS «o Governo deveria ter discutido, previamente,

com o Presidente da República, a questão das chefias militares. O mesmo dirigente político manifestou a sua discordância quanto ao modo como o Governo desencadeou o processo. De qualquer modo, achou positivo o actual acordo sobre a aplicação da lei.

Finalmente, Magalhães Mota, da ASDI, reconheceu que a Lei de Defesa está mal elaborada, «em toso o seu contexto». O futuro (falando sobre as chefias militares) é, no entanto, o que mais interessa.

Em Estrasburgo

Jaime Gama e Manuel Alegre contestam eleições turcas

«Todas as ditaduras organizam eleições, mas não se pode dizer que estas sejam democráticas» — considerou, em Estrasburgo, o ministro dos Negócios Estrangeiros português, ao referir-se ao recente acto eleitoral da Turquia, organizado pela junta militar no poder.

Jaime Gama, que se encontra em Estrasburgo para participar na reunião do comité dos ministros dos Negócios Estrangeiros do Conselho da Europa, intervinha num colóquio em que, além dos seus homólogos, participaram deputados da assembleia parlamentar do Conselho da Europa.

A intervenção do ministro português cingiu-se à situação na Turquia, onde recentemente se efectuaram eleições.

Considerou que «não pode haver dois critérios, dois pesos, duas medidas» na avaliação da

democracia, acrescentando que também não pode entender-se «uma democracia a grande velocidade para uns e outra a pequena velocidade para os países menos desenvolvidos».

Este último conceito apontou-o como «elitista e racista».

Jaime Gama admitiu que nenhum Estado é obrigado a tornar-se democrático e a ser membro do Conselho da Europa, mas adiantou que este organismo «deve funcionar para legitimar as instituições democráticas».

Sobre a Turquia, declarou ainda que o seu Parlamento «não é representativo», e adiantou que uma eleição não pode ser julgada em si mesma, devendo ter-se presentes os seus antecedentes.

O ministro português recordou os elementos que caracterizam as eleições democráticas pluralistas, entre eles o direito sindical,

o direito à informação e a salvaguarda dos direitos do homem.

Alegre

O deputado do PS Manuel Alegre, intervindo, por sua vez, na reunião da Comissão Política do Conselho da Europa, realizada igualmente em Estrasburgo considerou também que os deputados eleitos a 6 de Novembro na Turquia «não são representativos da vontade livremente expressa do povo turco e não podem ter assento na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa».

O resultado das eleições na Turquia e a participação dos deputados eleitos em 6 de Novembro na assembleia do Conselho da Europa foram analisados ontem pela comissão jurídica e pela comissão política desta assembleia, que, já na sua reunião de Setembro, considerou que o Parlamento saído dessas eleições

carecia de representatividade democrática, não podendo, por conseguinte, «constituir uma delegação para participar nos trabalhos» parlamentares do Conselho.

A delegação portuguesa defendeu esta posição, contestada pelos conservadores, nomeadamente os britânicos.

Respondendo a Sire Frederick Bernet, que acusou os portugueses e os espanhóis de albergarem preconceitos antitúrcos, Manuel Alegre afirmou que os portugueses não nutrem preconceitos desse tipo, mas têm, sim, sentimentos antiautoritários e antitotalitários.

«Não aceitamos duas concepções de democracia: uma para os países ricos e outra para os países pobres, uma para os países do Centro e do Norte e outra para os países do Sul da Europa» — sublinhou

Congresso Regional do PS na Madeira

Moção única acusa PSD de irresponsabilidade

FUP condena o 25 de Novembro

«As posições de recuo, de cédência, de compromisso e de reformismo não se tornam «compensadoras», afirma-se num comunicado da FUP sobre o que qualifica como «golpe reaccionário do 25 de Novembro».

Aquela organização considera que com ele (o 25 de Novembro «o grande capital e o imperialismo obtinham uma significativa vitória» perante a «insuficiência demonstrada pelos revolucionários na condução do processo».

O mesmo comunicado acusa o PCP de «de político oportunista de seguidismo e convívio com os golpistas», considerando-o largamente responsável pela política criminosa que a direita no poder hoje conduz contra as massas trabalhadoras».

O secretário-coordenador do PS/Madeira acusa, na sua moção a apresentar no congresso regional, o PSD de ter adoptado uma política de «aventura e irresponsabilidade em vez de rigor e austeridade, avaliando a rentabilidade dos investimentos e a capacidade de endividamento da região».

Jardim Fernandes defende naquele documento a participação isolada dos socialistas nas eleições regionais de 1984 e condiciona qualquer aliança aos resultados eleitorais.

O congresso realiza-se nos dias 3 e 4 de Dezembro, sendo admitida a presença de Mário Soares na sessão de encerramento, tal como a de outros dirigentes nacionais.

A moção de Jardim Fernandes, a única que estará em debate no congresso, é apoiada pelos principais dirigentes regionais do partido.

Relativamente à situação de endividamento em que se encontra a Madeira, Joardim Fernandes considera-a «aflictiva». E acrescenta: «Se o Governo tivesse tido acesso ao empréstimo que desejava e que decorria do orçamento aprovado em 1983 (apenas pelo PSD), ficaria a dever no final do ano 27 milhões de contos, além dos cinco milhões de contos das câmaras (mais de metade da dívida das câmaras em todo o País) e dos dois milhões de contos da empresa de electricidade da Madeira».

No âmbito do relacionamento externo, a moção preconiza uma especial atenção ao desenvolvimento das relações com as Canárias, Venezuela e outros países onde vivem comunidades madeirenses. Jardim Fernandes exige também o conhecimento dos «dossiers» relativos à CEE e à NATO quanto às suas implicações regionais.

Relativamente à autonomia, o secretário coordenador do PS sublinha que ela «não é privilégio, propriedade ou conquista de qualquer grupo ou partido, mas antes um direito das populações que deve ser colectivamente assumido e exercido e não poderá jamais ser negado ou restringido».

PS à espera de encontro...

Comissão Permanente será eleita na próxima semana?

Desconhece-se ainda nos meios socialistas se elementos do ex-Secretariado irão integrar ou não a Comissão Permanente do PS, órgão que continua por eleger passados quase dois meses sobre o V Congresso.

A decisão apontada como definitiva sobre a questão está agora dependente de um encontro previsto para o próximo dia 28 entre Mário Soares e Vítor Cons-

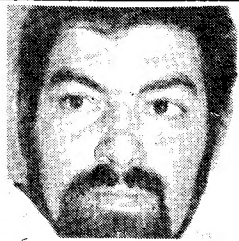
tâncio, ambos ausentes, neste momento, no estrangeiro.

A reunião da Comissão Política socialista em que será eleito aquele órgão executivo deverá realizar-se na próxima semana, mas ainda não está convocada. O seu sucessivo adiamento resulta das frustradas tentativas do sector afecto a Mário Soares em integrar na Comissão Permanente dirigentes do ex-Secretariado. As escusas às

abordagens informais têm-se sucedido, sendo mais significativa a «indisponibilidade» de Vítor Constâncio.

Entretanto a máquina central do Partido Socialista está praticamente paralisada. «Está-se a cair no que aconteceu durante os primeiro e segundo governos do PS» — disse-nos um dirigente socialista desapontado com a situação.

Pedro Cid



No preâmbulo de uma visita

A visita do enviado especial de Samora Machel a Lisboa, onde conferenciou longamente com o Presidente da República portuguesa está certamente relacionada com a próxima visita a Portugal do ministro dos Negócios Estrangeiros da República da África do Sul. A notícia, recolhida em alguns meios diplomáticos da capital portuguesa, tem a confirmação nos círculos políticos, ligados a Belém e ao Palácio das Necessidades

A visita do ministro sul-africano a Lisboa pautar-se-á pela formalidade protocolar e pela urbanidade das atitudes públicas, já que, como é sabido, o nosso País, desde o Presidente da República ao Governo actual, tem, sempre, condenado o regime de Pretória. No entanto, deve salientar-se a importância das negociações que vão decorrer em Lisboa entre o ministro sul-africano e as autoridades portuguesas. E é neste contexto que a deslocação do enviado do presidente Samora Machel deve ser entendida, ainda que, sendo estreito o relacionamento entre os dois presidentes, outros assuntos de natureza bilateral pudessem ter sido tratados.

Ainda ontem, o prof. Mota Pinto, de resto seguindo as declarações que sempre tem feito o Presidente da República (nem tudo podem ser divergências e também temos de estar muito atentos às sintonias...), declarava que Portugal deve ser uma charneira entre a Europa e a África. Na Cidade da Praia, Jaime Gama foi, na semana passada, mais longe e até mais criativo: Propôs a criação de uma comissão tri-continental, que poderá ser entendida, a longo prazo, como um novo bloco na própria geoestratégia mundial. Se o Brasil recuperar dos problemas internos e se tornar, como pode ser, numa das grandes potências da América Latina; se Angola e Moçambique atingirem à estabilidade política e vencerem os agora quase infinitos problemas de desenvolvimento e se tornarem nos países líderes da política africana e se for aproveitadas racionalmente a importância que a vários títulos têm os restantes três pequenos países de expressão portuguesa (Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe), o nosso País, que então poderá estar também nos carris do desenvolvimento e do progresso, será o patriarca desse novo bloco de língua comum, com as vantagens e os deveres recíprocos. Poderá ser tarefa de algumas gerações, ou simplesmente sonho romântico de raízes mal disfarçadas. Em qualquer dos casos, com a sua arrancada da Cidade da Praia, Jaime Gama terá em termos históricos, o privilégio dos pioneiros.

Novas propostas para a solução da Namíbia?

Ninguém duvida hoje em Portugal da sua vocação africana, que agora se acentua mais com o previsível fracasso da integração europeia. Com o que nem todos estão de acordo é o modo como pôr em prática um novo tipo de relacionamento, na base do respeito integral pelas respectivas soberanias, sem complexos de raiz colonial num campo de fraternidade de onde se possam retirar vantagens recíprocas. Em Portugal e ao nível do Estado, entendeu-o, antes de ninguém, o actual Presidente da República, mas deu-lhe sentido prático e dinâmico o dr. Sá Carneiro. Quase se poderia dizer que neste momento o caminho

está desbravado no campo político e se há limitações evidentes no incremento da cooperação tal se deve sobretudo à instabilidade política e à difícil situação que atravessam os governos de Luanda e do Maputo. E voltamos de novo ao ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros: Não seria de estranhar que nas próximas conversações de Lisboa o diálogo possa ser de tal forma importante que ultrapasse os limites do relacionamento bilateral. Não sendo uma grande potência, mas tendo uma experiência invejável em assuntos africanos, Portugal e a sua diplomacia podem continuar a prestar uma colaboração fundamental no debate que visa solucionar os problemas da África Austral. Muito em particular a questão da independência da Namíbia. É nesse sentido que o nosso país pode avançar e reforçar algumas propostas inovadoras, e ao mesmo tempo sensibilizar a governo de Pretória para que cesse as acções violentas que tem levado a cabo nas Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique. Por outras palavras, nos salões das Necessidades, Portugal pode apelar, com argumentos concretos, à África do Sul que deixa de ser, objectivamente, o motor da instabilidade na África Austral e até por essa via o principal responsável da manutenção das forças cubanas em Angola. Poderá tentar-se em Lisboa reexaminar um plano que foi particularmente caro ao Presidente Agostinho Neto — a criação de uma zona tampão na fronteira entre a África do Sul e Angola, comprometendo-se o regime de Pretória a não dar apoio logístico à UNITA. Em contrapartida poderia ser fixada uma data para a independência da Namíbia em função do que seria também acordada a retirada progressiva dos soldados cubanos. Quando às relações que visam o triângulo Moçambique, Portugal e África do Sul também estarão em foco nas conversações com o ministro sul-africano. Assume aqui particular relevo a situação da barragem de Cabora Bassa, onde Portugal tem compromissos vultosos que terá de suportar se não conseguir vender a energia produzida por aquele gigantesco empreendimento.

Não é fácil para um regime democrático receber como hóspede oficial o representante de um Governo que viola os mais elementares direitos do homem. Todavia, o governo de Pretória estará a querer dar algumas instâncias internacionais indícios de que está disposto a reexaminar atentamente toda a situação na África Austral de que é parte integrante. E é por isso que todas as acções de política africana que ultimamente têm sido desencadeadas (em consonância maior ou menor) por Belém e S. Bento, têm uma importância que poderá ser decisiva nas próximas conversações luso-sul-africanas de Lisboa. É o que mais tarde se verá.

54 45 45



centro S.O.S.
voz amiga

Assim vai o ensino superior de cinema em Portugal

A Escola Superior de Cinema (ou Escola Superior de Teatro e Cinema) do Conservatório Nacional — a única onde se ministra aquele ensino a nível superior — tem existência legal mas, na prática, não existe. Concretamente, há um decreto-lei publicado no Diário da República de 1 de Julho passado, da responsabilidade da equipa do antigo ministro da Educação, Fraústo da Silva, que reestrutura o ensino artístico vocacional, fundindo numa única escola superior as antigas escolas de Teatro e de Cinema do Conservatório Nacional.

O mesmo diploma determina a nomeação duma comissão instaladora que teria, como o nome indica, a função de instalar a nova escola.

DOIS dos membros da Comissão Instaladora, Jorge Listopad e José Bugalheiro, foram empossados no passado dia 11, o terceiro elemento, Jorge Silva Melo, não aceitou o cargo.

Nesta altura do ano lectivo, as três dezenas de alunos dos segundo e terceiro anos (o curso tem apenas três anos) do curso superior de Cinema não podem sequer matricular-se porque as matrículas não foram abertas e a secretaria não acrescenta explicações.

Corpo docente também não há pois a maioria esmagadora dos professores da antiga escola tinha contratos anuais que terminaram, desconhecendo-se a competência da comissão instaladora para proceder a novas contratações.

A antiga comissão directiva da escola de Cinema, que coordenava a actividade da escola, foi extinta pelo decreto-lei de reestruturação de 1 de Julho, pelo que o presente ano lectivo não foi minimamente preparado.

Em conferência de imprensa realizada anteontem no Conservatório Nacional, uma comissão de alunos denunciou algumas

das condições em que a anterior escola de Cinema funcionou no ano passado. Criada em 1973 quando o Conservatório Nacional passou a funcionar em regime de instalação, nunca teve outras dotações orçamentais além das iniciais. Resultou daí que a escola possui actualmente três câmaras de 16 mm «obsoletas e totalmente arruinadas e com película (que se encontra esgotada no armazém da escola presentemente), cujos prazos de validade foram, de há muito, ultrapassados.»

No respeitante ao sector de som, vive na expectativa da instalação de «um material muito antigo que foi adquirido a uma empresa discográfica, em segunda mão.»

A iluminação, por seu lado, aguarda «pacatamente a cecidade já apalavrada... de focos que estão armazenados na Tobis Portuguesa e ali sem qualquer utilidade».

Os alunos que seguem a especialidade de montagem dispõem apenas de duas coladeiras, uma pertencente ao professor que no ano passado ministrava a cadeira, e duas mesas de montagem «que não dão vazão a

todas as equipas de trabalho e não são alvo de uma regular manutenção, encontrando-se muitas fora de uso».

O laboratório de fotografia está bem apetrechado mas a sua utilização é limitada e não resolve «o grosso da aprendizagem de uma profissão que tem por base as imagens em movimento». Consideram ainda os alunos que o equipamento de vídeo existente não é, em termos quantitativos e qualitativos, suficiente para um correcto aproveitamento.

Equipamento espera que a conta seja paga

No ano passado, a escola de Cinema não tinha espaço suficiente. Este ano, algumas salas lhe foram destinadas nos «fundos» do edifício, descobertos por alguém que, utilizando uma picareta encontrou aquele espaço. As salas estão, no entanto, vazias (uma já ostenta infiltrações de humidade) porque o mobiliário, já adjudicado a uma firma, ainda não chegou, ao que consta, por falta de pagamento.

O estúdio tem uma tal ressonância que o torna inutilizável para o fim a que se destina.

«Que as aulas começassem tarde, já estamos habituados», comentou ontem a comissão de alunos na conferência de imprensa, referindo que no ano passado as aulas começaram a 28 de Fevereiro porque os alunos se mobilizaram para pressionar o início das aulas nessa data.

O que os preocupa é a inexistência prática da sua escola e as consequências que isso terá na sua formação e futuro profissional. Os alunos da escola de Ci-

nema do Conservatório Nacional não estão ali a passar o tempo como aconteceu noutras escolas (a de Música, por exemplo), onde uma parte da população discente ocupava assim o tempo, à espera que o «numerus clausus» lhes permitisse entrar noutra curso superior da sua opção.

O decreto-lei de reestruturação, incompleto e desequilibrado, é, sucinto no que toca às escolas de Teatro e Cinema em relação às de Música e Dança e omite (porque passará para as escolas superiores de Educação) a escola de Educação pela Arte, criada também em 1973.

As escolas do Conservatório Nacional participaram, pelo menos oficialmente, no projecto de decreto-lei. Mas, segundo ontem a comissão de alunos afirmou, muitos professores da escola de Cinema se manifestaram contra a fusão com a escola de Teatro, cujas aulas começaram a funcionar há três dias.

Como tal aconteceu a comissão de alunos ou não sabe, ou não pode, ou não quis explicar.

Os alunos, que têm reunido periodicamente, decidiram: divulgar publicamente a situação; enviar ao ministro da Educação uma carta em que lhe solicitam uma audiência urgente sobre a situação (já enviada); exigem a imediata abertura de matrículas e revisão do decreto-lei de 1 de Julho passado; exigem também a recuperação do parque de máquinas existente e aquisição de material, alertando para a possibilidade de utilização de outras estruturas (Instituto de Tecnologia Educativa) dependentes do ME, excelentemente equipadas com material audiovisual, como forma de ultrapassar as lacunas do apetrechamento da escola.

Os professores e a nova ordem económica internacional

«O papel dos professores e das suas organizações na criação de uma nova ordem económica internacional» é o tema do encontro internacional que hoje começa, às 11 horas, no Auditório II da Fundação Gulbenkian.

O Presidente da República foi convidado para presidir à sessão de abertura desta iniciativa do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Centrale de l'Enseignement du Québec, Canadá e do Syndicat National des Enseignements de Second Degré, de França.

Participarão nos trabalhos representantes das duas maiores organizações internacionais de ensino, a Federação Internacional Sindical de Ensino (FISE)

e a Confederação Mundial das Organizações da Profissão Docente (CMOPE/WCOTP) e de organizações nacionais de mais de quarenta países da Europa, África, Ásia, América do Norte, América Central e Caraíbas e da América do Sul, o que representará a presença de uma centena de dirigentes de organizações de professores de todo o mundo.

O encontro centrar-se-á sobre três aspectos fundamentais: a nova ordem económica internacional e os Direitos do Homem; a educação e o seu contributo para o desenvolvimento económico e social e a nova ordem económica internacional e os problemas da paz e do desarmamento.

Ensino de Português nas ex-colónias

Secretaria da Cooperação vai promover um curso de formação de professores

A Secretaria de Estado da Cooperação anunciou uma experiência de formação de professores de português como uma das principais acções para 1984, considerando que a intensificação do seu ensino é necessária e urgente nos países africanos onde o Português é a língua oficial.

Se a resposta portuguesa aos pedidos de tais Estados se revelar eficaz «proporcionar-se-á a ocasião de, em conjunto, se dar um passo importante no domínio das relações entre povos e, mesmo, no domínio da investigação linguística» — diz aquela Secretaria de Estado.

A Direcção-Geral da Cooperação, dependente daquela Secretaria de Estado, vai nesse sentido recrutar um grupo de candidatos portugueses e africanos interessados em efectuar um trabalho experimental de formação de professores de língua portuguesa, especialmente vocacionados para o ensino do

Português em terras africanas.

Num futuro próximo, dois a sete portugueses e 20 a 70 africanos, professores em exercício, licenciados ou candidatos ao professorado, vão realizar um trabalho de dez meses, repartido por quatro fases.

Na primeira (de três meses) recrutam-se os candidatos e realizam-se para os portugueses seminários de formação teórica sobre a situação actual da língua portuguesa em Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Na segunda fase (de um mês passado em África), africanos e portugueses programam actividades e analisam os materiais elaborados.

Na terceira, de cinco meses, pratica-se a língua, dá-se formação teórica, elaboram-se e experimentam-se materiais. E na quarta (um mês), avaliam-se os trabalhos e os materiais e completa-se a formação teórica.

Secundária do Barreiro

Ignora-se data de reabertura

A Escola Secundária do Barreiro abriu as actividades lectivas só no passado dia 14, devido a obras atrasadas. Encerrou de novo a 16, porque as obras se revelaram deficientes e não resolveram os problemas que afectavam a escola.

A data de 14 de Novembro foi acordada devido às garantias dadas por um técnico da Direcção-Geral do Equipamento Escolar de que naquela data se verificariam as condições mínimas para o funcionamento das actividades escolares.

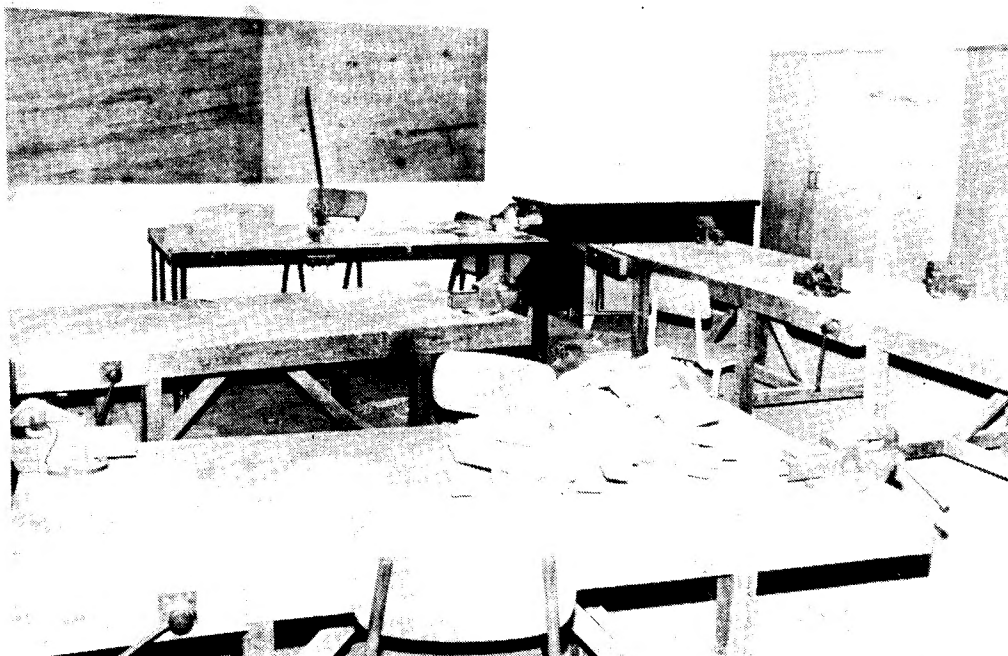
Com as últimas chuvas verificaram-se infiltrações, em sete salas, no laboratório de Física, pavilhões 1 e 2, secretaria, parede ao longo do corredor conhecido por «túnel», quadro eléctrico e corredores; foram inundadas as salas 19, 20, 10-A, o acesso à sala n.º 12 e a instalação eléctrica do «túnel» (problema que já anteriormente às obras se verificava), faltam vidros, o que provoca inundações em pavilhões e salas vários; a instalação eléctrica oferece perigo eminente na parede velha do «túnel», nos pavilhões e algumas salas do Bloco Novo.

O conselho pedagógico aprovou por unanimidade uma moção para encerramento imediato das aulas, que foi aceite pelo conselho directivo.

Não se sabe quando as aulas voltarão a funcionar.

Alunos das secundárias do Barreiro protestam contra política de ensino

Os alunos das escolas secundárias do concelho do Barreiro



têm reunido regularmente com encarregados de educação e professores para análise dos problemas das escolas concehlias.

Alguns dos problemas constatados foram os alunos excedentários, degradação de instalações, falta de material didáctico e degradação generalizada e progressiva do ensino.

Mais de 700 alunos foram transferidos para outras escolas fora do concelho, nomeadamente Baixa da Banheira e Moita. Os alunos maiores de 16 e 17 anos que não completaram os 7.º e 8.º anos unificados foram transferidos para as mesmas escolas, mas para os cursos nocturnos.

Além de estarem degradados tectos, portas, janelas, quadros

eléctricos e faltar material didáctico, o funcionamento das cantinas é precário e há por vezes falta de higiene.

Numa reunião de delegados de turma das escolas secundárias do Barreiro, realizada no passado dia 9, foi aprovada uma moção que condena a política seguida pelo Ministério da Educação.

Instituto Abel Salazar Alunos denunciam problemas

O problema da transição de ano e o regime de precedências que tem afectado os estudantes do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS), do Porto, foram ontem referidos pela respectiva associação de estudantes aos órgãos de informação, informa a ANOP.

«A gravidade e urgência de um processo que se vem arrastando e que tem sofrido sucessivas agudizações deve-se à não existência de uma política global de contenção do número de entradas — este ano e até ao momento há 130 novos alunos no primeiro ano, enquanto se formam, em média, 60 alunos» — afirmaram.

Referiram que o problema da transição de ano, essencialmente no que se refere à transição do terceiro para o quarto ano, tem-se vindo a agravar dada pressão exercida pelo Hospital de Santo António (HGSA) no sentido de os alunos não transitarem para o quarto ano com cadeiras em atraso, o que contraria o preceituado no Decreto-Lei 46646 de 1965 que define a Lei Geral da transição de ano nos cursos superiores.

«Concretamente — salientou a Associação — neste momento

encontram-se 41 alunos com uma e duas cadeiras em atraso, em risco de permanecer mais um ano no terceiro, com todas as consequências daí inerentes, nomeadamente «perda dos benefícios sociais, inclusive perda do direito a alojamento, incorporação no exército, sem falar dos graves problemas económicos».

Por outro lado, e relativamente ao ciclo clínico, foi no ano transacto apresentado como obrigatório pelo Conselho Científico do Hospital de Santo António um regime de precedências de inscrição e por áreas, único em qualquer das cinco escolas de medicina do país.

Depois de salientarem a equivalência das cadeiras de Medicina, os promotores da conferência de imprensa adiantaram que no presente momento, no que concerne ao ciclo clínico, estão sensivelmente 70 alunos com cadeiras em atraso, e em termos de inscrição encontram-se 241 alunos no ciclo.

«Tudo isto provoca uma notória degradação do ensino prático, dado que a relação cama hospital/docente/alunos se vai traduzindo numa preparação científico-humana deveras deficiente» — afirmaram.

Estrangeiros e apátridas...

Decreto-Lei alarga direito de asilo

O Decreto-Lei n.º 415/83, hoje publicado no «Diário da República», alarga o fundamento do direito do asilo político «aos casos de grave ameaça em consequência de acções em favor da democracia e da liberdade». O decreto considera este alargamento «mais consentâneo com a própria linha da Convenção de Genebra».

A reformulação agora introduzida tende a «uma melhor protecção dos interesses dos asilados e candidatos a asilo, sem prejuízo da salvaguarda dos interesses directos do Estado, designadamente no desencorajamento da imigração sub-reptícia que em período de crise económica importa prevenir».

Ainda segundo o decreto hoje publicado, «é garantido o direito de asilo aos estrangeiros e aos apátridas perseguidos ou gravemente ameaçados de perseguição em consequência da sua actividade em favor da democracia, da liberdade social e nacional e dos direitos da pessoa humana».

O decreto refere igualmente que «os estrangeiro ou apátrida que entre irregularmente no território nacional a fim de obter asilo deverá apresentar imediatamente às autoridades o seu pedido, podendo fazê-lo verbalmente ou por escrito».

«O pedido, lê-se no decreto, suspende qualquer procedimento administrativo ou criminal pela entrada irregular do peticionário e pessoas que o acompanham.»

JSD insiste na redução do serviço militar obrigatório

Os deputados da JSD vão votar contra a Lei de Defesa Nacional, se ela não contemplar disposições que reduzam o tempo de serviço militar obrigatório.

Carlos Coelho, dirigente daquela organização de juventude disse à ANOP que a proposta de lei de Defesa deverá ser apresentada ao parlamento ainda este ano pelo ministro da Defesa, Mota Pinto.

Outra reivindicação dos jovens sociais-democratas é no sentido de serem drasticamente limitados os contratos a prazo «no sentido de evitar que através deste expediente se cerceie o

direito ao trabalho e à estabilidade de emprego».

Em Coimbra onde estas declarações foram prestadas, o presidente da JSD Pedro Pinto participou num colóquio em que defendeu aqueles dois objectivos, recordando que ambos foram compromissos eleitorais da JSD.

De acordo com as declarações do deputado Carlos Botelho, a JSD vai também intervir na discussão do Plano Energético Nacional, não no sentido de combater a opção nuclear, mas de exigir que seja feito sobre ela um estudo sério, e, ainda promover a criação de uma Associação de Jovens Autarcas Sociais-democratas.

A BARCA SEM OS CORVOS

Comutatividade e ambiguidade

Numa entrevista dada a «O Jornal» (11/11/83) o ministro Jaime Gama afirmou que a posição de Portugal no assunto da invasão de Granada era «moderadamente clara».

Jaime Gama fala com facilidade, argúcia e correcção pouco vulgares nos nossos políticos, por isso (e admitindo que não tenha havido erro de transcrição pelo jornal) achei chocante aquela expressão.

Achei-a chocante porque me pareceu, da leitura da entrevista, que a ideia de Jaime Gama (com a qual concordará ou não quem quiser) é diversa do que as palavras exprimem; e se não é, mais chocante ainda... Sobretudo, revelam um modo verbalmente diplomático de eufemizar e velar declarações, bem pouco saudáveis.

Parece-me evidente que o que o ministro quis dizer foi que a posição de Portugal fora «claramente moderada», isto é: à face de todo o Mundo, limpidamente, indubitavelmente, foi uma posição moderada. Isso, acho louvável e digno. Tal como o afirmou, significa que foi um assunto «moderadamente claro» isto é: não muito claro, ou pouco claro, ou equívoco, nebuloso. Isso, não me parece louvável, nem motivo de vanglória ou explicação — e recuso-me a entender que Gama assim o entenda. (Alguns, malevolamente, dirão que foi um «lapsus» freudiano!)

Ora bem. Repare-se no perigo que constitui um tal tipo de comutação verbal: e vou dar alguns exemplos — exemplos hipotéticos, o mais hipotéticos possível! Nada de enganos! São apenas uma suposição, um exercício. É bom avisar, porque nos tempos que correm, não estou para criar chatices a este jornal, nem a mim...

Vamos a supor:

— se o ministro da Administração Interna dissesse, de qualquer intervenção policial sobre uma multidão qualquer, que ela tinha sido «fortemente eficiente», isso não deveria significar que teria sido «eficientemente forte»? Atenção às palavras!

— se o ministro das Finanças dissesse, acerca de determinada medida, que ela tem sido apenas «restritamente sucedida», não



deverá dizer que ela foi «um sucesso de restrição», ou, pior ainda «sucessivamente restritiva»? Safa!

— se o da Educação, por acaso, viesse a dizer que certa decisão era «selectivamente necessária» dentro de um leque de decisões possíveis, não poderá dizer, com indiferença, que era «necessariamente selectiva»...

— o ministro do Mar pode ter que dizer, acerca de qualquer assunto de navios, que «foi ao fundo da questão». Mas terá a prudência de não dizer então, como se fosse a mesma coisa, «que a questão foi ao fundo». Etc.

Isto, realmente, é um tema de semântica, ou até de lógica.

Um aluno espertinho do secundário, destes que andam já a estudar Matemáticas Modernas dirá logo: ah! ah! estão a falar de propriedades não comutativas, olha, olha... (e escreverá ab=ba). Se começar depois a falar em corpos e anéis abelianos, mandem-no calar.

Eu cá, mais prosaicamente, não gostaria que estas notas fossem tomadas como qualquer habilidade manhosa para atingir qualquer fim, «justamente pragmática», mas sim que fossem «pragmaticamente justas».

Então, ficaria contente.

J. P. Martins Barata



CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES DE PORTUGAL



Telefones de Lisboa e Porto

SERVIÇO PÚBLICO E SOLIDARIEDADE SOCIAL

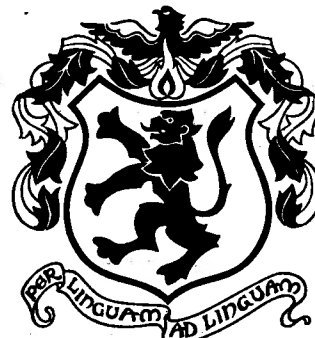
RESPOSTA DOS CTT E DOS TLP À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA CRIADA PELAS INUNDAÇÕES

Os CTT e os TLP, desde a primeira hora que mobilizaram os seus trabalhadores para responder aos dramáticos problemas causados pelas cheias.

- Alguns órgãos de Comunicação Social fizeram-se eco de críticas dirigidas à Administração dos CTT e dos TLP pelos presidentes de seis câmaras municipais da Grande Lisboa, em reunião havida em Loures, acerca do modo como estas empresas actuaram na madrugada do passado sábado, quando do grande temporal que assolou a capital.
- As acusações produzidas são gratuitas e as afirmações proferidas totalmente infundadas.
- A Administração dos CTT e TLP vem, por este meio, repor a verdade dos factos e referir que, pelo contrário, desde o primeiro momento se empenhou no esforço colectivo desenvolvido para minorar as dificuldades das regiões atingidas.
- Tendo sido a zona de exploração dos TLP a mais afectada, a Direcção-Geral dos TLP, através da Direcção de Operações, esteve com todo o pessoal, chefias, quadros técnicos e trabalhadores, desde os primeiros momentos a proceder à reparação das avarias verificadas.
- Esse esforço processou-se de forma ininterrupta até às 24 horas da passada terça-feira, dia 22, tendo sido criado um Gabinete de Emergência nos TLP e nos CTT, o qual funcionou 24 horas por dia.
- Manifestando um elevado espírito de serviço público, os trabalhadores dos TLP e dos CTT responderam aos dramáticos acontecimentos com toda a sua disponibilidade e com enraizado espírito de solidariedade. Os trabalhadores convocados apresentaram-se ao serviço sem excepção, e só não vieram aqueles que não se puderam deslocar por as suas residências estarem isoladas. Houve, inclusive, um reforço dos serviços de reparação por trabalhadores do pessoal de outros sectores, nomeadamente da instalação.
- Esta enorme operação de reparação das telecomunicações envolveu 660 técnicos, 400 na rede exterior, 200 nas centrais afectadas e 60 no sector da electrónica, o que significou um gasto de 10 000 mil contos em horas extraordinárias e 5500 contos em equipamento. O esforço de recondição dos equipamentos afectados implicará, ainda, um trabalho prolongado, de algumas semanas de duração, cujos custos orçarão em cerca de 60 000 contos em material e 30 000 contos no tocante a horas extraordinárias.
- Só um trabalho desta envergadura permitiu que no curto espaço de três dias o número de telefones avariados fosse reduzido de 35 000 para 20 000 e que a Rede de Interligação, à qual foi dada toda a prioridade, tenha sido normalizada com a reparação da Central de Bucelas na quarta-feira, dia 23.
- Também os CTT, embora menos afectados pelas condições atmosféricas verificadas, envidaram os maiores esforços no sentido da manutenção dos serviços aos níveis habituais, no que foram envolvidos mais de 300 elementos, especialmente afectos à Direcção Regional de Correios de Lisboa e à Direcção Nacional de Telecomunicações. Além disso, variado material, como escavadoras, motobombas, grupos eléctricos, etc., foi cedido a várias câmaras municipais.
- Não pode, pois, o Conselho de Administração deixar de prestar público louvor a todos os trabalhadores, quadros técnicos e chefias das duas empresas envolvidos nesta operação de solidariedade, pela abnegação e desinteresse demonstrados nessas horas críticas para a vida das regiões afectadas.

cambridge school

INSTITUTO DE LÍNGUAS



Inscrições imediatas para as classes de

INGLÊS
FRANCÊS
ALEMÃO
PORTUGUÊS
para Estrangeiros

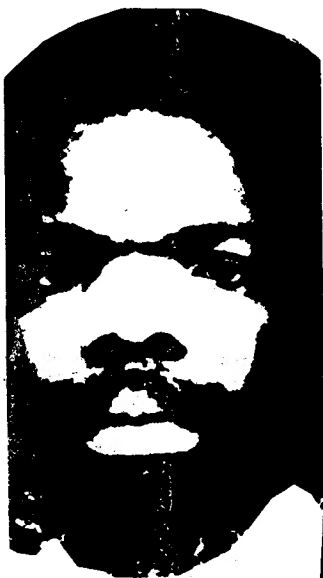
Pode escolher a hora, entre as:
9h. e as 22h sem interrupção

LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-1º-3º — TEL. 55 47 80 - 55 47 89 — 1200 LISBOA
LISBOA: AV. GUERRA JUNQUEIRO, 8-1º DIR. — TEL. 88 45 44 - 89 96 01 — 1000 LISBOA
BENFICA: EST. DE BENFICA, 729-5º DIR. — TEL. 70 43 29 - 70 36 38 — 1500 LISBOA
ALMADA: PRAÇA DO M.F.A., 12-1º — TEL. 276 02 34 - 275 32 18 — 2800 ALMADA
PORTO: RUA DUQUE DA TERCEIRA, 381-1º — TEL. 56 03 80 - 56 11 30 — 4000 PORTO
COIMBRA: PRAÇA DA REPÚBLICA, 15 - TEL. 3 49 69 - 3000 COIMBRA
CAMBRIDGE EXECUTIVE SCHOOL
LISBOA: AV. DA LIBERDADE, 173-4º — TEL. 4 13 52 - 57 60 30 — 1200 LISBOA

de ontem para hoje

Músico de jazz do Benin
detido com liamba na Portela

O músico de jazz da República Popular do Benin, Jaovi Appolinaire, (foto) foi ontem detido no Aeroporto da Portela, por ter em seu poder sessenta quilos de liamba, avaliados em nove mil contos, que se encontravam dissimulados no interior de seis colunas de som em madeira. O conhecido intérprete e compositor, que chegou a Lisboa num avião da TAP, proveniente de Joanesburgo, dirigia-se para Paris, tendo afirmado que a droga se destinava a ser consumida por ele e por outros músicos para uma «melhor inspiração». Ao ser descoberto por funcionários dos Serviços de Alfândega, Jaovi Appolinaire agarrou na mala e tentou fugir, em direcção à saída da terminal de voos internacionais, mas acabou por ser capturado e entre-



que à Polícia Judiciária, onde irá ser elaborado o respectivo processo.

Afinal «Garoto» era um gato

Uma pequena caixa contendo o cadáver de gato de estimação apareceu ontem a boiar nas margens do Tejo. A ocorrência não teria direito a notícia não fora o facto de no exterior da «urna» estar gravada a seguinte inscrição: «Garoto, dos teus donos com muitas saudades». Populares pensaram que se tratava mesmo de uma urna com o cadáver de um garoto e alertaram os Bombeiros do Dafundo. A abertura da caixa acabaria naturalmente por colocar o enigmático achado na sua verdadeira dimensão.

Traficantes de droga em Bragança

Haxixe no valor de 1500 contos foi ontem apreendido na região de Bragança durante uma operação conjunta de forças da GNR, PSP e Polícia Judiciária. A operação lançada numa zona compreendida entre Mogadouro e Macedo de Cavaleiros levou à detenção de vários indivíduos em número não especificado, tendo sido ainda apreendidas cinco armas de fogo, armas

brancas e cerca de 500 contos em moeda estrangeira. As autoridades supõem que as divisas apreendidas, na sua maior parte francos e pesetas, são falsas. As investigações tendentes à captura de todos os responsáveis da rede de traficantes prosseguem no distrito de Bragança, sob o comando do capitão Serra e do tenente Ala, ambos da GNR.

Roubaram cortiça no Alto Alentejo

Um industrial nortenho de apelido Manuel e um outro indivíduo designado por Fernando foram detidos pela Polícia Judiciária (ai o laconismo destas informações), acusados de terem estado envolvidos no roubo de cortiça avaliada em mil contos. O delito foi praticado em Agosto último no Alto Alentejo.

Coimbra sem eleições para a PSP

As eleições para a Associação Sindical da PSP, previstas para ontem em Coimbra, não se realizaram. «Devido às recentes disposições tomadas na Assembleia da República, a sua efectivação seria ilegal» — disse uma fonte do Governo Civil. Entretanto, o órgão coordenador da Comissão Pró-Associação Sindical da PSP

e o Grupo Dinamizador da Região Centro deliberaram suspender a realização da Assembleia Constituinte naquela área, atendendo às posições assumidas pelo governador civil e presidentes das câmaras. Em comunicado distribuído, a comissão «lamenta profundamente esta estranha forma de se entender a democracia».

Octogenária morta pelo sobrinho

Uma mulher de oitenta anos, Cristina Alves de Carvalho, morreu ontem quando era transportada numa ambulância para o Hospital de Caminha, após ter sido agredida a soco, em Moledo do Minho, pelo seu sobrinho, José Maria Amorim, de 67 anos. A anciã caíra desamparada tendo fracturado a coluna vertebral.

Adiada concentração de reformados

A Comissão Permanente do MURPI (Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos) decidiu adiar para dia a designar em breve, a concentração de reformados que estava marcada para amanhã frente à Assembleia da República. O adiamento resulta de grande número de idosos, inválidos e viúvas terem perdido os seus haveres, alguns a própria vida, nas inundações que assolaram o País. Em comunicado o MURPI exige urgentes medidas do Governo para alojamento das pessoas desalojadas e compensação das perdas de haveres pois as inundações foram uma calamidade nacional que deve merecer a solidariedade nacional através do Estado.

Um caso relatado pelo «DL» em 19 de Dezembro de 1979

Agente da esquadra dos Terramotos condenado por agressão a motorista reformado

Um agente da PSP, de seu nome Luís de Barros, acaba de ser condenado em quarenta dias de prisão, por ter agredido na noite de 12 de Dezembro de 1979, na Esquadra dos Terramotos, em Campolide, onde estava colocado, o motorista reformado António João Pinto, à data com 53 anos de idade. O tribunal, presidido pelo dr. Abel Ferreira Atanásio, condenou ainda o referido agente numa indemnização de dez contos ao queixoso, defendido pelo advogado dr. Fernando Luso Soares.

A agressão de que foi alvo António Pinto era relatada no «DL» de 19 de Dezembro de 1979, num artigo intitulado «Espancado até desmaiar», ilustrado com as pernas massacradas de António Pinto, no qual se afirmava: «A vítima, embora reformada, possui uma garagem próxima da sua residência, na 1.ª Travessa Particular, n.º 2, à Calçada da Quintinha, em Campolide, onde por vezes pernoita, quando tem à sua guarda bens de valor avultado, uma vez que trabalha actualmente por conta própria, no ramo de mudanças. E tudo começou quando a esposa, movida pela desconfiança, telefonou nessa noite para a esquadra pedindo a comparência de um piquete, «porque o marido se encontrava na garagem com outra mulher». Cerca da 1 e 30 seis elementos da PSP, acompanhados da mulher (que lhes abriu a porta), compareceram na garagem, onde António Pinto se encontrava a dormir num quarto anexo, fizeram uma busca demorada e não encontraram ninguém. Foi então quando a vítima disse que se iria deitar porque tinha frio. Que se quisessem poderiam



António Pinto: a força de «remar contra a corrente»

«continuar a procurar à vontade». Dito isto, um dos policiais (Luís Barros, podemos escrevê-lo agora) dirigiu-se-lhe e agrediu-o com dois murros que lhe provocaram ferimentos no queixo e na língua. E como na altura da agressão tivesse levantado os braços para evitar que os socos lhe atingissem a cara, foi levado para a esquadra com a alegação de se ter voltado contra as autoridades, o que segundo as suas palavras é «falso».

«Chegado à Esquadra dos Terramotos, António Pinto foi pontapeado pelo mesmo polícia (da cintura para cima) e em seguida agredido pelo subchefe de serviço (da cintura para baixo) com uma tira de borracha, tendo chegado a desmaiar. E apesar da sua insistência, não foi levantado nenhum auto, tendo sido posto em

liberdade às 4 e 30 da madrugada.»

Chefe «Bailarino» e Fitz Quintela

Agora que o julgamento já foi efectuado podemos escrever em primeiro lugar que o referido subchefe, ele que era (foi) enquanto superior hierárquico o responsável por tudo aquilo que se passou na esquadra, acabou por aparecer em tribunal não como co-réu no processo, mas enquanto testemunha abonatória do seu subordinado. A estratégia da aranha, portanto, e que se lixe o mexilhão. E só por tal facto este julgamento não poderá ser apresentado como exemplar, de um tipo de justiça, não «facciosa», não «voz do dono». Sobre tudo se

pensarmos que um cidadão chamado António Pinto teve a coragem de ir primeiro à Esquadra de Campolide, para participar a ocorrência, e onde lhe disseram que «esquadrões não participam de esquadrões». Não desistiu e encaminhou-se para a Polícia Judiciária, onde lhe alegaram que «policiais não participam de policiais». E daí foi ao Provedor de Justiça, e ao MAI, até que finalmente o remeteram para o Governo Civil (Comando-Geral da PSP de Lisboa), onde, na respectiva Secção de Justiça, acabaram por «instruir» o processo.

Foram necessários portanto quatro anos. Custou mas foi, como é uso desabafar. Pelo que agora ficaremos a aguardar pelo desenvolvimento de um processo «quente», em que aparece como réu-mor um chefe de esquadra de alcunha «Bailarino», e como acusador, um 1.º sargento pára-quedista, Carmo Vicente. Processo, ao que apurámos, já em fase de instrução final na Polícia Judiciária, e que bem poderá vir a funcionar como resposta, positiva, ou reverso da medalha, ao que sucedeu com o agente da PSP que, depois de atingir mortalmente em Monsanto, o advogado Fitz Quintela, acabou por aparecer na Boa Hora já promovido a subchefe, num colectivo que tinha como juiz-vogal o dr. Araújo e Sá, subdirector da PJ saneado no pós-25 de Abril. Com a esperança de que tal como canta José Mário Branco, os tempos, apesar das encurraladas políticas e meteorológicas, estão ainda assim a mudar neste extremo ocidental da Europa. Sonhar não custa!...

Manuel Geraldo

Pelo encarregado da lota de Vila Praia de Ancora

Campeão nacional de remo assassinado a tiro em Caminha

No lugar de Portinho, em Moledo, Caminha, ocorreu um crime de homicídio que causou grande consternação nos meios desportivos do Alto Minho, sobretudo em Viana do Castelo: Carlos Júlio Fernandes do Seixo, de 29 anos, construtor civil e conhecido remador da Associação de Remo de Viana do Castelo (Arco), em representação da qual alcançou vários títulos nacionais a época passada, foi morto a tiro por um vizinho. Tudo começou por volta das 10 horas

da manhã de anteontem, quando Carlos do Seixo se dirigiu para sua casa e foi interceptado pelo seu vizinho Alípio Luís Lomba, mais conhecido pela alcunha de «O Veneno», de 64 anos, que é encarregado da lota de Vila Praia de Ancora e reside numa casa pertencente à família da vítima.

Pouco dado a discussões, Carlos Seixo resolveu chamar a GNR de Caminha, que compareceu no local e serenou os ânimos. Acontece, porém, que mal

os agentes de autoridade voltaram costas, Alípio Lomba voltou à carga, agora de pistola em punho e, perante a estupefacção de vários vizinhos, disparou dois tiros que atingiram o remador. Este ainda tentou socorrer-se pelos seus próprios meios, entrando no seu automóvel para ir ao Hospital de Caminha, mas ao fazer a manobra não resistiu aos ferimentos e sucumbiu dentro da viatura.

Testemunhas oculares do crime que tentaram socorrer a

vítima foram igualmente ameaçadas por Alípio Lomba, que só serenou quando a GNR de Caminha o deteve.

Segundo se afirma no local, os desentendimentos surgiram quando Alípio Lomba resolveu ocupar um terreno comum a duas habitações com um pomal. A esposa de Carlos Seixo está grávida de seis meses e sofreu um grande choque ao tomar conhecimento da tragédia.

Dirigia a agência de turismo daquele país em Lisboa

Português acusado de ter burlado Estado espanhol em 25 mil contos

Raúl Dias Correia, até há poucos dias director em Lisboa da agência de viagens estatal espanhola (Marsans) acaba de ser acusado de fraude e evasão de divisas, num total de cerca de 25 mil contos. O presidente da empresa, Javier Gomez Navarro, revelou ontem em Madrid que o processo deverá seguir os trâmites judiciais e admitiu que o Ministério Público português actue igualmente neste caso, por iniciativa própria. No processo apresentado no início desta semana em Lisboa pelo advogado António Pires de Lima incluem-se fotocópias de cheques no valor de 400 mil dólares, enviados nos últimos anos pela direcção-central da Marsans para Lisboa e que foram directamente depositados por Raúl Correia (desde 1968 naquele cargo) em contas numeradas na Suíça e Ingla-

terra. Nenhum dos cheques enviados de Madrid foi depositado em divisas nas contas bancárias da agência na capital portuguesa. Uns foram trocados no «mercado negro» e outros depositados naquelas contas no estrangeiro.

A direcção da Marsans, que pertence ao «Holding» (Instituto Nacional de Indústria), acusa Raúl Correia de diversas irregularidades, incluindo a burla, pois até agora não foi possível apurar as contas da delegação em Portugal.

A Marsans está instalada em Portugal há vários anos e atravessou «um período de crise depois do 25 de Abril de 1974». Em 1978 Raúl Correia foi nomeado delegado para Portugal, cargo de que foi destituído há poucas semanas, quando a direcção da empresa descobriu as diversas irregularidades administrativas e financeiras

após uma sindicância a toda a empresa.

«A gravidade da situação criada em Portugal, não só em relação à empresa, como em relação ao próprio Estado português pela evasão de divisas é tal que decidimos actuar imediatamente» — afirmou à ANOP Javier Gomez Navarro.

A direcção da empresa, nomeada pelo governo de Felipe Gonzalez, decidiu, como primeira medida, mandar efectuar uma sindicância à situação financeira que deu o resultado de um défice de três mil milhões de pesetas, atribuído a «irregularidades» e má gestão. Actualmente investigam-se eventuais responsabilidades.

«O caso de Portugal, pela sua natureza fraudulenta é tão claro que o colocamos imediatamente em tribunal» — afirmou Gomez Navarro,

acrescentando que «apesar de a situação da empresa, o Estado decidiu cobrir o défice encontrado e investir na agência que conta em Espanha com 50 sucursais e no estrangeiro com 20».

Depois de reorganizada a delegação de Lisboa, Gomez Navarro disse que é projecto da direcção «dinamizar as actividades com o mercado turístico português, sobretudo no turismo receptivo, divulgando o produto português nos mercados onde actua, Estados Unidos, América Latina, Londres e Paris».

«Não só não fechamos a delegação de Portugal, como vamos aumentar as suas actividades enquadrando-nos na política do governo para o sector turístico» — concluiu Gomez Navarro.

Falta de informações sistemáticas dificulta balanço das chuvas



Na semana passada ainda havia aqui uma habitação, embora modesta. Para onde irão os seus ocupantes?

Sobral de Monte Agraço:

A linha do Oeste (não) passa por aqui

Quando se fala na interrupção da Linha do Oeste, diz-se «entre Cacém e Torres Vedras». Não se fala em Sobral de Monte Agraço e, no entanto, é precisamente neste concelho que a linha está danificada. Duas pontes que suportam a linha ruíram em consequência do temporal do fim-de-semana.

Anteontem, representantes do Governo, designadamente Mário Soares, estiveram nos quatro concelhos que rodeiam Sobral de Monte Agraço — Arruda, Alenquer, Torres Vedras e Mafra — e não viram a região sobralense. Passaram ao largo.

Estes dois factos são-nos apontados pelo próprio presidente da Câmara, António Bogalho. O concelho de Sobral, em seu entender, tem sido esquecido: pelo Poder e pela Informação.

Os estragos, porém, são considerados avultados para a região, apontada como uma das mais férteis do distrito de Lisboa. De resto, o concelho de Sobral ficou totalmente isolado em termos de comunicações e só ontem ao fim da tarde conseguiu estabelecer ligações telefónicas com o exterior.

Estimativa sobre os danos

causados?

Ainda não está completamente feita — afirmou ao «DL» António Bogalho que, para além da destruição das pontes em Sapataria e Moitelas, refere os estragos graves causados nas vias municipais. «Neste domínio o concelho era considerado exemplar e agora está grandemente destruído».

As freguesias mais afectadas foram as de Santo Quintino e de Sapataria. Ambas ficaram inundadas pelas águas o que provocou estragos avultados nas culturas horticolas, principal meio

de subsistência dos seus habitantes. Segundo António Bogalho as condutas dos esgotos e das águas foram também parcialmente danificadas e, quer no sábado, quer no domingo, o concelho ficou sem electricidade. Nesta matéria a situação ainda não está normalizada, verificando-se frequentes interrupções de energia em todo o concelho.

Ainda de acordo com o presidente da Câmara, cerca de 50 pessoas ficaram desalojadas. Na sua grande maioria estão em casa de amigos e vizinhos. Em

quase todos os casos as habitações são recuperáveis, embora estejam sempre em perigo devido a sua localização junto do rio Sisandro. Estas situações verificam-se nos lugares de Adegas, Moínhos, Ponte Panasco, Malveiro, Monfalim e Gouzundeira.

Qual a disponibilidade da Câmara para fazer face à situação? «Neste momento o que existe é boa vontade» — diz-nos António Bogalho. E explica: «O concelho de Sobral tem o orçamento mais pequeno de todos os concelhos de Lisboa».

Flash

● O PARLAMENTO EUROPEU

deverá votar na próxima semana uma proposta de «ajuda financeira substancial» a Portugal destinada a minorar os graves problemas provocados pelas inundações. Por outro lado, o grupo liberal e democrático do Parlamento Europeu pediu também à comissão da CEE que «accione uma intervenção financeira da CEE a favor das regiões portuguesas afectadas pelas cheias».

● OS CTT DO CACÉM

recomeçaram ontem a atender o público daquela localidade dos arredores de Lisboa numa «roulotte» que instalaram junto à estação. O rés-do-chão onde funcionavam os CTT, que era já insuficiente para o volume de serviço, ficou totalmente inutilizado na madrugada de sábado devido às inundações.

● AS BARRAGENS ESPANHOLAS

não constituem um perigo para as povoações portuguesas banhadas pelos rios Tejo e Guadiana, garantiram ontem os governadores civis de Badajoz e Cáceres. Segundo um comunicado divulgado, as barragens espanholas estão praticamente vazias, apesar das recentes chuvas, devido aos últimos quatro anos terem sido de seca quase total.

● AS BARRAGENS PORTUGUESAS

não foram especialmente beneficiadas pelas chuvas responsáveis pelas inundações do fim-de-semana. As 20 albufeiras da EDP integradas em aproveitamentos hidroeléctricos atingiram às zero horas de ontem um nível médio de enchimento de 52,3%. No passado dia 18, sexta-feira, essa percentagem era de 47%. Entre 12 e 18 de Novembro a produção de electricidade nas barragens portuguesas foi de 153,3 milhões de quilovatios/hora. Na mesma semana de 1982 esse valor atingiu os 214,7 milhões de quilovatios/hora.

● AS ESTRADAS INTERROMPIDAS

em consequência das inundações são neste momento ainda em número de sete. Trata-se evidentemente de estradas nacionais e são elas as que ligam Bucelas à Malveira (n.º 116), Alhandra a Arruda dos Vinhos (n.º 248/3), Malveira a Torres Vedras (n.º 8), Bucelas a Loures (n.º 115), Vale de Santarém a Valada do Ribatejo e Ribeira de Santarém a Pombalinho. A auto-estrada entre Alhandra e Albergaria mantém-se igualmente com o trânsito condicionado. Por outro lado a Estrada Nacional 375, Sintra-Monserrate, ficou praticamente destruída e a auto-estrada do Norte tem o trânsito reduzido a uma única via durante mais três dias e a partir das 17 horas de hoje, entre os quilómetros 16,2 e 20,7. A Estrada Nacional n.º 4 está igualmente interrompida em Pegões Velhos.

● OS DESALOJADOS DA AMADORA

que se encontram instalados no Regimento de Comandos desde sábado passado terão que abandonar aquela unidade militar até domingo ao meio-dia. Segundo alguns dos desalojados a notícia foi-lhes ontem comunicada pelo oficial de dia do regimento e a Junta de Freguesia da Falagueira-Venda Nova ainda não sabe que solução será encontrada para as mais de cem pessoas que ali encontraram abrigo.

Num apelo à população e aos comerciantes

Câmara de Setúbal pede relações dos prejuízos

Os comerciantes e habitantes de Setúbal afectados pelas inundações devem entregar rapidamente as relações quantificadas dos prejuízos sofridos à Associação de Comerciantes e às Juntas de Freguesia, respectivamente, enunciou ontem a Câmara Municipal de Setúbal.

O comunicado divulgado sublinha que «da rapidez conseguida depende o correspondente auxílio a conceder pelo

poder central».

A Câmara Municipal de Setúbal anunciou também que vai elaborar um «releatório fundamentado sobre as razões que estiveram na origem desta catástrofe e na qual se propõem as medidas imediatas que evitem a eventual repetição desta tragédia».

Um comunicado emitido no final de uma reunião de presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Setúbal realizada no

passado dia 21 afirmara que «os últimos acontecimentos provam que muito do que aconteceu se deve à falta de investimentos por parte das autarquias porque sucessivamente lhes são retidos milhões de contos necessários a uma correcta política autárquica».

O mesmo comunicado interrogava-se sobre «quanto teriam custado ao poder central ou local algumas obras que era

imperioso fazer», adiantando que «provavelmente menos do que reparar o que agora ficou destruído».

O referido comunicado apontava ainda que «as cheias e inundações têm também a ver com a ocupação desregrada do solo pelos loteadores ilegais que sem quaisquer escrúpulos alteram as linhas naturais de escoamento de águas, entre outros e

graves inconvenientes».

A informação ontem tornada pública pela Câmara de Setúbal sublinha igualmente que as «operações de rescaldo e recuperação continuam a ser realizadas com grande apoio e solidariedade da população, da associação e municípios do distrito de Setúbal e de Câmaras do distrito que cederam materiais e equipamentos para estas operações».

Luta pela recuperação prossegue com meios precários

Afirmam autarcas de Vila Franca de Xira

Protecção Civil não pode ser “bode expiatório” do Governo

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira afirmou ontem «não estar interessada em transformar o Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) em bode expiatório de responsabilidades que pertencem inteiramente ao Governo».

Esta posição surgiu na sequência da divulgação de numerosas críticas feitas à acção daquele serviço numa reunião efectuada terça-feira na Câmara de Loures, com a participação de representantes de diversos municípios para analisar as acções empreendidas para colmatar os efeitos das recentes inundações.

Depois de referir que neste encontro foi contestada a acção do SNPC sob a fundamentação de que «falhou a sua ac-

ção», mas que tal malogro nada tinha a ver com o empenho demonstrado pelas pessoas que o compõem, a Câmara concluiu que o Governo não colocou à disposição daquele organismo os meios necessários.

O documento sublinha que «os esforços feitos pelo general Neves Cardoso e pelos restantes oficiais que se mantiveram de serviço no SNPC não podia resultar melhor, dado que, em vez de lhes ser dada uma efectiva competência de comando das operações, estavam colocados no centro da indefinição, com poderes reduzidos e obrigados a pedir favores a outras entidades para satisfazer os diversos pedidos». Como foi afirmado na reu-

nião de Loures, diz o texto, «já é mais que tempo de o Governo responder às questões concretas e às angústias com que se debatem milhares de sinistrados».

É da competência do Governo — acrescenta comunicado — a responsabilidade de decidir com a maior urgência sobre as condições que irão ser dadas aos municípios e aos milhares de sinistrados, para se fazer face aos prejuízos causados pelas inundações e repor a normalidade da nossa vida colectiva».

«A população aguarda acções e medidas concretas e não a continuação desta já longa espera, cujo arrastamento não serve a ninguém». Conclui a Câmara de Vila Franca.

Desalojados sem comer em Sacavém

Cinquenta desalojados ficaram ontem sem refeição na freguesia de Sacavém, informou a Junta de Freguesia daquela localidade. A situação destes desalojados, que estão instalados no Sport Grupo Sacavense, foi referida por aquela autarquia como exemplo da insuficiência da acção desenvolvida pelo Serviço Nacional de Protecção Civil.

A Junta afirmou que a sua crítica ao SNPC vinha na sequência de notícias veiculadas em alguns jornais, segundo as quais este serviço estaria a actuar de forma eficaz.



A sede do Serviço Nacional de Protecção Civil, em Lisboa

Se a situação não fosse de seca

Podia ter sido a cheia do século

«O controlo das águas do Tejo depende cada vez menos de nós e mais da Espanha. Estamos, de facto, dependentes da Espanha e, o que é de lamentar, é que não haja um acordo internacional Portugal-Espanha sobre os recursos hídricos do Tejo» — disse ontem o presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao «DL», em Loures.

«Estáramos agora a lamentar a cheia do século se a situação não fosse, felizmente, de seca», acrescentou o mesmo autarca, cujo concelho ainda não apresentou um cálculo sobre os prejuízos provocados pelas inundações de sábado e domingo «porque queremos fazê-lo com profundidade, evitando lançar números à toa. Estaremos assim em melhores condições para cotejá-los com outros» —

disse ainda Daniel Branco.

O presidente do Município enalteceu ainda os esforços dos bombeiros do concelho, afirmando, sobre os da vila, que aguardavam botins e roupas e alguns apenas com pijamas para vestir. O mesmo se passa com os de Alverca de resto.

«O mais fácil já passou, mas está para vir o mais difícil», disse ainda o autarca vila-franquense, enquanto no concelho dezenas de trabalhadores se ocupam da tarefa de limpeza e recuperação, apoiados por inúmeros particulares. Em Alverca e Alhandra há escolas e instituições de apoio à terceira idade encerradas e responsáveis municipais afirmam que «os prejuízos são muito mais elevados que a princípio, antes da verificada a situação, freguesia por freguesia, se julgava».

Uma rectificação necessária

Alimentos da Administração Militar distribuídos pela paróquia de Santo António dos Cavaleiros

A Paróquia de Santo António dos Cavaleiros serve diariamente cinquenta refeições nas suas instalações, levando a vários outros pontos do concelho de Loures, designadamente a um centro de Odivelas, muitas outras que também ali chegam da Administração Militar, ao Lumiar.

É a Paróquia de Santo António dos Cavaleiros e não a da Póvoa

de Santo Adrião, como por lapso referimos na nossa edição de ontem, em virtude, sobretudo, da azáfama suscitada pelas cheias de 19 de Novembro e pelas suas graves consequências, em que todas as terras dos concelhos à volta de Lisboa são irmãs na dor e no sofrimento. E não só: também na imagem esventrada que as une na tragédia que se abateu so-

bre as populações.

Ficam, do facto, as nossas desculpas aos responsáveis da Paróquia de Santo António dos Cavaleiros, que na ocasião da visita da reportagem do «DL» ao seu centro foram de uma atenção assinalável, assim como aos responsáveis da Póvoa de Santo Adrião e Santo António dos Cavaleiros, ligados pelo mesmo onda de soli-

dariedade, mas onde diferentes foram as consequências das cheias que no concelho de Loures deixaram metade dos cerca de dois mil desalojados sem lar — se o Governo não tomar medidas de fundo para que as 2500 casas por vender nesta área sejam ocupadas por aqueles. Ficam também as nossas desculpas aos leitores do «DL».

J. R.

Associação Comercial pede linha de crédito

A Associação Comercial de Lisboa pediu ontem ao Primeiro-Ministro a abertura de uma linha de crédito de emergência que possibilite a recuperação das centenas de comerciantes afectados pelas inundações do fim-de-semana.

A ACL diz acreditar que o Governo actuará no sentido de «minorar os efeitos da catástrofe» e considera que «é em situações como esta que se poderá avaliar a capacidade de resposta e intervenção governamental».

Uma das medidas a tomar — defende a associação — «passa pela abertura de uma linha de crédito de emergência, aliás prevista em situações análogas noutros países, que venham a possibilitar a retoma de activi-

dade» dos comerciantes.

Por outro lado a ACL sublinha a «necessidade imediata» de se proceder ao inventário dos prejuízos causados nos estabelecimentos e de se tomarem as medidas que se impõem.

INGLESES ESCOLHEM DETERGENTE POLO

A Sonadel, empresa fabricante do POLO CONCENTRADO, acaba de ver reconhecida a qualidade da sua técnica. O primeiro detergente concentrado para máquinas de roupa, produzido em Portugal, atravessou, já, as nossas fronteiras.

Com efeito, a fórmula de POLO CONCENTRADO foi seleccionada, entre as mais prestigiadas marcas internacionais de detergentes para máquinas de roupa, para ser comercializada por grandes cadeias inglesas de supermercados, nomeadamente pela conhecida cadeia TESCO.

Este nome que, por si só, significa exigência na qualidade dos produtos que comercializa, atesta a importância desta escolha e o valor do reconhecimento de POLO CONCENTRADO.

ERICSSON

Sociedade Ericsson de Portugal, Lda.

ESTEJA SEMPRE PRESENTE MESMO QUANDO AUSENTE

Com atendedores/gravadores de chamadas RECORDACALL ainda que ausente do seu escritório, de qualquer ponto do País ou do Estrangeiro poderá, por uma simples chamada telefónica, receber as mensagens que entretanto lhe tenham sido dirigidas.



- Em serviço 24 horas por dia.
- Tempo de mensagem limitado ou ilimitado.
- Gravação de conversações nos 2 sentidos.
- Controlo remoto para recepção das mensagens a distância.

ERICSSON

Sociedade Ericsson de Portugal, Lda.

- Edifício Ericsson Zona Industrial da Barruncheira, Lote B - Carnaxide 2795 - Linda-a-Velha
- Telefone: 218 65 03
- 4000 PORTO: R. Gonçalo Cristóvão, 314
- Telefone: 2 92 68
- 3000 COIMBRA: R. Cidade de Poitiers, 28
- Telefone: 3 54 84

TEATRO NACIONAL DE D. MARIA II

lear

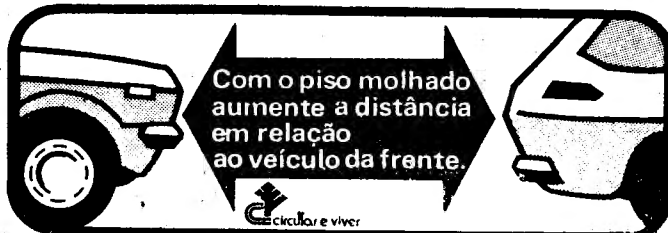
OS ENCANTOS DE MEDEIA de

António José da Silva, o "Judeu"

TEATRO · ÓPERA

encenação de CASTRO GUEDES

DIAS 25 e 26, às 15 h. e 21,30 h.



Com o piso molhado
aumenta a distância
em relação
ao veículo da frente.

circulare e viver

Em torno de um rescaldo caro e difícil

Visitas de solidariedade também saem caras

O Primeiro-Ministro procedeu, nos últimos dias, a uma visita relâmpago às regiões dos distritos de Lisboa e Santarém mais afectadas pelos temporais do passado fim-de-semana.

As imagens de tragédia devolvidas pela Televisão e que comoveram o País, foram sempre, em todos os serviços noticiosos difundidas pelo mais importante órgão de comunicação social antecederas ou sucedidas de curtas entrevistas com o chefe do Executivo. Nunca se chegou a perceber se era o Primeiro-Ministro quem acompanhava as equipas de reportagem da Televisão, se eram estas a seguir o dr. Mário Soares...

S seja como for, a verdade é que o chefe do Governo cumpriu o seu papel de governante e, quanto a nós, fez bem. De resto, não se poderia esperar de Mário Soares uma atitude monástica em relação à gravidade da situação.

Se aqui cabe uma nota de crítica, ela nem se deve tanto ao modo como S. Bento se aproveitou da anormalidade da vida das populações; mas, sobretudo, à imoralidade de um Governo que, para vender a sua imagem, despendeu de avultadas verbas que muita falta teriam feito à reconstrução da parte do País afectada pelas inundações.

Senão vejamos: O Executivo alugou à Força Aérea um helicóptero «Puma» por 200 contos à hora, para Mário Soares utilizar nas visitas ao norte dos distritos de Lisboa e Santarém.

Se se levar em consideração que o Primeiro-Ministro gastou cerca de sete horas nas deslo-

cações aos concelhos de Vila Franca de Xira, Arruda, Alenquer, Torres Vedras e Mafra, conclui-se que S. Bento pagou à Força Aérea Portuguesa avultada quantia.

Esta situação — que nos pasma — é tanto mais risível quanto é certo saber-se que o Corpo de Tropas Paraquedistas tem neste momento suspensos os treinos de salto dos seus soldados. Isto é, o Governo não dota as Forças Armadas, designadamente a Força Aérea, com os meios materiais e orçamentais para a melhor formação dos militares (o que em período de austeridade até se compreende), mas esbanja depois o dinheiro em operações propagandísticas, que anuncia com um tremendo clangor, como se com elas, ou através delas, resolvesse a situação das vítimas do temporal.

Não será descabido o convite ao leitor para apreciação sobre a



Mário Soares: a solidariedade levou-o às regiões sinistradas

diferença de comportamentos de dois órgãos de soberania: a Presidência da República e o Governo.

O general Ramalho Eanes interrompeu no sábado uma visita a familiares que residem no distrito de Castelo Branco e regressou rapidamente a Lisboa para se deslocar às regiões afectadas pelo temporal. Antes de sair de

Belém, o Presidente dera instruções aos seus colaboradores para manterem segredo da sua visita. Assim aconteceu.

Mário Soares, por seu turno, anunciou às redacções, com antecedência necessária, os horários de chegadas e partidas, deu boleias de helicóptero a repórteres e operadores de câmara e, com sacrifício, não deixou de

produzir numerosas declarações à Rádio e à Televisão em todos os locais por onde passou.

Mário Soares não será o arquétipo de Primeiro-Ministro dos nossos dias. Mas, é, seguramente, um governante eficaz e atento aos problemas do povo. Ele está onde estão as massas.

JMS

Circulação ferroviária ainda longe da normalidade

A circulação de comboios «é já normal» na Linha de Sintra e «quase normal» na de Cascais, informou a CP.

Na Linha de Cascais os comboios circulam normalmente, com uma excepção, entre Paredes e S. Pedro, onde funciona uma via única.

Na Linha do Norte, a partir de hoje mais três comboios irão juntar-se aos cinco em circulação em cada um dos sentidos.

A circulação está interrompida na Linha do Oeste entre Cacém e Torres Vedras mas é retomada a partir desta cidade e até Alfaiolos.

Para hoje a CP prevê a reabertura do trecho Cacerém-Sabugo.

No que respeita aos subúrbios da Azambuja, a CP informou que há alguns regionais a operar entre Lisboa e Vila Franca de Xira e entre Lisboa e Entroncamento, devendo o seu número aumentar também a partir de hoje.

Funcionam igualmente comboios regionais e directos para a Beira Alta, Beira Baixa, na Linha do Leste e no ramal de Tomar.

Nos comboios para a Beira Alta faz-se o transbordo na Pampilhosa. Para a Beira Baixa, na Linha de Leste e no ramal de Tomar o transbordo faz-se no Entroncamento.

Salvos os sete tripulantes

“Rumo ao Mar” afundou-se em Vila do Conde

Uma hora depois de ter zarpado, esta madrugada, o Póvoa de Varzim, rumo a uma zona de pesca habitual situada defronte de Vila Chã, Vila do Conde, a motora «Rumo ao Mar» começou a meter água e, em pouco tempo, o motor e a casa das máquinas ficaram alagados. A pesca dos seus esforços desesperados para tentarem reparar a avaria, os sete tripulantes da pequena embarcação viram-se obrigados a vestir os coletes de salvagem e a saltar para a água.

Entretanto, alertados pelos sinais de luz da «Rumo ao Mar» ocorreu em seu auxílio o gasolneiro «S. Torcato», que recolheu os tripulantes da embarcação naufragada, levando-os para Vila do Conde, onde chegam sãos e salvos.

Adelino Graça é o proprietário e mestre da «Rumo ao Mar» e tinha como tripulantes ao seu serviço, na naufrágio, os seus filhos José Marques Graça, de 17 anos, e António Marques

Graça, de 21, e ainda, Manuel Ribeiro Crtucho, de 51, Armando Manuel Graça Bento, de 14) Vítor Manuel da Silva Oliveira Granja, de 17) e José Fernando Areiro Marques, de 16, todos moradores nas Caxinas.

Construída nos estaleiros de Vila do Conde em 1974, a «Rumo ao Mar» tinha o comprimento de 16,50 metros e uma capacidade para 23 toneladas brutas. O prejuízo foi calculado em 12 mil contos.

No aniversário da sua morte

Homenagem a Duarte Pacheco

O quadragésimo aniversário da morte de Duarte Pacheco foi ontem assinalado pela Câmara Municipal de Loulé com a realização de diversas cerimónias em homenagem à figura e obra do estadista, natural daquela terra algarvia.

Ministro do governo de Salazar, Duarte Pacheco desempenhou acção preponderante na pasta das Obras Públicas, salientando-se a construção da auto-estrada-marginal Lisboa-Cascais, Instituto Superior Técnico, instalações portuárias do Funchal e o Estádio Nacional, entre outras obras.

Faleceu a 16 de Novembro de 1943, num acidente de viação quando regressava a Lisboa, após uma visita à zona de Vila Viçosa, onde observou obras da responsabilidade do seu ministério.

Em sua memória, Salazar mandou construir um monumento em Loulé, onde se encontram esculpidos em pedra vários painéis figurativos de aspectos da actividade realizada sob a sua responsabilidade.

As cerimónias iniciaram-se no período da manhã com uma concentração nos Paços do Concelho, seguindo-se uma romagem ao monumento, onde usaram a palavra algumas figuras locais.

Na sua intervenção, o presidente da Câmara de Loulé, Mendes Bota, traçou o perfil do estadista falecido e justificou a homenagem pela «obra actuante e funcional que ainda hoje se observa».

Para o autarca, além de «políticas ou ideologias e dos tempos que passam, o que verdadeiramente marca o homem é o seu valor e as obras que perpetuam a

sua actividade».

No decorrer da intervenção, o presidente da Câmara de Loulé afirmou que «é de homens como Duarte Pacheco que precisamos, porque verificamos que as escolas e outras estruturas de base que hoje se constroem, logo estão superlotadas e ultrapassadas no acto da inauguração».

A esse propósito, Mendes Bota expressou um pensamento do estadista homenageado: «Portugal é um país pobre de mais para que se planifique com horizonte temporal de 20 anos. Temos de planificar e construir para 100 anos».

As cerimónias encerraram no cinema da vila, com uma palestra por António Lopes Ribeiro e a projecção de dois filmes «15 anos de obras públicas» e «Morte e vida de Duarte Pacheco».

vem aí um NÚMERO EM CHEIO!

CHEIO DE ECONOMIA
CHEIO DE CONFORTO
CHEIO DE RAÇA

Para si, que procura um carro, vem aí um número em cheio de um sem número de vantagens!
Que número será? ... No seu caso esperava por este autêntico caso sério em matéria de carros e ... de números!



24 horas

Dois navios afundados no golfo

Dois navios, um deles o cargueiro grego «Antigoni», foram «recentemente» afundados no golfo pelo Iraque, indicou na quarta-feira o porta-voz do Departamento de Estado americano, John Hughes.

O porta-voz não precisou qual a nacionalidade do segundo navio.

Cem mil detidos na Índia

Cem mil pessoas foram detidas, na 3.ª-feira, durante manifestações antigovernamentais organizadas por uma frente de três partidos de esquerda no estado de Maharashtra (costa ocidental da Índia), anunciou ontem um porta-voz dessa coligação.

As pessoas detidas, que se arriscam uma pena máxima de oito dias de prisão por manifestação ilegal, protestavam contra o aumento de preços e contra a política do Governo de Indira Gandhi.

Afganistão na ONU

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou ontem, por 116 votos, contra 20, com 17 abstenções, uma resolução que defende a retirada das tropas estrangeiras no Afeganistão.

Jornalista da AFP expulso da Síria

O enviado especial da Agência France Presse a Damasco, Michel Garin, foi ontem declarado «persona non grata» pelo Ministério da Informação sírio que lhe deu 24 horas para abandonar o país.

O director das relações públicas do Ministério da Informação sírio Adel Zaabub, indicou que esta medida tinha sido tomada na sequência da publicação, por este correspondente, duma informação «incorrecta» sobre a saúde do presidente sírio Hafez El-Assad.

CIA no ataque a Corinto

Os «comandos» de nicaraguenses opostos ao regime de Manágua que fizeram explodir, no mês passado, as instalações petrolíferas do porto de Corinto foram transportados, de barco, por militares americanos ajudados por agentes da CIA, afirmou ontem a cadeia televisiva CBS.

Internacional Socialista

A Internacional Socialista começou hoje o debate, em Bruxelas, da questão dos europeus e da situação no Médio Oriente.

posições ora a favor do reforço militar aliado ora a favor do desarmamento completo e multilateral, embora se espere que do encontro resulte uma resolução de consenso sobre a questão.

Dirigentes do «Solidariedade» recusam exílio

Os sete antigos dirigentes do «Solidariedade» actualmente presos recusaram «oficialmente» a proposta das autoridades polacas de libertação imediata sob a condição de exílio temporário no Ocidente, indica o semanário clandestino «Tygodnik Mazowsze» (região de Varsóvia).

Conselho da Europa condena Chipre

A Comissão Política do Conselho da Europa condenou ontem e «rejeitou inequivocamente» a proclamação unilateral de independência da parte Norte de Chipre.

Alegre (PS) e Rui Almeida Mendes (PSD), considera que tal acto não pode ter por efeito oficializar a divisão da ilha e pede à comunidade cipriota turca que anule a declaração de 15 de Novembro sobre a independência.

Regresso de cosmonautas soviéticos

Os cosmonautas soviéticos Vladimir Liakhov e Alexandre Alexandrov regressaram à Terra, anunciou quarta-feira a agência TASS.

Os dois homens, que passaram 150 dias a bordo da estação orbital «Saliut-7», regressaram à Terra na nave «Soyuz T-9».

Grécia protesta contra Turquia

A Grécia protestou, energicamente, quarta-feira à noite, junto da Turquia, em consequência da entrada de um avião de reconhecimento mili-

tar turco na zona de informação de voo do aeroporto de Atenas, sem se ter submetido previamente ao plano de voo, indica fonte oficial grega.

Apreendido material para Cuba

Um alto responsável das alfândegas revelou, na quarta-feira, que tinha sido confiscado na véspera em Chicago, material de alta tecnologia que ia ser vendido a Cuba por intermédio do homem de negócios de nacionalidade americana Roberto Vesco, que está a ser procurado pela justiça dos Estados Unidos.

Ocupado o consulado da Costa Rica

O consulado da Costa Rica em Amsterdão foi ocupado ontem à tarde por elementos do movimento pacifista holandês.

Os ocupantes protestam contra a permanência de soldados norte-americanos no território da Costa Rica.

Dominado o incêndio em Antuérpia

Está dominado, anunciaram os bombeiros, o incêndio que se ateou, quarta-feira, na refinaria da Esso no porto de Antuérpia. As chamas não causaram nenhuma vítima, mas destruíram parcialmente a torre de destilação da refinaria.

Envolvimento norte-coreano em Rangun?

Um «comando» de três norte-coreanos foi enviado para a Birmânia por um general do Exército com ordem para assassinar o presidente sul-coreano Chun Doo-Hwan, tendo beneficiado da assistência da Embaixada norte-coreana em Rangun, soube-se ontem na

capital birmanesa durante uma audiência do tribunal.

Segundo a confissão assinada por Kang Min Chul, um dos dois réus norte-coreanos que respondem em tribunal, a ordem para matar o presidente Chun foi dada pelo general norte-coreano Tae Chang Su.

Governo espanhol aprova lei «antiterrorista»

O governo espanhol aprovou ontem, em Conselho de Ministros, um projecto de lei que inclui uma série de «medidas para a luta contra o terrorismo», informou o porta-voz governamental.

Este projecto de lei, anunciado há duas semanas por Felipe Gonzalez durante um debate sobre este tema no Parlamento, unifica a legislação existente sobre a matéria e introduz medidas novas que permitirão intensificar a acção das forças de segurança e dos tribunais.

O projecto de lei, a quem em princípio os partidos políticos

anunciaram o seu apoio, inclui medidas de ordem jurídica e processual, penitenciárias, penais e de cooperação internacional.

Uma das medidas permitirá a suspensão dos partidos políticos depois de um tribunal declarar a sua ilicitude por motivo de «apoio ao terrorismo».

No campo da cooperação internacional, exigirá-se ao governo francês que aplique a convenção de Viena, dando a «qualificação de delictos terroristas e não políticos aos atentados praticados pelos membros da ETA refugiados em território francês».

Em matéria penitenciária, as

novas medidas permitirão concentrar numa só prisão, a de Herrera de La Mancha (Ciudad Real), os presos membros das organizações separatistas bascas, que são actualmente 335.

O projecto de lei prevê o endurecimento das penas quando os autores dos delitos exerçam cargos públicos ou quando as vítimas sejam membros das Forças de Segurança ou das Forças Armadas.

Serão endurecidas as penas para os delitos de «apologia do terrorismo e ultraje aos símbolos nacionais».

Divulgado um relatório sobre a Scotland Yard

Polícias londrinos 'sofrem' de sexismo e têm tendência para o alcoolismo

Racismo, sexismo, desonestidade e tendência para o alcoolismo: as conclusões de um relatório sobre a polícia londrina realizado a pedido da Scotland Yard e publicado na sexta-feira passada infligiram um sério golpe à imagem de marca de uma das mais prestigiosas polícias do mundo.

Os autores do relatório, psicólogos e sociólogos do «Policy Studies Institute», um organismo respeitado pela sua independência, investigaram durante quatro anos para produzir um documento de 1100 páginas.

Trabalharam com os polícias, misturaram-se com os manifestantes e os utentes de serviços, interrogaram 1700 agentes da polícia e 2500 londrinos. As suas conclusões são desanimadoras.

O alcoolismo, considera o relatório, coloca um «risco profissional grave», em particular na brigada criminal. «Vimos com frequência inspectores à civil embriagados durante o serviço» e sucede igualmente que infringem a legislação sobre o álcool, indo beber depois da hora de encerramento dos pubs, afirmam os autores. Os polícias uniformizados por seu turno raramente bebem durante o serviço, mas bebem depois. A bebida é vista como «um teste de virilidade e uma prova de boa camaradagem».

«Custo da virilidade»

Os polícias, de uma maneira geral têm «o culto da virilidade» o

que influi nas suas relações com as agentes femininas (10 por cento dos 26 000 polícias londrinos são mulheres). Um agente evocou com os autores do relatório os «bons velhos tempos» em que era aplicado o carimbo do comissariado «nas nádegas nuas» das novas recrutas femininas. O relatório acusa, além disso, a Scotland Yard de discriminação sexual no recrutamento e promoção dos agentes.

O relatório constata igualmente atitude racista na polícia. «O grau de discriminação racial é gravemente preocupante», consideram os autores que encontraram com frequência inscrições racistas nos sanitários dos comissariados. «Pretos» e «macacos» para designar os negros em mensagens rádio.

A categoria de pessoas que tem mais possibilidade de ser presa são «os homens jovens e negros» e o número de interações, com frequência injustificadas, de jovens negros criou um sentimento de desconfiança entre a comunidade antilhesa em relação à polícia. O relatório recomenda a esse respeito a criação de cargos oficiais encarregados das relações raciais nos comissariados dos bairros com grandes comunidades antilhesas.

As «luvas»

Os métodos de interrogatório dos suspeitos são também criti-

cados. «Sucedem com frequência que os suspeitos não sejam advertidos nem mesmo informados de que se encontram detidos». Não é sequer raro os polícias «usarem táticas de intimidação e ameaças».

O relatório acusa por último, os polícias de tendência para a desonestidade em relação à entidade patronal, particularmente no tocante ao pagamento de horas extraordinárias. Os autores citam o exemplo de um comissário que fez pagar horas extraordinárias aos seus homens quando participavam na festa de despedida de um colega. Os inspectores organizam o seu dia de modo a ter «qualquer coisa de vital» a fazer em horas extra. «Há também as horas extraordinárias no «pub» afirma o relatório. Quanto à corrupção os polícias consideram que um inspector em cada vinte é susceptível de aceitar luvas.

Os inquéritos feitos junto dos utentes revelam que 83 por cento dos londrinos são opostos ao porte de armas pelos polícias e que 40 por cento acham a cidade pouco segura durante a noite.

O chefe da Scotland Yard, sir Kenneth Newman, deveria comentar o relatório, na sexta-feira à tarde, em conferência de imprensa. Os autores, por seu turno, prestaram homenagem à polícia por se ter prestado a tais investigações.

Governo libanês pede retirada dos combatentes palestinos

• Dissidentes avisam que entrarão em Tripoli no sábado

O governo libanês pediu ontem a «todas as forças armadas palestinas que saiam de Tripoli e do Líbano». Num comunicado publicado no termo da reunião semanal do conselho de ministros, o governo libanês recorda aos combatentes palestinos «o seu compromisso anterior de deixarem o Líbano e de não voltarem». O executivo libanês decidiu, ainda na mesma reunião, cortar as suas relações diplomáticas com o Irão e congelá-las com a Líbia, por causa da presença, com desconhecimento das autoridades, de forças ou grupos armados iranianos e líbios que participam nos conflitos em território libanês.

Entretanto, o projecto de acordo ontem aprovado em Damasco, entre o ministro dos Negócios Estrangeiros saudita e dirigentes sírios, e que prevê a paragem dos combates e a retirada dos combatentes palestinos de todos os

quadrantes de Tripoli e da sua região, continua a levantar polémica, nomeadamente no que respeita à posição de Arafat. Com efeito, e conforme ontem noticiámos, Rafik Nastsch, do Comité Central da Fatah (principal componente da OLP) e representante desta organização na Arábia Saudita, divulgou ontem que Yasser Arafat aceitou aquele acordo. No entanto, hoje, o representante da OLP em Paris, Ibrahim Souss, desmentiu formalmente os rumores segundo os quais Arafat teria deixado Tripoli.

Enquanto isso, um dos principais adversários de Arafat, o chefe da Frente Popular-Comando-Geral, Ahmed Jibril declarou ontem à Imprensa que se Arafat não abandonasse o Norte do Líbano, a trégua respeitada desde segunda-feira iria terminar no sábado de manhã. Segundo ele, o futuro de Yasser Arafat não é muito ris- nho: «Arafat já não tem forças. É

protegido apenas pelas milícias islâmicas anti-sírias do xeque Chabanne em Tripoli. A trégua terminará sábado de manhã e nessa altura faremos o que for necessário. Encontrar-nos-emos em Tripoli, na próxima semana», disse a concluir, Ahmed Jibril.

Conselho de Segurança

O Conselho de Segurança da ONU adoptou, ontem à noite, uma resolução apelando ao cessar-fogo imediato no Norte do Líbano e ao respeito escrupuloso, pelas partes envolvidas, na cessação das hostilidades.

Fonte diplomática libanesa na ONU sublinhou que a solução da crise libanesa só poderá ser obtida pela retirada de todas as forças estrangeiras não autorizadas que estacionam no seu território. «É assim que interpretamos os parágrafos 2 e 6 da resolução», acrescentou essa fonte.

O parágrafo 2 sublinha a ne-

cessidade de respeitar estritamente a soberania, a independência política e a integridade territorial do Líbano. O parágrafo 6 chama «as partes envolvidas a conformarem-se às disposições da resolução». Mas esta não identifica as partes envolvidas. A Síria sempre afirmou que não participa nos combates em Tripoli, embora seja disso acusada pelos lealistas da OLP.

Os Estados Unidos e o Líbano desejavam que a retirada das forças estrangeiras não autorizadas figurasse com todas as letras no texto da resolução. Mas essa pretensão esbarrou com a recusa da URSS e, por último, essa alteração foi abandonada para facilitar a adopção da resolução.

Entretanto, em Bruxelas, Walid Jumblat, chefe do Partido Socialista Progressista libanês, pediu aos dissidentes da OLP e aos lealistas de Arafat que reúnam «fora de Tripoli» para resolver o dife-

Dec

«Preocupante», «injuri- eis os adjectivos mais utilizados. Ocidente oferece hoje à de Genebra sobre «euro- pelo chefe da delegação sações. Chega-se mesmo mistérios da língua ru- decisão da URSS: há esp- na palavra russa usada p- um significado menos si- interpretando-a como «su- a entender que as conve- madas a qualquer momen- que em Janeiro os sovié- negociações. No entanto- fizeram em Genebra foi- disseram desde que as c- há dois anos — a instala- americano na Europa im- negociações.

A agência soviética TASS e a delegação dos EUA às conver- sações de Genebra coincidem na forma como noticiam a suspensão: foi decidida pela delegação soviética ao cabo de apenas 25 minutos, interrompidos pelos soviéticos, que comunicaram a interrupção sem marcarem qualquer data para o recomeço.

Porquê a interrupção? Em Moscovo a Imprensa nos últimos dias tem dado múltiplas indicações sobre a forma como iria reagir a delegação soviética em Genebra. Aliás, Moscovo advertira solenemente a República Federal da Alemanha das consequências a retirar da aprovação pelo Bundestag da instalação dos mísseis Pershing-2 e de Cruiseiro. Há, na atitude soviética, um pequeno pormenor que não podemos deixar de assinalar: embora Moscovo sempre tenha dito que não admitiria mais conversações depois da chegada de um só novo míssil que fosse, o certo é que a ruptura só surgiu quando entraram em cena, de forma iniludível, os Pershing-2, os mísseis que limitam a cinco minutos o tempo entre o lançamento e o atingir do alvo e que, sobretudo por isso, alteram todos os dados da guerra nuclear e todo o equilíbrio estratégico na Europa.

Suspensão das negociações de Genebra

Decisão soviética é "injustificada" segundo os países da NATO

«injustificada», «temporária» — são utilizadas nas reações que o Ocidente a ruptura das negociações de Genebra. O anúncio da decisão soviética àqueles convertem-se a procurar sondar os motivos para avaliar a verdadeira situação. Os especialistas que descobrem a decisão pelo embaixador soviético em Moscou, o da «ruptura», o «suspensão», e dando assim conversações poderão ser retomadas. Em Washington diz-se que os soviéticos voltarão à mesa das negociações, aquilo que os soviéticos não foi exactamente aquilo que as conversações começaram a implicar o rompimento das

dente Reagan declarou-se decepcionado mas não surpreendido com a decisão soviética, comentando que não havia justificação para essa decisão e considerando-se convicto de que a URSS voltaria depressa (em Janeiro dizem alguns) às negociações. Por fim, declarou que faria tudo quanto pudesse para que as conversações fossem reatadas. O chefe do Pentágono disse apenas: era isto mesmo que nós prevíamos.

O Conselho da NATO considerou injustificada a interrupção e manifestou a esperança de que ela seja temporária.

Em Bonn o ministro dos Negócios Estrangeiros, Genscher, defendeu um encontro entre Yuri Andropov e Ronald Reagan; o governo manifestou «vivo pesar» pela interrupção, e o dirigente social-democrata, Vogel, afirmou que esta ruptura era a primeira consequência prejudicial da votação no Bundestag.

O Observatore Romano do Vaticano considera a interrupção um facto preocupante, mas abstém-se de a comentar.

Outras reacções no Ocidente: Suécia, «extremamente lamentável», mas não critica a URSS; Noruega, «longe de ser razoável» e atribui as culpas à URSS; Holanda, «absolutamente injustificada» e condena a URSS; Espanha, «preocupante», e abstém-se de comentários e de atribuição de culpas; Grã-Bretanha, «totalmente despropositado» e censura a URSS; Bélgica lamenta «muito vivamente», mas não condena em termos críticos os soviéticos; Grécia, «não é uma surpresa»; Tóquio diz que a URSS agiu contra o desejo da paz no mundo; em Otava (Canadá) diz-se que esta decisão soviética não levará o primeiro-ministro Trudeau a desistir da sua missão de paz.

Na URSS, comentam-se dois acontecimentos: a decisão do Bundestag oeste-alemão e a ruptura das negocia-

ções. Pelo tom da imprensa soviética, que nos chega, através das agências ocidentais, é nítido que a «funesta» e «legalmente duvidosa» decisão de Bonn fez perder a Moscovo quaisquer esperanças que porventura alimentasse sobre a hipótese de um acordo em Genebra. Moscovo alega que a decisão parlamentar vai contra o artigo 24 da Constituição alemã ocidental, pois transfere o essencial dos direitos soberanos alemães para o presidente dos EUA, uma vez que serão os EUA e não a RFA quem disporá da «chave» para disparar os novos mísseis, os quais poderão partir do território alemão, desencadear uma guerra de extermínio em cinco minutos, sem que o povo alemão ou o seu governo o saibam. Talvez por isso, o jornal direitista oeste-alemão «Die Welt», revela hoje que o presidente Reagan enviou uma carta ao chanceler Kohl, dizendo que o sistema será de «dupla chave» isto é, que os oeste-alemães terão direito a pronunciar-se antes do disparo. Mas esta carta, ainda que exista, não tem qualquer valor, pois a decisão da NATO foi taxativa a este respeito: o disparo dos mísseis ficará ao arbítrio do supremo comando da NATO, o qual incumbe aos EUA.

A agência Novosti atribui, entretanto, a responsabilidade do malogro das negociações a Washington, que sempre assumiu uma atitude «torpeadora» e afirma que a URSS considera — agora como seu primeiro dever — tomar medidas de reticção em relação ao Ocidente. A Novosti diz ainda que a instalação dos mísseis da NATO provocará uma série de complicações internacionais, uma escalada inevitável na corrida às armas, um enfraquecimento da estabilidade estratégica. Por último, a agência põe de pé a ameaça anteriormente feita pela URSS de que abandonaria também as negociações START, as quais prosseguem entretanto. Mas o texto da Novosti a este respeito dá lugar a dúvidas: «as condições das conversações START complicar-se-ão», afirma.

Do mesmo tempo, o vice-ministro soviético da Defesa abordou os perigos para a segurança europeia que advêm do rearmamento convencional da NATO.

Os Pershing-2

No Pentágono indica-se que a interrupção de Genebra não afectará o calendário da instalação dos mísseis. Claro que não: o calendário foi sempre respeitado mesmo durante as negociações...

Ontem, o governo de Bonn anunciou oficialmente que os primeiros elementos do Pershing-2 chegaram ontem mesmo à RFA.

Na base de Ramstein foram ontem vistos vários aviões Galaxy, que, segundo os especialistas, terão levado equipamento para os nove primeiros Pershing-2. De Ramstein esses elementos deverão ser transportados por helicóptero até à base de Mutlangen.

O míssil Pershing-2, cujos primeiros elementos chegaram ontem à RFA, é um engenho balístico de médio alcance (1800 quilómetros) disposto de uma ogiva nuclear. Deve ser instalado um total de 108 exemplares deste míssil de fabrico americano na Alemanha Federal.

Construído (juntamente com o míssil de Cruzeiro) pelos peritos da NATO, o Pershing-2 substitui o Pershing-1, que tem um alcance de 700 km, o qual havia sido instalado pela primeira vez na Europa em 1964.

Com 10,2 metros de comprimento, o Pershing-2 é composto por dois andares e funciona com um combustível sólido (pólvora). O seu impulso à decolagem é de 4,6 toneladas. Está dotado de uma ogiva manobrável com direcção terminal depois da entrada na atmosfera. Este sistema utiliza um radar, que fixa a imagem do alvo para a comparar com a que está memorizada num computador de bordo. Segundo os especialistas militares, a precisão sobre o objectivo — que é atingido num período de oito a 14 minutos — é de trinta metros.

Ainda a guerra das Malvinas

Leopoldo Galtieri condenado à morte?

O ex-presidente argentino Leopoldo Galtieri pode ser condenado à morte pela intervenção na guerra das Malvinas, segundo o relatório da comissão militar de inquérito publicado terça-feira por um semanário de Buenos Aires.

O Conselho Supremo das Forças Armadas argentinas reuniu ontem pelo segundo dia consecutivo, para analisar o relatório da Comissão Rattenbach publicado terça-feira, pela revista «Siete Días».

Ano e meio depois da derrota militar argentina na guerra contra a Grã-Bretanha pela posse das ilhas Malvinas, a opinião pública argentina ficou informada das acusações formuladas pela comissão de inquérito militar contra o ex-presidente Leopoldo Galtieri, o almirante Jorge Anaya, chefe de Estado-Maior da Armada, o general Mario Menéndez, governador das Malvinas durante a ocupação argentina e outros 16 oficiais gerais.

A comissão conclui que a conduta de Galtieri como responsável político e estratégico da guerra, violou a Constituição nacional, as decisões da Junta Militar e diversas leis da justiça militar pelo que o ex-presidente pode vir a ser condenado à pena de morte ou a prisão perpétua, penas também aplicáveis aos «crimes» cometidos pelo almirante Anaya.

O relatório ilibado parcialmente o brigadeiro Basilio Lami Dozo, chefe de Estado-Maior da Força Aérea, que se opôs à intervenção militar que provocou o início da guerra e cujas tropas tiveram um «comportamento positivo», pese a falta de meios e condições para desenvolver correctamente as missões.

O único civil inculcado pela comissão de inquérito militar é o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Nicanor Costa Mendez, acusado de «violação dos deveres de funcionário público».

Para evitar uma guerra nuclear

Comissão do Senado dos EUA propõe central de informações

Uma comissão consultiva do Senado americano propôs, na quarta-feira, ao presidente Ronald Reagan, a criação de centros onde as duas superpotências possam permutar directamente informações para tentar evitar uma guerra nuclear ocidental.

«Existe um número crescente de circunstâncias que podem originar uma guerra nuclear, que nem os Estados Unidos nem a Grã-Bretanha hajam previsto ou não tencionavam provocar, designadamente em caso de envolvimento de outras potências nucleares ou grupos terroristas», pensa este grupo de trabalho num relatório remetido à Casa

Branca.

Os responsáveis deste, os senadores Sam Nunn (democrata, Gérgia) e John Warner (republicano, Virgínia) acreditam por outro lado, que se se revelar eficaz a prática de comunicações directas entre Washington e Moscovo graças a centros que funcionem as 24 horas do dia «seria possível» num futuro mais ou menos distante, criar centros dirigidos conjuntamente por especialistas de ambos os países nas duas capitais.

A comissão encara igualmente a possibilidade de semelhante centro poder ser criado num país neutro e funcionar com uma equipa americano-soviética.

Manifestantes presos na Índia

Cimeira do Commonwealth debate relações Leste-Oeste

A polícia indiana prendeu ontem mais de 800 manifestantes, entre os quais 320 refugiados afgãos, que se tinham reunido à margem da cimeira dos chefes de Estado e de governo do Commonwealth, inaugurada ontem mesmo pela primeira-ministra indiana Indira Gandhi.

«Os dirigentes do mundo inteiro parecem ter esquecido o Afeganistão», deplorou o porta-voz dos manifestantes afgãos, Mohamed Medi Baguzayee, depois de ter entregue aos polícias um memorando que apela aos dirigentes do Commonwealth a darem o seu apoio aos insurrectos islâmicos.

Anteriormente a polícia já tinha detido cerca de 500 pessoas, entre as quais 17 membros do Parlamento indiano, que queriam protestar contra a presença, na cimeira, do presidente srilankês, Junius Jayewardene.

Entretanto o primeiro-ministro canadiano Pierre Elliot Trudeau poderá vir a chefiar uma missão

do Commonwealth a Washington e a Moscovo para tentar pôr termo à corrida às armas nucleares, confirma-se de fonte autorizada indiana em Nova Deli.

Esta missão, sugerida pelo presidente zambiano Kenneth Kaunda, seria constituída pela Índia, pela Austrália, e pela Nigéria.

A proposta zambiana surgiu no próprio dia em que as negociações americano-soviéticas de Genebra sobre os euromísseis eram interrompidas pelos soviéticos.

Esta notícia deu, no entanto, um tom dramático às discussões iniciadas durante a manhã de ontem sobre as relações Leste-Oeste e sobre os perigos de um holocausto nuclear, nota uma fonte diplomática asiática.

Os debates foram abertos pelo primeiro-ministro canadiano cujo plano de paz reteve a atenção dos delegados a esta cimeira reunida na capital indiana de 23 a 30 de Novembro.

EUA: 15 milhões para Granada

O Governo americano concederá até ao fim deste ano um auxílio económico de 15 milhões de dólares a Granada, anunciou oficialmente ontem em Washington.

Este auxílio que irá juntar-se aos 3,75 milhões de dólares já concedidos pelos Estados Unidos a Granada, destina-se a pôr em funcionamento «uma economia seriamente afectada pelo governo marxista».

primeiro-ministro Dailha, Maurice Bishop, declarou o director adjunto da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) Americana, Jay Morris.

Os quinze milhões de dólares serão retirados dos 60 milhões de dólares de apoio que os EUA tinham previsto conceder à Síria, mas que foram cortados pelo congresso há quinze dias, indicou Morris.

Batalha de Tripoli apressou o acordo

Começou hoje a troca de prisioneiros entre Israel e a OLP

Seis soldados israelitas foram hoje libertados pela Organização de Libertação da Palestina (OLP) em troca de cerca de 4500 prisioneiros palestinos, libaneses e de outras nacionalidades detidos no campo de Al Ansar, no Sul do Líbano, e em Israel.

Os seis israelitas prisioneiros do FATAH (principal componente da OLP) desde Dezembro de 1982 deixaram Tripoli (Norte do Líbano) a bordo dum navio francês, antes de serem transferidos para um barco israelita que segue em direcção a Saida, no Sul do Líbano, de onde deverão regressar a Israel, indicou um porta-voz do Exército israelita.

Na primeira fase da operação, cerca de mil detidos do campo de El Ansar foram transferidos para Argel a bordo de três Boeing da Air France, fretados pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR), que conduziu a negociação para a sua libertação.

Cem detidos em Israel também foram libertados.

Esta manhã, 120 autocarros duma companhia de transporte israelita começaram a embarcar os detidos palestinos para os dispersar por quatro centros principais no Sul do Líbano: Nabatieh, Saida Tiro e Hasbaya.

O primeiro-ministro israelita, Yitzhak Shamir, declarou hoje que as negociações para a troca de prisioneiros tinham sido precipitadas «por causa da ameaça que pesa sobre Tripoli e sobre a sorte dos detidos israelitas».

«Pagamos um preço extremamente elevado para conseguirmos a sua libertação, mas não ti-

nhamos outra opção», acrescentou Shamir, afirmando que Israel continuará a «fazer todos os esforços necessários para conseguir a restituição dos seus outros soldados prisioneiros». Dois outros soldados, raptados na mesma data, continuam em poder da organização pró-síria FPLP-CG de Ahmed Jibril, que se juntou aos dissidentes da FATAH.

O acordo de troca prevê também a restituição dos arquivos da OLP, capturados pelo Exército israelita, em Beirute, em Setembro de 1982. Os arquivos são, fundamentalmente, constituídos por informações militares sobre Israel reunidas pela OLP, além duma enorme documentação.

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina

do país nos

rendo palestino por vias pacíficas. Jumblatt acrescentaria que «não se pode tolerar que Tripoli pague o custo das divergências no seio da OLP». Contudo, o chefe druso, sublinhou: «Se a OLP se entredestrói nada mais resta do povo palestino. Por princípio, é preciso salvar a OLP» — concluiu.

Jumblatt encontra-se em Bruxelas para participar numa reunião da Internacional Socialista, à qual a OLP pretende assistir, com estatuto de observador.

URSS exorta à cooperação com a Síria

A URSS exortou ontem a resistência palestina a «cooperar» com a Síria, bem como com as outras «forças nacionais e patrióticas árabes», indica a agência Tass.

Este apelo foi lançado, em Moscovo, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros soviético

Grupo de Futebol «Os Operários»

CONVOCATÓRIA

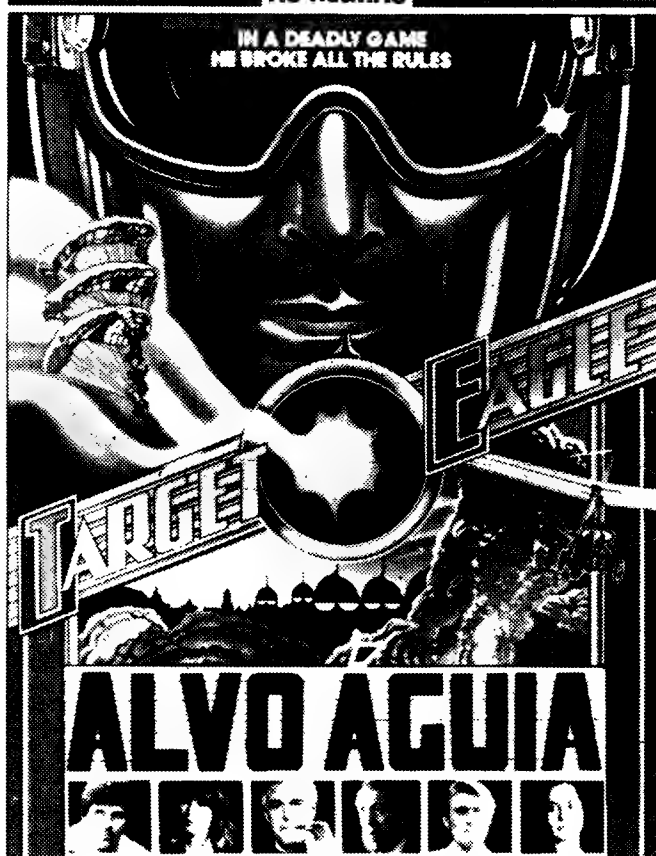
Reunião de Direcção

Ao abrigo dos Estatutos e a pedido da Direcção, o Presidente da mesma convoca os sócios para uma Reunião Extraordinária na sua sede, pelas 21.30 horas do dia 25 de Novembro de 1983, a fim de tratar de assuntos indispensáveis ao nosso clube.

A Direcção
**ASSOCIAÇÃO
PORTUGAL-RDA**
II Encontro de Amigos da RDA
Dias 26 e 27 de Novembro
Casa do Alentejo — R. Portas St.º Antão, 52

Dia 26 às 10 horas, inauguração com a presença do embaixador da RDA, a delegação vinda de Berlim — Erich Markowitsch, Heinz Fehse e Rainer Bettermann — e do marechal Costa Gomes, presidida por João de Freitas Branco.

Dia 27, às 20 horas, grande jantar de confraternização.
Inscreve-te!

**NUM JOGO DE MORTE, ELE QUEBROU TODAS
AS REGRAS**


um filme de
J. Anthony Loma
 com
MAX VON SYDOW
GEORGE RIVERO · MAUD ADAMS
CHUCK CONNORS · GEORGE PEPPARD

HOJE ESTREIA ÀS 14 **ROXY** **HOJE ESTREIA ÀS 14**
 ALM. RFIS e cinema **Monte Carlo**
 AO RATO

Beirute, caixa de ressonância de todos os conflitos no Líbano

Mocine Nabaa — France Press

Com as suas escolas encerradas, a gasolina distribuída a conta-gotas, as ruas cortadas, metade da população vivendo entre o apartamento e o abrigo ou a cave, Beirute vive ao ritmo dos confrontos interpalestinos do norte do Líbano, do encerramento da passagem da ponte sobre o rio Awali ao sul, dos combates interlibaneses na montanha e das dificuldades da Força Multinacional.

Desde a passada quarta-feira, estão encerrados quase todos os estabelecimentos escolares, em toda a capital. As causas foram, em primeiro lugar, os bombardeamentos cegos de que Beirute fora alvo devido à guerra na montanha situada a sudeste da capital.

O encerramento, decidido inicialmente por dois dias, foi prolongado pelas escolas francesas até domingo, por receio de represálias ao ataque aéreo francês na Bekaa. Como a insegurança se perpetua, o ministério

da Educação considerou útil fixar a reabertura das duas escolas para hoje, quarta-feira, argumentando que a segunda-feira era o «dia da bandeira» e terça-feira a da festa da independência do Líbano.

A gasolina é cada vez mais rara e há bichas intermináveis de automóveis nas estações de serviço que não têm afixado o cartaz «encerrada».

Já não se pode atestar e os consumidores têm apenas direito a vinte litros de gasolina, seja qual for o seu veículo. Duas razões para esta penúria: a refinaria de Trípoli está a arder, sob o fogo cruzado dos combates interpalestinos, a de Zahraní, no sul do Líbano, está submetida à vontade dos «bloqueios» israelitas no Awali.

Também são numerosos os habitantes de Beirute que renunciaram ao automóvel, tendo passado a andar a pé. Tanto mais que, para se circular na capital libanesa, é preciso ter uma elevada dose de paciência.

Desde os atentados anti-americanos e antifranceses do passado dia 23 de Outubro, os países membros da Força Multinacional (Estados Unidos, França, Itália e Grã-Bretanha) tomaram medidas de segurança cada vez mais draconianas, que tornam uma parte das ruas totalmente impraticável.

Todas as vias que conduzem aos vários acessos das embaixadas francesa, britânica e americana estão proibidas e obstruídas. Por seu turno, a embaixada de Itália limitou-se a mandar cortar uma ruela e a «invadir» metade do piso de outra rua, amontoando sacos de areia encimados por pipas. O embaixador da Grã-Bretanha mandou aumentar o muro em redor da sua residência para o dobro.

Psicose do atentado

As posições dos soldados franceses — os únicos da Força Multinacional presentes no centro de Beirute — são verdadeiras

fortificações militares: barreiras de terra, sacos de areia, arame farpado e estacas.

Desde o ataque aéreo francês da passada quinta-feira, a psicose do atentado antifrancês atingiu a população. Agora, as pessoas evitam passar próximo de um «interesse» francês, como medida de precaução.

Além disso, toda a população da parte leste de Beirute (cristã) — mas também a dos arredores sul (chiita) — vive com o medo permanente dos bombardeamentos. Com efeito, o cessar-fogo do passado dia 25 de Setembro é infringido diariamente na montanha situada a sudeste da capital e nos lugarejos populosos chiitas do sul.

Nos dois casos, as pessoas vivem nas caves. Tanto mais que, nos arredores sul e apesar dos desmentidos e declarações oficiais apaziguadoras, há rumores segundo os quais os americanos ou o exército libanês tencionam «abater» as milícias chiitas que aí se encontram.

**Cabeleireiro Eva**

Praça Marquês de Pombal, 1 — Lisboa

AS SUAS SECÇÕES DE

mise • brushing • corte • manicure • pedicure • depilações

FUNCIONAM DAS

8.30 h. às 20.30 h.

**OLHE O PERIGO
DE
FRENTE!**

**TRIBUNAL DA 1.ª
INSTÂNCIA DAS
CONTRIBUIÇÕES
E IMPOSTOS DE
LISBOA — 1.º JUÍZO**
**ARREMATACÃO
1.ª. PRAÇA**

Faz-se público que pelo 1.º Juízo do Tribunal de 1.ª Instância das Contribuições e Impostos de Lisboa, no dia 7 de Dezembro de 1983, pelas 15 horas neste Tribunal — Rua Braamcamp-5-4.º, uma quota social abaixo descrita, penhorada a Saprel — Sociedade Aero Portuguesa de Representações Lda, com sede na Praça das Águas Livres-8 em Lisboa, no pro-

cesso executivo n.º 156/83, instaurado por dívida de Custas.

BEM PENHORADO

Verba única — Uma quota social no valor nominal de 44 400 000\$00, que a executada possui na firma Corame-Constructora Metálicas, Lda, com sede em Santa Iria de Azoia e que corresponde a 98% do capital social total da empresa. São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 16 de Novembro de 1983

O JUÍZ DE DIREITO
 (Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O LIQUIDADOR TRIBUTÁRIO
 (Carlos Manuel Almeida Alves)

D.L., — 24/11/83 — 2.ª. Publicação

**TRIBUNAL DE
1.ª. INSTÂNCIA
DAS CONTRIBUIÇÕES
E IMPOSTOS
DE LISBOA — 1.º JUÍZO**
**ARREMATACÃO
1.ª. PRAÇA**

Faz-se público que pelo 1.º Juízo do Tribunal de 1.ª Instância das Contribuições e Impostos de Lisboa, no dia 6 de Dezembro de 1983, pelas 15 horas, neste Tribunal — Rua Braamcamp-5-4.º, vai à praça o móvel abaixo descrito penhorado a José Ribeiro Indústria e Comércio, S.A.R.L. com sede na Av. de Pádua 14 em Lisboa, no processo executivo n.º 4774/82, instaurado por dívida a Contribuição Industrial de 1979.

BEM PENHORADO

Verba única — Uma mesa de pré-fabricação de edifícios basculantes c/aquecimento hidráulico c/ as medidas de 3,5 m x 9 m em razoável estado de conservação, no valor de 2 500 000\$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 14 de Novembro de 1983

O JUÍZ DE DIREITO
 (Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O LIQUIDADOR TRIBUTÁRIO
 (Carlos Manuel Almeida Alves)

D.L., — 24/11/83 — 2.ª. Publicação

**TRIBUNAL DE
1.ª. INSTÂNCIA
DAS CONTRIBUIÇÕES
E IMPOSTOS DE
LISBOA — 1.º JUÍZO**
**ARREMATACÃO
1.ª. PRAÇA**

Faz-se público que pelo 1.º Juízo do Tribunal de 1.ª Instância das Contribuições e Impostos de Lisboa, no dia 6 de Dezembro de 1983, pelas 16 horas, neste Tribunal — Rua Braamcamp-5-4.º, vai à praça o móvel abaixo descrito, penhorado a José Ribeiro Indústria e Comércio, S.A.R.L. com sede na Av. de Pádua-14 Lisboa, no processo executivo n.º 4772/82, instaurado por dívida a Contribuição Industrial de 1976.

BEM PENHORADO

Verba única — Cinco mesas de pré-fabricação de edifícios basculantes c/aquecimento hidráulico, c/ as medidas de 3,5 m x 9 m em razoável estado de conservação no valor presumível de 12 500 000\$00.

São citados quaisquer credores incertos e desconhecidos da executada bem como os sucessores dos credores preferentes.

Lisboa, 14 de Novembro de 1983

O JUÍZ DE DIREITO
 (Manuel Luís Macaísta Malheiros)

O LIQUIDADOR TRIBUTÁRIO
 (Carlos Manuel Almeida Alves)

D.L., — 24/11/83 — 2.ª. Publicação

*** COMUNA TEATRO DE
PESQUISA ***

 sexta e sábado
 às 21.30h

**10 MESES
DE LOTACÕES ESGOTADAS**
**2 salas
2 espectáculos**

 praça espanha
 TEL 72 08 18

 no espaço de
CAFE-TEATRO
 UM ESPECTÁCULO

★ NOVO ★

**QUERO
O MEU VITOR
A CORES**

 UMA FARSA DE CORPO PRESENTE 4
 quintas às 22 h

 sexta e sábado
 às 23.30h

SERVIÇO DE BAR

**PARTE DO DIA
6900\$00/SEMANA**

Para trabalho em «part-time», firma admite 5 pessoas com mais de 16 anos e o 9.º Ano Unificado, como mínimo.
 Tel. 57 85 62 só amanhã.
 Nota: Últimas inscrições.

Ao fim da tarde

Função Pública manifesta-se em Lisboa e Porto

Ao fim da tarde de hoje, os trabalhadores da Administração Central, Regional e Local manifestam-se em Lisboa e Porto, pela negociação dos salários de 1984 e satisfação das reivindicações apresentadas ao Governo em Agosto.

Em Lisboa a manifestação decorrerá entre o Marquês de Pombal e São Bento, com concentração em frente à Assembleia da República, às 18 e 30. No Porto a concentração realiza-se às 18 horas, junto ao Governo Civil.

Entretanto, em Braga, Bragança, Viana do Castelo e Vila Real, dirigentes e delegados

sindiciais entregaram nos Governos Civis documentos aprovados no plenário regional do passado dia 17, no Porto, durante a jornada nacional «contra o roubo do 13.º mês».

A Comissão Negociadora Sindical da Frente Comum da Função Pública exige a satisfação das reivindicações constantes de um documento denominado «Doze medidas urgentes para a Função Pública», entregue em Agosto ao Governo.

O comunicado da Frente Comum chama a atenção para o facto de, após cinco

meses de recusa do diálogo, só ontem ter sido recebida uma delegação sua por um membro do Governo, o secretário de Estado da Administração Pública, para discussão do projecto de diploma relativo aos direitos de negociação dos trabalhadores da Função Pública.

Nessa reunião, o secretário de Estado, apesar de se ter recusado a apresentar propostas concretas, manifestou-se disposto a introduzir alterações no «projecto de imposição colectiva» do governo, designadamente a incluir a negociação da massa salarial.

A CNS exigiu a marcação de nova reunião para a discussão dos salários no início da próxima semana. No caso de essa reunião não se concretizar, o plenário da Frente Comum, que se realiza na próxima semana, decidirá novas formas de luta.

Como ontem noticiámos, o julgamento dos 23 dirigentes da Função Pública, detidos quando se encontravam em vigília junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, prossegue na próxima segunda-feira, com a audição das testemunhas de acusação e as dos dez primeiros réus.



Quem ajuda a cooperativa

Comandante Ramiro Correia?

Constituída em 1977, a Cooperativa Operária de Produção de Pesca Comandante Ramiro Correia tinha como objectivo prioritário a construção de um navio de pesca com o nome daquele capitão de Abril. O navio, que orçou em 80 milhões de escudos, está pronto. Faltam, no entanto 3500 contos, necessários ao pagamento aos estaleiros navais de Carnave, em Aveiro, da última prestação.

Dadas as dificuldades de auxílio oficial ao seu empreendimento e para ultrapassarem o derradeiro obstáculo que lhes permitirá, finalmente, dar início ao seu trabalho, os cooperantes da Cooperativa Ramiro Correia lançaram uma campanha pública de fundos.

Os contribuintes serão reembolsados no prazo de 24 meses após o início do trabalho e de acordo com as condições que forem estabelecidas para cada caso concreto.

Eleições no Sitava

Decorrem hoje as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (Sitava), para as quais concorrem duas listas.

A lista A, subordinada ao lema «Um sindicato para todos. Vamos consolidar o Sitava», integra os sindicalistas que dinamizaram a formação do sindicato, em 1979.

A lista B é composta pelos elementos que constituem os ac-

tuais corpos gerentes do sindicato. É considerada próxima da área política das forças que constituem o actual Governo.

Por seu turno, a lista A, que se propõe garantir o reforço da vida democrática no sindicato, declara que combaterá «firmemente a política fiscal do Governo» e que «resistiremos por todos os meios a qualquer tentativa de aplicação no sector do lay-off».

Greve no ISCTE 3.ª feira

Os trabalhadores não docentes do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) decidiram em plenário entrar em greve na próxima terça-feira, dia 29, se o Conselho de Ministros, até lá, não aprovar o projecto de decreto-lei que reestrutura os quadros de pessoal e os reclasifica.

Estes trabalhadores lutam também pela integração nas categorias correspondentes às funções desempenhadas e de acordo com o tempo de serviço prestado, pela inclusão de todo o pessoal no quadro, pela melhoria das condições de trabalho e pelo bom funcionamento da escola.

Um comunicado da Federação da Função Pública afirma que os trabalhadores não docentes do ISCTE aguardam há quatro anos que o Ministério da Educação lhes aplique legislação saída para a generalidade da FP e para a Universidade.

Acréscima a Federação que tem desenvolvido todos os esforços para que estes problemas sejam resolvidos pela via do diálogo, mas que o Ministério da Educação não tem tido «o mesmo entendimento», recusando-se sistematicamente a receber as organizações sindicais.

Luta contra o Governo vai intensificar-se

Segundo a CGTP

Os trabalhadores e o movimento sindical caminham para a realização de lutas «mais coordenadas no plano nacional e mais avançadas na sua expressão, com o objectivo de derrotar esta política e este Governo, tal como o fizera com os governos da ex-AD», concluiu a CGTP.

Em comunicado divulgado após a reunião semanal da sua Comissão Executiva, a central sindical que se debruçou essencialmente sobre a análise da «jornada nacional de protesto» de 17 de Novembro, aponta como objectivos imediatos a luta dos trabalhadores «o pagamento dos salários em atraso, a continuação da denúncia da política fiscal do Governo, a defesa do sector público e da reforma agrária, o desbloqueamento dos CTT, a não aplicação do lay-off, a actualização dos salários mínimos nacionais e a defesa do poder de compra dos trabalhadores».

Uma outra questão abordada pelos dirigentes sindicais foram as inundações do último fim-de-semana que, refere o comunicado, «vieram tornar ainda mais precárias as condições de vida e de trabalho de milhares de famílias afectadas pelas cheias».

Depois de considerar que

«os efeitos da calamidade puseram mais uma vez a nu as miseráveis condições de habitação, de saneamento e de transporte em que vivem as populações das regiões afectadas», a CGTP denuncia não só a «demagogia e o aproveitamento político que o Governo tem feito em torno da situação calamitosa de tantas famílias» mas, sobretudo, a sua «actuação predominantemente caritativa».

Para a Intersindical Nacional, o que se impõe é a imediata elaboração e concretização de um plano de emergência que «resolva a curto prazo as situações mais carentes das famílias afectadas e que sejam definidas e tomadas medidas que, em outras condições climáticas desfavoráveis, impeçam as trágicas consequências agora verificadas».

A propósito, a CGTP acusa o patronato de algumas empresas das regiões afectadas de, «a pretexto das inundações, tentar afastar e despedir trabalhadores e/ou eventualmente impor a aplicação do lay-off».

O Orçamento Geral do Estado que está actualmente a ser objecto de discussão na Assembleia da República é violenta-

mente atacado pela Inter uma vez que contempla o agravamento dos impostos sobretudo de quem trabalha.

Outras críticas incidem sobre o corte de cerca de 22,8 milhões de contos em rubricas como a educação, saúde, segurança e assistência social, habitação e os transportes. Por outro lado, verifica-se uma diminuição dos subsídios aos preços dos bens essenciais o que, prossegue a CGTP, se traduzirá em novos e brutais aumentos de preços. Em contrapartida constata-se um surpreendente aumento das indemnizações a ex-capitalistas e latifundiários o que, por sua vez, agrava a dívida pública com as emissões de títulos».

Finalmente, a CGTP-IN regista que, apesar das condições calamitosas em que se encontram milhares de pessoas afectadas pelas inundações e que sensibilizaram todo o país, o Governo não recua em nenhuma das suas medidas já tão energeticamente condenadas e que se abatem também de forma «trágica», sobre os trabalhadores portugueses: o roubo do 13.º mês, os salários em atraso, o aumento dos despedimentos e do desemprego, o corte das verbas no OGE para despesas públicas essenciais à população.

Concentração em defesa do sector público

As organizações representativas dos trabalhadores das empresas públicas concentra-se às 17 horas de hoje em frente à Assembleia da República, em defesa do sector e contra «a abertura ao capital privado de áreas fundamentais da nossa economia».

A Comissão Coordenadora do sector Público, Nacionalizado e Participado, promotora da concentração, considera que não é possível vencer a crise sem os trabalhadores e sem o sector nacionalizado e participado. E considera que a política prevista para 1984 é determinada pelo acordo

com o FMI, significa «a destruição de uma parcela importante do aparelho produtivo nacional, com agravamento sério do atraso em que o País vive».

A coordenadora anuncia que nas empresas nacionalizadas da banca e dos seguros os trabalhadores vão discutir os documentos

«e existe alternativa para o sector», por propostas das comissões coordenadoras das CT's dos sectores.

Pretendem os trabalhadores, com a discussão, demonstrar a sua disposição em defender a banca e os seguros.

Encontro da USP com representantes políticos do MAP

Estão marcadas para a próxima terça-feira as entrevistas pedidas pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN aos representantes do PS, PSD, CDS, APU e PPM na Assembleia Municipal do Porto e à mesa da AMP, com o objectivo de expor e sensibilizar as forças políticas para os graves

problemas com que se debatem os trabalhadores do Porto no momento actual.

O secretariado da USP decidiu ainda alertar os partidos representados na Assembleia da República para as consequências resultantes da aprovação de medidas como a Lei dos Despedimentos, os aumentos insupor-

táveis dos preços e dos impostos, o aumento brutal das tarifas de energia eléctrica, o imposto sobre o 13.º mês e o congelamento da contratação colectiva.

Protesto

Os trabalhadores da Administração Regional de Saúde (ARS)

de Coimbra exigiram que as restrições económicas não sirvam para encapotar deficiências funcionais e de gestão.

Em comunicado, contestam «a pobreza das relações de trabalho entre os vários serviços da sede da ARS e entre esta, os centros de saúde concelhios e os restantes serviços integrados».

**Dance no meio das nuvens!
Descubra uma nova
fronteira de aventura
e o êxtase de voar**



O BAILARINO DAS NUVENS

DAVID CARRADINE
JENNIFER O'NEILL in JOSEPH BOTTOMS
CLOUD DANCER
Produção e Realização
BARRY BROWN

AMANHÃ ESTREIA

ODEON

MAIORES DE 12 ANOS

Por um responsável da EDP

Energia nuclear apresentada como inevitabilidade imediata

O recurso à energia nuclear em Portugal, a partir de 1995, é uma solução inevitável — sustentou um responsável da EDP, o eng. Armando Paupério, antigo professor da Universidade do Porto, durante uma reunião com os jornalistas, efectuada anteontem à noite, no aproveitamento hidroeléctrico do Pocinho, situado na primeira parte do troço nacional do rio Douro.

Aquele técnico que é o responsável pelo sector de equipamento hidráulico da EDP, traçou na altura um panorama das nossas capacidades actuais e futuras no campo da produção da energia hídrica, concluindo pela «inevitabilidade de outras fontes», referindo-se depois concretamente às centrais a carvão e às nucleares. Segundo os números e os gráficos do eng. Armando Paupério, as centrais térmicas a carvão enfrentam, por seu lado, decisivas limitações determinadas quer pelos custos de combustível e seu transporte, quer pelas consequências no meio ambiente, pelo que, de acordo com as previsões da evolução do nosso desenvolvimento e das nossas necessidades de energia, o país só poderá obter resposta com o recurso à energia nuclear.

O mesmo responsável pela EDP dizia, no entanto, que não é aquela empresa pública que compete decidir do Plano Energético Nacional e das respectivas opções, embora

Barragem do Pocinho quase pronta: mais 525 milhões de KWH para a rede de electricidade nacional

lhe parece que essas decisões têm que ser «tomadas imediatamente» pelas instâncias adequadas.

O mesmo responsável referiu-se, por outro lado, ao aproveitamento do Alqueva, agora retomado pelo Governo, acusando o Ministério da Agricultura de não ter dado resposta à parte dos estudos a seu cargo (sector hidroagrícola). Quanto à sua parte, o sector hidroenergético, acrescentou o eng. Paupério, a EDP, que já gastou 1,5 milhões de contos no empreendimento do Alqueva, «dá a sua colaboração em qualquer altura e de imediato, mas não pode suportar sózinha os custos», sendo portanto indispensável que o Estado defina a repartição das responsabilidades.

Em fase de acabamento

No aproveitamento do Pocinho, com uma albufeira de 40 quilómetros de extensão e 830 hectares de área inundada, foram investidos 17 milhões de contos. Os trabalhos ainda não estão concluídos,

mas as obras executam-se actualmente já na fase dos acabamentos. Todavia, a entrada em funcionamento dos seus três grupos (sucessivamente em Março, Junho e Outubro do ano corrente) permitiu uma produção de energia que se traduziu já numa poupança de 1,5 milhões de contos de combustível.

A incorporação de tecnologia nacional no Pocinho foi da ordem dos 93 por cento, sendo 100 por cento nas obras de construção civil e 80 por cento nos equipamentos. As capacidades de produção de electricidade situam-se nos 525 milhões de KWH em ano médio e em 264 milhões em ano crítico. A potência instalada é de 62 MW em cada um dos três grupos. A semelhança do que sucede com as barragens a jusante (Valeira, Régua e Carrapateiro), o Pocinho ficou dotado de eclusas de navegação, a fim de assegurar a navegabilidade do troço nacional do Douro, desde a Foz até Barca de Alva. Tem ainda uma eclusa

especial destinada a permitir as migrações dos peixes.

Refira-se, por fim, que se encontram presentemente em construção cinco novas centrais hidroeléctricas (Crestuma-Lever, Vilarinho das Furnas-2, Torráo, Alto do Lindoso e Touvedo) e uma termoeléctrica (Sines) que entrarão em funcionamento até 1988.

A EDP investiu 150 milhões de contos entre 1978 e 1982 e investirá mais 500 milhões até 1987. Entre 1977 e 1982 foram electrificados 3584 lugares abrangendo uma população de cerca de 300 mil pessoas.

Opção nuclear na Assembleia

O Governo vai apresentar à Assembleia da República, até fim de Janeiro de 1984, o projecto de lei das grandes opções energéticas, incluindo o equacionamento da opção nuclear — disse ontem o ministro da Indústria e Energia.

Veiga Simão falava na Associação Industrial Portuguesa, após ter reunido com a respectiva direcção para apresentar o pacote industrial, que inclui uma série de diplomas legislativos que definem as linhas mestras da estratégia de desenvolvimento industrial.

O ministro disse que o Governo vai apresentar um projecto coerente que permita maximizar as possibilidades de abastecimento energético

As Beiras vão formar sociedade de desenvolvimento

Uma sociedade de desenvolvimento das Beiras vai ser lançada brevemente, na região Centro, segundo deliberação tomada em Coimbra por entidades financeiras e autarquias da região.

A deliberação resultou de uma reunião efectuada na sede da Comissão de Coordenação da Região Centro, em que participaram o presidente deste organismo, governadores civis da Guarda e Viseu, presidentes das Câmaras Municipais de Coimbra, Viseu, Guarda e Castelo Branco, bem como representantes da Sociedade Financeira Portuguesa, de entidades bancárias e da Comissão Instaladora da Sociedade de Desenvolvimento das Beiras.

O lançamento da sociedade ficará, porém, dependente de autorização do ministro das Finanças, principalmente no que respeita à participação de entidades financeiras do sector público, disse à ANOP António Galhardo Simões, membro da Comissão Instaladora dessa sociedade.

Acrescentou que outro dos aspectos em que a constituição da sociedade ficará dependente do Ministro das Finanças é o que se relaciona com a sua filosofia estatutária, designadamente sobre o grau de participação no capital inicial.

António Galhardo Simões frisou que as entidades constituintes entendem que, numa fase inicial, o sector público central poderá ter a maioria do capital, mas que numa fase posterior tal maioria deverá pertencer a entidades regionais, quer sejam públicas ou privadas, nomeadamente as autarquias locais.

A futura Sociedade de Desenvolvimento das Beiras terá sede em Viseu e um capital mínimo inicial de 200 milhões de escudos.

Guiné paga a fornecedores com empréstimo de 300 mil

Um acordo de empréstimo de 300 mil contos à Guiné-Bissau foi assinado em Lisboa, nas instalações do Ministério das Finanças.

Trata-se de empréstimo utilizável durante o prazo de um ano, para pagamento de atrasados comerciais, e o seu reembolso deverá ser feito dentro de sete anos.

Esta verba irá permitir à Guiné-Bissau pagar muitas das encomendas que tem ficado a dever a fornecedores portugueses, devido a dificuldades financeiras.

Foram signatários do acordo o secretário de Estado português do Tesouro, António de Almeida, e o embaixador guineense em Lisboa, Leonel Vieira.

Seminário sobre Marinha Mercante

A especialização e actualização dos quadros ligados à Marinha Mercante é o objectivo principal do ciclo de seminários — ontem apresentado — que a Associação Portuguesa de Armadores organiza no primeiro semestre de 1984.

Trata-se do sexto ciclo organizado desde há cinco anos pela APAMM, e terá a sua sessão solene de abertura na quinta-feira, presidida pelo ministro do Mar, Carlos Melancia, com a intervenção do secretário de Estado da Marinha Mercante, e uma palestra do prof. Sousa Franco sobre o tema de «Interesses marítimos em Portugal».

Em conferência de Imprensa o presidente da APAMM, Lopes da Silva, e o gestor Figueiredo Sequeira anunciaram que no ciclo de seis seminários que se realizam mensalmente a partir de Janeiro serão tratados os problemas dos transportes marítimos, desde a situação presente e perspectivas do sector, a problemas portuários, economia e gestão no transporte, à responsabilidade dos carregadores e transportadores, aspectos do seguro marítimo de mercadorias e ainda ao presente e ao futuro dos portos portugueses.

Tendo já realizado 47 seminários ao longo dos últimos cinco anos, a APAMM conta com um grupo de 50 monitores especializados para as acções de formação.

Durante a conferência de Imprensa foi ainda salientado que a Associação Portuguesa dos Armadores da Marinha Mercante tem efectuado contactos com os países africanos de língua portuguesa e espera, no futuro, organizar seminários análogos no Maputo e em Cabo Verde, dado o interesse manifestado por participantes e pelos sectores ligados à indústria.

Ministros da EFTA reunidos no Porto

Ministros e secretários de Estado responsáveis pelas pastas do Comércio ou da Economia dos países da EFTA estão reunidos no Palácio da Bolsa do Porto, desde as 11,30 de hoje, sob a presidência do ministro do Comércio Externo, Álvaro Barreto.

A agenda desta reunião do conselho da EFTA inclui uma análise da evolução do comércio internacional e da actividade da Associação, devendo ser igualmente analisados os relatórios das recentes reuniões entre alguns dos países membros. Participam nos trabalhos os representantes da Áustria, Suíça, Suécia, Noruega, Islândia e Portugal e, como país associado, a Finlândia, bem como os respectivos embaixadores quer junto da EFTA, quer junto da CEE. Além de Álvaro Barreto, integram a delegação portuguesa a secretária de Estado do Comércio Externo, Raquel Ferreira e o Presidente da Comissão de Integração Europeia, António Marta.

Amanhã, em conclusão dos trabalhos, haverá uma conferência de imprensa marcada para as 11,30, seguindo-se um almoço oferecido pela Câmara do Porto a todas as delegações.

Movimento de defesa do contribuinte

A primeira Assembleia Geral do Movimento de Defesa do Contribuinte (MDC) realizou-se quarta-feira em Lisboa, tendo sido aprovados os estatutos da organização e eleitos os respectivos corpos gerentes — disse à ANOP um dirigente do Movimento.

Foram designados João Paulo Cancela de Abreu como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Diogo Leite de Campos para Presidente do Conselho de Fundadores, José Manuel Silva Pereira como Presidente do Conselho Directivo e Virgílio Guimarães da Costa como presidente do Conselho Fiscal.

A escritura de constituição do MDC será assinada no próximo dia 30 em Rio Maior.

No mesmo dia, será inaugurada, também em Rio Maior, a primeira sede regional.

«O MDC não está enfeudado a qualquer partido político, pois contribuintes somos todos nós» — concluiu o dirigente do Movimento contactado pela ANOP.

Brasil tem visto do FMI

O Fundo Monetário Internacional aprovou o novo programa de ajustamentos económicos do Brasil e autorizou o desbloqueamento de empréstimos a este país num montante de cerca de 1,2 mil milhões de dólares, soube-se em Washington.

A decisão, adoptada pela direcção do FMI, restabelece o acordo de crédito alargado a 4,4 mil milhões de dólares, que fora aprovado em Fevereiro último. O acordo permite a libertação de verbas suspensas desde Maio, na sequência da não-execução dos objectivos fixados pelo governo brasileiro no seu programa original de ajustamentos, indicou uma fonte autorizada do Fundo.

A aprovação do novo programa económico brasileiro permite, ainda, a libertação de cerca de 2 mil milhões de dólares que estavam retidos pelos bancos comerciais credores do Brasil, num total de 4,4 mil milhões de dólares de créditos concedidos em Março.

A decisão do Fundo Monetário Internacional dependia da concessão, pelos bancos, de 6,5 mil milhões de dólares de créditos ao Brasil, até fins de 1984. 90 por cento deste montante foi subscrito, segundo um porta-voz da

Citibank, que preside ao comité assessor das instituições bancárias credoras do Brasil.

Delfim Neto satisfeito

O ministro brasileiro da Planificação, António Delfim Neto, declarou que a aprovação do novo programa económico do seu governo pelo Fundo Monetário Internacional «abria ao Brasil as portas a novos financiamentos».

Numa entrevista difundida por uma cadeia televisiva brasileira, Delfim Neto indicou, também, que o seu país iniciará em 1984 um novo processo de desenvolvimento, «lento mas seguro», e que a inflação será «reduzida substancialmente nos próximos meses».

Por seu turno, os dirigentes da oposição, que reclamavam que o governo anunciasse uma moratória unilateral sobre a dívida externa do país, avaliada em 92 mil milhões de dólares, afirmaram que o Brasil «se inclinou perante o FMI». Em sua opinião, «a recessão económica do país continuará», se o governo do general João Baptista Figueiredo conseguir cumprir os objectivos do seu novo programa de ajustamentos económicos.

Quatro anos de folga à dívida

O Brasil conseguiu ontem no «Clube de Paris», o reescalonamento da sua dívida garantida, avaliada em 3,8 mil milhões de dólares e normalmente exigível em fins de 1984, soube-se no termo da reunião desse «clube» convocada para tratar da elevadíssima dívida brasileira.

Até 85 por cento dos 3,8 mil milhões de dólares (ou seja, 3,23 mil milhões de dólares) o reembolso das dívidas vencidas a 31 de Dezembro de 1984 será efectuado num pe-

ríodo de quatro anos a partir de 1 de Janeiro de 1989.

Para os 570 milhões de dólares restantes, os prazos são menores mas não foram precisados.

O comunicado do clube sublinha que os participantes da reunião foram «sensíveis aos esforços de recuperação» empreendidos por Brasília e nota «com satisfação» a aprovação dum programa económico beneficiando do apoio do Fundo Monetário Internacional.

EC 45



à
venda
em todo
o País

- Sete propostas de lei de aprovação geral
- Origens do «subdesenvolvimento» de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Crise actual: acidentes ou necessidade?
- Política externa de submissão ao imperialismo
- Aspectos da indústria de óleos essenciais

Em BUARCOS o **Diário de Lisboa**
vende-se na PAPELARIA SATELITE

DESPORTO

Congresso do Desporto Português: no sábado a grande arrancada

Quarenta e duas das 45 federações existentes em Portugal aderiram à criação da Confederação Portuguesa dos Desportos - afirma o tenente-coronel Vargas Cardoso. Duas federações que disseram não foram a de Futebol e a dos Arqueiros de Portugal. A 1.ª alegando ter uma situação específica, em relação às restantes federações, não pondo contudo de parte a hipótese de a médio prazo vir a modificar a resolução agora assumida. Quanto à Federação dos Arqueiros de Portugal a razão baseia-se no facto da Federação de Tiro ao Arco ter aderido à confederação e como os Arqueiros de Portugal a consideram «paralela», não querendo vir a ficar um dia sob a alçada desse organismo para eles «menos legal».

A Confederação dos Desportos será um organismo (desde que venha a ser aceite) colocado acima das Federações, que aglutinará os interesses comuns das suas associadas. Quanto ao aspecto já posto por alguns dirigentes federativos de que a Confederação pode tornar-se em mais um órgão a sobrecarregar financeiramente as Federações e (indirectamente) os clubes, Vargas Cardoso referia que tal não acontecerá, pois que qualquer cota a ser lançada nunca excederá (por exemplo) cinco mil escudos.

Uma das missões que a futura Confederação poderá vir a ter, (entre muitas outras) é a de servir de elo de ligação entre Federações e Governo, por exemplo no caso dos pré-olímpicos, alguns deles com problemas para poderem conciliar estudos e treinos, situação que a Confederação poderia resolver junto dos vários ministérios.

Entretanto, tudo se encontra condicionado ao que vier a ser deliberado no sábado, dia em que o Congresso se reunirá, para deliberar, em definitivo, o caminho a seguir.

Pontos em análise

Eis a ordem de trabalhos para esse dia, pelas 9 horas nas instalações do Ginásio Clube Português (Praça das Águas Livres, nas Amoreiras, Lisboa): 1.º Nomeação da Mesa do Congresso; 2.º Aprovação do Regimento do Congresso; 3.º Informação do Grupo de Trabalho relativamente ao projecto de formação da Confederação do Des-

porto Português (C.D.P.), 4.º Discussão e aprovação do Projecto de Estatutos da C.D.P., na generalidade; 5.º Discussão do Projecto de Estatutos da C.D.E. (na especialidade e votação); 6.º Eleição da Comissão Instaladora da C.D.P.

Esquema do congresso

Para esclarecimento das Federações apresentam-se as seguintes informações respeitantes ao Congresso:

1. Cada Federação pode inscrever até 2 elementos, mas apenas um terá direito a voto.

2. Os congressistas devem, no acto de apresentação à porta principal do G.C.P., inscrever-se no livro de presenças, apresentar a credencial passada pela Federação respectiva, na qual deve constar a indicação do elemento com direito a voto, para o caso das Federações com mais do que um representante.

3. O Congresso inicia os seus trabalhos às 9 horas prefixas.

4. A apresentação dos congressistas far-se-á a partir das 8 e 30.

5. O preço de inscrição é de (dois mil escudos) por congressista, o qual inclui as duas refeições e os documentos de apoio.

6. As inscrições devem ser entregues na F.P. Ginástica e dirigidas ao ten. cor. Mário José Vargas Cardoso, ao cuidado da Federação Portuguesa de Ginástica.

7. Cada congressista deverá fazer-se acompanhar de equipamento desportivo, a fim de poder cumprir o horário na sua totalidade.

8. Horário do Congresso: 8.30 - Início da apresentação dos congressistas; 9h - Abertura do Congresso e Ordem de Trabalhos; 12h30 - Interrupção do Congresso para uma ligeira sessão de prática desportiva; 13h30 - Almoço; 15h - Recomeço do Congresso e Ordem de trabalhos; 20 e 30 - Encerramento do Congresso; 21h - Jantar; 9h - Quaisquer esclarecimentos podem ser pedidos para Vargas Cardoso nas horas de expediente normal (telefones 670599 ou 600288).

Deseja-se que o 1.º Congresso do Desporto Português, possa vir a marcar um passo muito importante no progresso que todos desejamos para o Desporto nacional.

Jamor: futebolistas mais jovens treinaram à porta fechada

• Órgãos de Comunicação Social só servem para apoiar selecções ou transcrever comunicados

No relvado principal do Estádio Nacional efectuou-se mais um treino (à porta fechada) de preparação das selecções nacionais de juniores e juvenis, que foi dirigido por José Augusto.

A equipa de juniores venceu por 4-1, com tentos de Litos (2), Seca, Nogueira e Faustino.

As formações: JUNIORES: Sérgio; Eugénio, Germano, Fernando Mendes e Carvalho; Carlos Manuel, Caetano e Ferrinho, Litos, Seca e Futre.

JUVENIS: Best; José Carlos, Festas, Lomba e Nogueira; Guedes, Bastos e Rui Lopes, Pedro Miguel, Júlio e Faustino.

Em referência a este acontecimento (e para que se registre um documento vindo de camarada de outro jornal) aqui fica o que escreveu Manuel António em «A Bola» de hoje:

«Inacreditavelmente, os órgãos de informação não foram autorizados a aproximar-se das imediações do relvado, a fim de colherem os necessários apontamentos para o desempenho cabal da sua missão. Foi-nos indicada a bancada e... para lá nos dirigimos. Tal como os restantes camaradas da Informação, tivemos dificuldade em identificar os jogadores. Uma selecção de juvenis e juniores não é a mesma coisa que uma selecção principal. Para agravar ainda mais as coisas, não nos foram fornecidos os necessários elementos de consulta, números dos jogadores, nomes, etc.

«Nestas condições limitámo-nos a assistir a um treino entre «brancos» e «encarnados», tomando como referência que esta segunda equipa representava os juniores, pois dela faziam parte Futre, Litos e Sérgio, jogadores sobejamente identificáveis. Quanto ao resto...»

Disciplina federativa

O Conselho de Disciplina da FPF reuniu ontem, e depois de apreciar os relatórios dos jogos disputados no passado fim-de-semana, aplicou várias penalizações, entre as quais se destacam as seguintes, na 1.ª divisão:

Um jogo de suspensão a Coelho e Carlinhos (Boavista), Sobrinho e Formosinho (V. Setúbal) e Laureta (V. Guimarães). Na 2.ª divisão: Três jogos de suspensão a Dinis (Fafe) e Moniz (Naval 1.º de Maio). Na 3.ª divisão, Seis jogos: Melo (Marco). Três jogos: Delfim (U. Lamas), Pires (S. Romão), Herberto e Adérito (Estrela de Portalegre), Rosendo (Seixal) e Carlos Manuel (Quarteirense). Dois jogos: José Alberto e Magalhães (Marco). Processo disciplinar: Mirandela. Foram vários os dirigentes de

clubes sancionados: Manuel João Gonçalves (Alferrarede), com três meses de suspensão; Carlos Alberto Costa (Mangualde) e Carlos Fialva Gomes (Samora Correia), com dois meses. Também o médico do Estrela de Portalegre, dr. Pina Morais, sofreu um mês de suspensão.

Juniores com seis jogos de suspensão: Júlio Cruz (Alcobaca); Três jogos: Paulo Tomé e Paulo Carrada (Olhanense), António Manuel (Tondela) e Vítor Manuel (Atlético). O dirigente José António Ramires Farroba, (Olhanense) sofreu uma suspensão de três meses.

Penas utebolistas

A UEFA castigou com um jogo de suspensão o portista Lima Pereira, ao mesmo tempo que advertiu benfiquista Diamantino e os «leões» Jordão e Kostov.

Setúbal: reforços

O Vitória de Setúbal deve ter ao seu serviço, dentro de dias, um novo guarda-redes, português. No que respeita ao jogador Aparício, que o técnico Manuel de Oliveira viu actuar perante o Vitória setubalense em França, deverá estar em Setúbal nos primeiros dias de Dezembro, aguardando a direcção do clube uma comunicação do jogador a indicar a data certa da sua chegada.

Calendário acerta

A Federação Portuguesa de Futebol marcou para 1 de Dezembro, às 15 horas, dois jogos que se encontram em atraso devido ao recente temporal: Sesimbra-Sacavenense (Zona Sul da 2.ª divisão) e Benfica



Baixa no «onze» portista: o irlandês Mike Walsh foi ontem operado ao tornozelo direito e estará inactivo cerca de dois meses

Águia Sport-SL Olivais (Série E da 3.ª divisão).

Para o mesmo dia, mas às 11 horas, a FPF marcou ainda o encontro: Olivais e Moscardide-Vilafraque, da Série E do nacional de juniores, que igualmente foi adiado pelos mesmos motivos.

Para 8 de Dezembro: Torriense-União de Leiria, que fora também adiado devido ao mau tempo. É dia de clube para os torreenses.

Évora: meninas ao chuto

O Lusitano de Évora vai promover um torneio de futebol de salão feminino cujo início está marcado para o dia 26. As inscrições das equipas estão abertas na sede do Lusitano de Évora e serão atribuídas as taças «Disciplina» e «Simpatia» e troféus às melhores guarda-redes, marca-dora e jogadora, bem como medalhas a todas as participantes.

De Anadia

para Cantanhede

O guarda-redes Melo (ex-Anadia) assinou contrato com o Marialvas de Cantanhede (Coimbra). O Marialvas milita na 3.ª Divisão (Série C) do Campeonato Nacional.

Taça de Inglaterra

A contar para 3.ª volta da Taça de Inglaterra, o Oxford venceu, ontem à noite, em Londres, o Leeds, por 4-1.

Espanha: taça do rei

O Salamanca, da 1.ª divisão do futebol espanhol, foi eliminado, ontem, da Taça do Rei, pelo Las Palmas (da 2.ª divisão) ao perder (1-3) no jogo da 2.ª mão da 3.ª eliminatória. Bétis, Saragoça, Márcia e Maiorca foram outras equipas da 1.ª divisão eliminadas da competição. Resultados da 3.ª eliminatória: Gijón-Guimar, 4-0 (2-0 na primeira mão); Real Sociedad-Aragon, 2-2 (2-0); Eibar - Málaga, 1-3 (0-2); Bétis - Castilla, 1-0 (1-4); Saragoça - Sabadell, 1-1 (1-2); Valência - Huelva, 2-2 (1-0); Salamanca - Las Palmas, 1-3 (0-0); Real Madrid - Oviedo, 2-0 (1-0); Castellón - Múrcia, 1-0 (0-1); Barcelona ATL - Maiorca, 2-0 (0-0); Granada - Cartagena, 1-1 (0-3); Corunha - Pego, 3-0 (0-1); Las Palmas At. - Jerez, 2-2 (0-3); Hercules - Olof, 2-0 (4-0); Linares - Alavés, 2-0 (1-0); Atlético de Madrid - Portmany, 3-1 (2-2); Rayo Vallecano - Valladolid, 0-2 (3-4) e Osasuna - Arosa, 3-1 (1-2). Passam à eliminatória seguinte: Gijón, Real Sociedad, Málaga, Castilla, Sabadell, Valência, Las Palmas, Real Madrid, Jerez, Hercules, Linares, Atlé-

tico de Madrid, Valladolid, Osasuna, Castellón (por «penalties») Barcelona Atlético, Cartagena, Corunha e Atlético de Bilbao.

Juniores europeus

A RFA e a Áustria empataram (1-1) em jogo a contar para o Grupo Oito do Campeonato da Europa de Juniores, disputado em Ausburgo (RFA).

Juvenis europeus

Depois do encontro França-Bélgica (2-0), disputado ontem, a classificação geral do Grupo 6 do Campeonato da Europa de Juvenis (até 16 anos) é a seguinte: 1.º, França, 5 jogos e 9 pontos; 2.º, Espanha, 5-6; 3.º, Bélgica, 6-5; 4.º Portugal, 4-0. Faltam jogar os seguintes encontros: Espanha - Portugal (30 do corrente); e Portugal - França (7 de Dezembro).

Taça UEFA

Resultados da 1.ª «mão» da 3.ª eliminatória da Taça UEFA: Bayern Munique (RFA) - Tottenham (Inglaterra), 1-0; Nottingham Forest (Inglaterra) - Celtic (Escócia), 0-0; Sparta Rotterdam (Holanda) - Spartak Moscovo (URSS), 1-1; Radnicki (Jugoslávia) - Hajduk Split (Jugoslávia), 0-2; Lens (França) - Anderlecht (Bélgica), 1-1; Watford (Inglaterra) - Sparta Praga (Checoslováquia), 2-3; Austria Viena (Áustria) - Inter (Itália), 2-1; e Sturm Graz (Áustria) - Lokomotive Leipzig (RDA), 2-0. Os encontros referentes à 2.ª «mão» disputam-se dia 7 de Dezembro.

Campeonato paulista

Resultados da 4.ª jornada da 3.ª volta do Campeonato paulista: São Paulo - Portuguesa de Desportos, 3-2; Santo André - Palmeiras, 0-0; e Corinthians - São Bento, 3-0.

Olimpícos: desempate

O jogo de desempate entre as selecções olímpicas de futebol do México e do Canadá disputa-se dia 22 de Dezembro, em Miami (nos Estados Unidos). Este encontro decidirá qual dos dois intervenientes será apurado na zona da Concacaf para os Jogos Olímpicos de Los Angeles, em 1984.

Nos dois jogos anteriormente disputados, o Canadá ganhou (por 1-0) na 1.ª «mão», e perdeu (1-2) na 2.ª.

A cidade de Los Angeles foi proposta para o jogo de desempate mas o Canadá opôs-se devido ao facto de ali viver um grande número de mexicanos.

MICROSCOPIO

Andebol: nacional

No jogo repetição, a contar para o campeonato nacional de andebol, o Caramão voltou a vencer o Passos Manuel: 24-17. Antes o resultado fora de 27-25. A classificação na Zona Sul ficou assim ordenada: 1.º Benfica, 7 jogos e 20 pontos; 2.º Belenenses, 7-19; 3.º Sporting, 7-17; 4.º Caramão, 7-15; 5.º Caselas, 7-12; 6.º V. Setúbal e Almada, 7-10 e 8.º Passos Manuel, 7-7.

Automobilismo:

Rali da Inglaterra

O sueco Stig Blomqvist, (em Audi Quatro), foi o vencedor do Rali da Inglaterra, última prova pontuável para o Campeonato Mundial de ralis. Blomqvist terminou a prova com mais de dez

minutos de vantagem sobre o já campeão mundial, Hannu Mikkola, também em «Audi Quatro».

O vencedor do Rali, 9.ª classificação na edição de 1982, completou os 2890 quilómetros do percurso (dividido em sete etapas e 59 provas classificativas) em 8 horas, 50 minutos 28 segundos.

O Rali da Inglaterra constitui, também, um êxito para os «Audi Quatro» que ocuparam três dos quatro primeiros lugares.

A classificação final do rali é a seguinte:

1.º Stig Blomqvist, Suécia, Audi Quatro, 8 h 50 m 28 s; 2.º Hannu Mikkola, Finlândia, Audi Quatro, a 9 m 53 s; 3.º Jimmy McRae, Inglaterra, Opel Manta, a 21.51; 4.º Lasse Lampi, Finlândia, Audi Quatro, a 26.29; 5.º Russel Broo-

kes, Inglaterra, Vauxhall, a 28.33; 6.º John Buffon, EUA, Audi Quatro, a 30.48; 7.º Juha Kankkunen, Finlândia, Toyota Celica, a 41.21; 8.º Kalle Grundel, Suécia, Volkswagen Golf GTI, a 47.52; 9.º Mikael Sundstrom, Finlândia, Opel Ascona, a 51.50; 10.º Mats Jonsson, Suécia, Opel Ascona, a 54.39.

Basquetebol: moçambicanos por cá

A selecção de seniores masculinos de basquetebol de Moçambique encontra-se em Portugal, a cumprir um estágio de preparação com vista à sua intervenção nos compromissos africanos. O estágio integra alguns jogos-treino com equipas portuguesas, tendo-se já efectuado três, em

que intervieram as formações da Académica da Amadora, Belenenses e Estoril.

O jogo com a formação estorilista (que decorreu no pavilhão da Juventude Salesiana), terminou com vantagem para a selecção moçambicana, que venceu por 97-87, depois de ao intervalo os visitantes comandarem o marcador com um ponto de diferença: 42-41.

As equipas alinharam e marcaram:

Estoril: Pinto (6), Armando, José Paulo (12), Artur Duarte (8), Pedro Jorge (20), Vanssen (12), Barata (2), Carlos Conceição (10), Favinha (4) e José Barbosa (23).

Moçambique: Simango (12), Claudino Mogne (13), Ernesto Ju-

nior (3), Tomás (4), Banilo Nassi (2), Anibal Manaze (19) Cassamo (7), João Vaz (16) e Chirindza (11).

Boxe: título

O norte-americano Donald Curry, campeão do mundo (versão WBA) dos meios-médios porá o seu título em jogo ante o seu compatriota Marlon Starling, a 4 de Fevereiro próximo. O local do combate, previsto inicialmente em Hartford, a 26 de Novembro (adiado em virtude de um ferimento de Curry, no punho durante um treino) está por determinar.

Xadrez de 1.ª

O soviético Garry Kasparov e o apátrida Vítor Korchnoi empataram a 2.ª partida da meia-final do

torneio de candidatas ao título de campeão mundial de xadrez.

Korchnoi (que venceu a 1.ª partida) comanda neste momento com 1,5 pontos contra 0,5 do seu adversário.

A 3.ª partida disputa-se hoje. Entretanto o soviético Vasily Smyslov derrotou o húngaro Soltan Ribli no 65.º lance da 1.ª partida da outra meia-final do torneio de candidatas. A partida fora adiada (terça-feira), ao 41.º lance.

Rainhas da neve

A francesa Fabienne Serrat ganhou (com dois minutos e 20,38 segundos) o «Slalom» Gigante Feminino de Bormio, primeira prova da Taça do Mundo de Esqui de 1983/84.

DESPORTO



Rita talvez vá, Rosa estará lá

Açoteias: meia maratona vai ter Rosa e Rita?

Rosa Mota (Centro de Atletismo do Porto) e Delfim Moreira (Benfica) confirmaram a participação na 4.ª edição da Meia Maratona das Açóreas, a realizar no domingo. Entre os cerca de 350 atletas que se prevê que participem na corrida encontram-se outros conhecidos: José Sena (Porto), Carlos Capitulo (Benfica) e António Henriques (Alfederense), recente vencedor da Meia Maratona da Nazaré.

O recorde da prova pertence a David Tavares (do FC Porto) que em 1982 obteve a marca de uma hora e 5,24 minutos e também está inscrito para a corrida deste ano. Em senhoras, Rita Borralho (Benfica) detém a melhor marca de sempre (1.19,14 horas) mas ainda não confirmou a participação na prova de domingo.

Os 21,95 quilômetros do percurso estão em ótimas condições, apenas com um ou outro buraco provocados pelas fortes chuvas que caíram na região.

Correr na Amadora

Na noite de fim-de-ano, as ruas da Amadora voltam a animar-se com a nona edição da

Corrida de S. Silvestre, tradicionalmente organizada pelo Desportivo Operário Rangel. O ano passado, a S. Silvestre da Amadora teve a participação de mais de 300 concorrentes. Desta vez, os organizadores prevêem maior entusiasmo dos atletas e da população da Amadora.

O nosso prezado camarada «o diário» volta a dar o patrocínio à corrida, que terá o apoio da Câmara Municipal da Amadora e dos comerciantes da cidade. Os prémios serão muitos e valiosos. Quem estiver interessado em inscrever-se basta contactar a sede do Desportivo Operário Rangel, na Rua Elias Garcia, lote 9, Venda Nova-Amadora, até dia 28 de Dezembro próximo.

A S. Silvestre da Amadora terá um percurso de 8500 metros, com partida e chegada do Largo do Pão de Açúcar, na Venda Nova. Como novidade, os atletas passarão pela Rua João de Deus (onde está instalada a Redacção de «o diário») que terá iluminação especial para receber as centenas de concorrentes a caminho da meta, instalada a poucas centenas de metros.

Funchal: crise no Naval

Crise no Clube Naval do Funchal: em «polvorosa», a assembleia geral extraordinária da colectividade madeirense, em que estiveram presentes cerca de 100 associados, pediu à demissionária direcção que se mantenha nos cargos até Janeiro próximo, para se encontrar uma solução para a vida do símbolo que ostenta curioso lema: **quem não deve, não teme**.

Elas vão ter "Tour"

A Federação Internacional Amadora, durante a sua reunião em Paris, no quadro do Congresso da União de Ciclismo Internacional, aceitou o princípio de uma Volta a França, em bicicleta, para senhoras, que terá lugar de 30 de Junho a 22 de Julho. Esta Volta entra em concorrência com a Volta do Colorado (13 a 22 de Junho) e a Semana Federal.

Este futebol português

O dr. Silva Resende, presidente da Federação Portuguesa de Futebol, dá uma entrevista à edição de hoje de «A Bola» em que, entre outros conceitos, desvenda o colectivo pensamento do executivo da Praça da Alegria, afirmando **pensamos que, neste momento, não estão reunidas as condições para ser convidado um seleccionador. Porque neste momento e atenta a campanha da selecção** (continua o presidente do nosso futebol) **redobram as exigências, ficou mais complexo o aparecimento dessa pessoa. E, esse aspecto de encontrar um «líder» para a selecção não é hoje urgente para a Federação.**

O muito ilustre caudístico, deixa a ideia firme de que se manterá (até ver) o grupo que esteve em acção desde a abdicação de Otto Glória: só que a avaliar por declarações também hoje publicadas pelo «Diário de Notícias», o técnico-adjunto Toni afirma, categoricamente que a **Comissão Técnica da Federação Portuguesa de Futebol desfez-se após o jogo com a União Soviética. Fernando Cabrita e José Augusto (com contrato a tempo inteiro até 31 de Julho) continuam nos seus postos, enquanto eu me considero desligado, dado que não tenho qualquer vínculo profissional com a Federação.**

— Fui colaborador da Comissão Técnica graças à gentileza do presidente do Benfica, autorizando (depois do parecer favorável do treinador Eriksson) que aceitasse o convite que me foi dirigido, naquela altura, por indicação de Otto Glória.

Mais adiante, diz o antigo «internacional»:

— Penso que é necessário encontrar um «patrão» para o futebol português, um homem com disponibilidade de tempo, com sentido reformador, ambicioso também e, claro, com sentido de chefia e articulação para dirigir um gabinete técnico (...) Esse homem existe e é necessário descobri-lo. As pessoas têm de sair dos casulos e avançar com o seu nome, dialogando e trocando impressões no mundo do futebol.

Entretanto, Silva Resende assegura que **podrá ser criado um colectivo para a selecção nacional, o qual englobará a actual comissão técnica**. Mas, ao mesmo tempo, torna vinculada a ideia de que o rumo futuro-imediato do nosso futebol ficará entregue às grandes linhas traçadas por um aréopago que reuniu nove convidados e elaborou um documento-base para a reestruturação do futebol português. Os nomes dos autores para que cada amante do futebol possa devidamente catalogá-los em ordem de competência, aqui fica: Mirandela da Costa, Jesualdo Ferreira, Joseph Wilson, Carlos Queirós, Amândio de Carvalho, Manuel Moura, Trindade Pimenta, César Grácio e Jorge Saraiva. São quatro (momentâneos ou permanentes) dirigentes da Federação, o respectivo consultor jurídico, e como salienta textualmente o dr. Silva Resende, **quatro peritos de ciências conexas com a prática do futebol**.

Como pode aferir-se, nem um só técnico de primeiro plano foi chamado a dar um palpite, seja do Benfica ou do Porto, do Sporting ou de Setúbal, de Guimarães ou do Boavista. A utilidade dos treinadores estrangeiros com excelentes provas dadas (Eriksson) ou com amplo cabedal de conhecimentos (Venglos) tal como o apelo a José Maria Pedroto, Mário Wilson, Juca, Manuel de Oliveira, Mourinho ou Mário Lino, já para não acrescentar que desde Artur Jorge ao ultrafabuloso Eusébio todos parecem desdenhar os seus pontos de vista, mantêm o futebol a que temos direitos dentro da mesma torre de marfim de onde, episodicamente, e por força de um **penáltie** que é cobrado ou de uma bola que esbarra no madeiro e consegue escapular-se para as malhas, lá vamos adormecendo o pagode, desviando-o de uma tremenda realidade que se chama, inequívoca e dolorosamente, **este futebol português** que nem sequer consegue começar acertando agulhas quando tem a seu lado um país inteirinho.

Neves de Sousa



Vitória de Setúbal: belos 73 anos

O Vitória de Setúbal está a comemorar 73 anos de vida: prestigiados e glorificados por autêntica torrente de sucessivos êxitos, com influência marcante não apenas na história setubalense mas, mais dilatadamente, de todo o desporto nacional.

Hoje, atinge-se o topo das festividades: recepção-jantar a muitos convidados, na Pousada do Castelo de Palmela (19 horas) e sessão solene para entrega de emblemas a associados que completam 25 ou 50 anos de ligação cluibista, no Salão Nobre dos Paços do Concelho (21 e 30). O jornalista Alfredo Farinha (do nosso prezado colega «A Bola») é o orador oficial, dissertando sobre «Dirigismo desportivo» e «O jornalista e o clube».

***Otto Glória:
de novo
preparando as malas***

O ex-seleccionador de futebol português, Otto Glória, anunciou ao presidente do Vasco da Gama (do Rio de Janeiro) que não tenciona continuar como treinador deste clube na próxima temporada. Otto Glória, que ingressou no Vasco da Gama em Setembro, pretende trabalhar apenas como supervisor de todas as categorias do clube, subordinado somente ao vice-presidente do futebol, José Luis Mano, e ao próprio presidente, António Calçada. Otto Glória elaborou um organograma para o departamento de futebol do clube para 1984, que será (ou não) aceite na próxima 2.ª-feira, mas a imprensa brasileira refere que Calçada se opõe a um esquema de trabalho com um director técnico. O técnico «deixou claro» que se o plano não for aceite sairá do clube, pois não deseja continuar como treinador. Otto Glória regressou ao clube carioca depois de rescindir o contrato-palavra com a Federação Portuguesa de Futebol, não dirigindo a selecção nos últimos três jogos da nossa fase de apuramento para o Campeonato da Europa.

***Olsen:
outro multimilionário
do chuto***

O «internacional» dinamarquês Jesper Olsen jogará na próxima temporada pelo Manchester United, clube inglês da 1.ª Divisão. Olsen, que tem um contrato com o Ajax (de Amsterdão) até ao final da presente época, deu a conhecer a sua decisão ao «manager» da equipa britânica (Ron Atkinson) após uma semana de intensas negociações. Além do Ajax (que gostaria de conservar o seu jogador) dois outros clubes da 1.ª Divisão inglesa (Tottenham e Arsenal) e a formação italiana do Fiorentina mostraram interesse por Olsen. Para assegurar os serviços do jogador dinamarquês (de 22 anos) um dos obreiros da eliminação da Inglaterra da fase final do Europeu das Nações, o Manchester United deverá pagar 500 mil libras ao Ajax de Amsterdão. Olsen teria conseguido um contrato de 200 mil libras válido por três anos, o que faria dele o jogador de futebol mais bem pago em Inglaterra. Leia-se que a libra vale, ao câmbio português, cerca de 190 escudos.

assim vai o **TOTOBOLA**

**PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO
PARA O CONCURSO N.º 45 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1983**

A cor do Som 1x1 11x x11 1xx2;
Janela Aberta 111 11x 2x1 2x12;
Pontapé de Canto 111 111 2x1
2x12; Gazeta de Felgueiras 111
111 x11 x1x2; Rádio Totobol
1x1 111 2x1 21x2; O Diário 121
x11 x21 x21x; Correio do Vouga
1x1 111 211 1112; Jornal a De-
fesa 1x1 111 211 x122; Eu Sei
Tudo 121 111 211 x122; Folha do
Domingo 1x1 xx1 2x1 x112; Jor-
nal da Beira 1x1 x11 2x1 11x2; O
Jornal da Lixa 121 11x 111 x112;
Jornal de Sintra 121 x11 x11
x112; Jornal Linhas de Elvas 121
1xx 2x1 1112; Maria da Fonte
1x1 x11 211 x1x2; Notícias de
Chaves 1x1 111 2xx 1112;
RDP/Secção Desportiva 111
11x 221 x22; RDP/Centro-
-Desporto em Análise 1x1 11x
x11 1xx2; RDP/Tempo de Des-
porto 121 1x1 x21 x122; Música e
Não Só 121 1x1 x11 1212; Jornal

do Sul 111 1x1 211 1x12; Ponto de Encontro 111 1x2 xx1 2x2x; O Jornal de Amarante 111 1x1 111 1x1 1112; Rodapé 121 111 211 xxx2; RDP/Clube da Manhã 1x1 xx 22x 1212; RDP/Manhã/Manhã 1x1 x11 x21 x122; Antena 1 1x1 x1x 1x1 x1xx; Jornal O Dia 111 x21 x11 11xx; A Comarca de Arganil 1x1 111 x11 11x2; Diário de Coimbra 1x1 111 211 x1xx; Diário de Lisboa 111 xx1 2x1 x222; Diário de Viseu 111 111 2x1 1xx2; Jornal do Fundão 12x 1x1 211 1x12; Manchete Desportiva 121 1x1 xx1 1x22; Notícias de Évora 1x1 111 x11 1xx2; Notícias de Gouveia 1x1 1x1 211 11x2; Jornal A Ordem 1x1 1x1 211 x1x2; Penalti 1x1 121 111 11x2; Rádio Altitude 1x1 111 x11 x12; Jornal A Voz das Beiras 1x1 111 111 1112; O Mensageiro 1x1 x21

2x1 xx22; Notícias de Viseu 1x1
x11 21x1xxx; O País 111x11 x11
11xx; Voz de Lamego 111 1x1
221 x112; O Emigrante 1x1 x21
xx1 1222; Alvo Desportivo 11;
1x1 1x1 1111; Clube do Ar 111
121 211 111x; O Comércio de
Leixões 1x1 1x1 2x1 122x; Diário
do Porto 1x1 111 211 1111; Jor-
nal de Gaia 121 xx1 x11 x122;
Jornal da Graça 1x1 x11 x11
1x22; O Primeiro de Janeiro 121
1x1 211 x122; Quadrante Norte
1x1 111 1xx 11x2; Rádio Alvo
1x1 12x x1x x1xx; Rádio Sports
1x1 x21 211 1112; Repórter do
Dia 121 2x1 111 x1x2; Resenha
Desportiva 111 x11 x11 111x;
Ritmo e Amizade 111 xx1 111
11x2; A Voz dos Ridículos 121
111 211 1122; Jornal Voz do Ave
111 1x1 211 x122; Jornal Vento
Norte 1x1 1x1 211 x122; Alvo xx2
221 1xx 212x.

	E	M	C	B	L	A	S
	1	2	3	4	5	6	7
11. 1957 - NACIONAL	11	2	6	11	1	1	
12. 1958 - NACIONAL	10	2	1	1	2	2	
13. 1959 - NACIONAL	10	1	1	1	1	1	
14. 1960 - NACIONAL	11	1	2	8	3	1	
15. 1961 - NACIONAL	13	1	8	6	4	1	
16. 1962 - NACIONAL	15	2	1	1	2	1	
17. 1963 - NACIONAL	16	23	12	2	4	1	
18. 1964 - NACIONAL	17	1	7	7	1	2	
19. 1965 - NACIONAL	18	2	7	11	1	1	
20. 1966 - NACIONAL	19	2	7	1	4	2	
21. 1967 - NACIONAL	19	15	7	7	3	2	
22. 1968 - NACIONAL	20	22	17	5	4	3	
23. 1969 - NACIONAL	21	12	12	1	2	1	

10 - De acordo com o Art. 14, o Regulamento Geral do Concurso do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro não foi realizado na data de concurso, pois não entraram em processo de seleção nenhuma das inscrições.

A "CLAVE" LÓGICA SERÁ :

101	111	211	1112
-----	-----	-----	------

crítica de cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Operação Thor"

de John Badham

Não há sociedade mais intrinsecamente fascinada pela tecnologia que a americana. E, no entanto, não há outra cinematografia tão temerosa dessa tecnologia e tão enfiada nela.

Veja-se o cinema europeu e as suas inquietações (veja-se mesmo o caso de um europeu transplantado para a América como Wim Wenders, atente-se em *O estado das coisas*): não é o desenvolvimento da máquina que o assombra, outras são as angústias. Tome-se o cinema americano (seja Spielberg com *Poltergeist*, seja este *Operação Thor* ou outros filmes mais comuns como *O síndrome da China* ou *O homem das lentas mortais*): os anos 80 têm um fantasma, a tecnologia.

Não creio que a mais informatizada nação do mundo tenha medo dos objectos; mas tem medo — certamente — do que não domina e a tecnologia é apenas o último e quotidiano mistério que nos rodeia.

Operação Thor é um filme relevante apenas porque para lá do medo não esconde o fascínio. Aquele helicóptero super-equipado capaz de ouvir e filmar através de paredes, capaz de matar, dirigido apenas pelo olhar de quem o controla, com acesso a todos os bancos de dados dos Estados Unidos é terrível se nós formos as vítimas, os espiados. Mas é a mais inebriante máquina de poder que o cinema alguma vez concebeu, se o espectador se colocar no lugar do espião.

É dessa dicotomia (cuja volúpia e inquietação já Coppola afluara em *The Conversation*) que nasce o fascínio do filme.

Por outro lado a tecnologia, enquanto ariete para fazer em cinema o impossível, é usado até à exaustão por John Badham. Não para criar efeitos de maravilha (não na feérica direcção da Industrial Light and Magic de George Lucas) mas para assegurar realismo. A batalha aérea sobre Los Angeles não é um circo (como era em 1941 de Spielberg) é uma luta. As maquetas não são um brinquedo são a mais perfeita imitação da realidade. A tecnologia está lá para que se não veja.

É esse lado invisível, impalpável, movediço, indetectável da tecnologia que lhe dá a dimensão de fantasma, de assombração. A capacidade que ela tem de nos iludir, de estar sem que o saibamos, já não é atributo de uma máquina, mas de algo que ganha contornos para normais, atributos de divindade ou de demónio.

Há neste cinema uma desorientação a-científica que não deixa de ser paradoxal num país onde a calculadora electrónica, os jogos video, o computador, toda a espiral tecnológica, são



Daniel Stern é o jovem co-piloto de Roy Scheider em «Operação Thor»

familiares. Como se um universo terra-a-terra, uma moral novecentista (veja-se que, no essencial, este filme é um western) se visse cercada de algo que não incorporou numa escala de valores diversa.

Só esta problemática dá a *Operação Thor* um lugar de relevo. Porque, verdade seja dita, o filme demora muito tempo a «arrancar», ritmicamente é algo aos solavancos e o próprio climax (a batalha aérea) dura em excesso, fascinado mais por si próprio que ciente do lugar narrativo que ocupa. Há, digamos, muito pouca atenção a uma história e bem mais a objectivos de espectacularidade; há pouco domínio plástico e grande aposta nos efeitos especiais, há muito estrondo e pouco sussurro; os personagens não têm grande espessura dramática, o helicóptero sim.

No fundo trata-se, também na forma, do primado da tecnologia. Badham que tão bem soube arquitectar a inquietação da tecnologia como meio policial não soube precaver-se da sua ditadura enquanto meio cinematográfico. Ironia de aprendiz de feiticeiro.

FICHA:

Título original: Blue Thunder.
Realização: John Badham (USA-1983)
Argumento: Dan O'Bannon e Don Jakoby.
Fotografia: John A. Alonzo.
Cenários: Sydney Z. Litwack.
Música: Arthur B. Rubinstein.
Montagem: Frank Morris e Edward Abrons.
Interpretação: Roy Scheider (Murphy), Warren Oates (Brad-dock), Candy Clark (Kate), Daniel Stern (Lymangood), Malcolm McDowell (Cochrane), etc.
Distribuição em Portugal: Columbia/Warner.
Cinemas: Império e Politeama.
Classificação: para maiores de 12 anos.
Duração: 112 minutos.



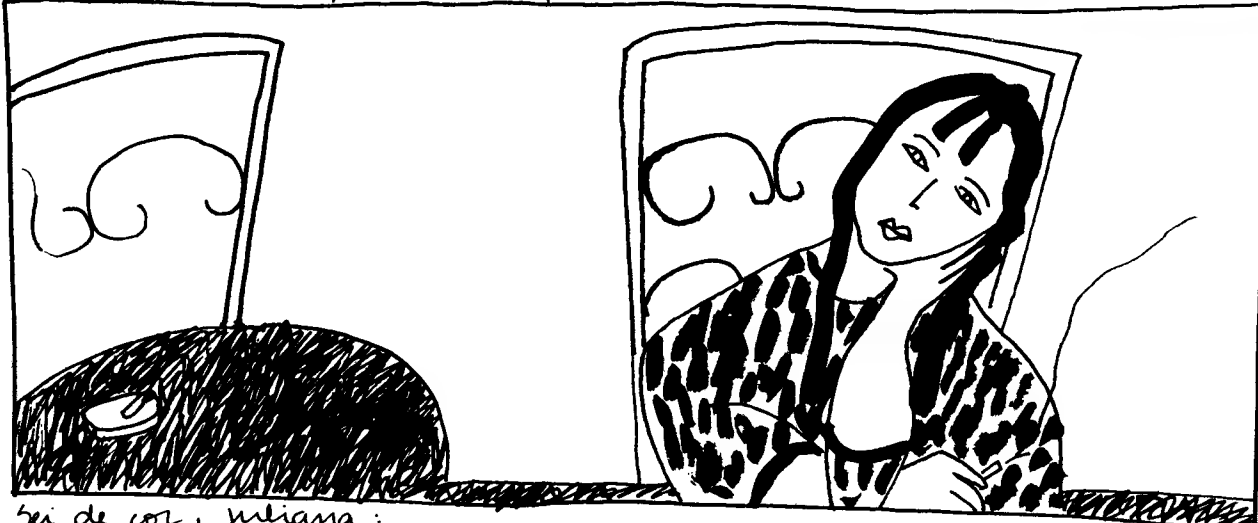
na morte velha

texto: tim

24

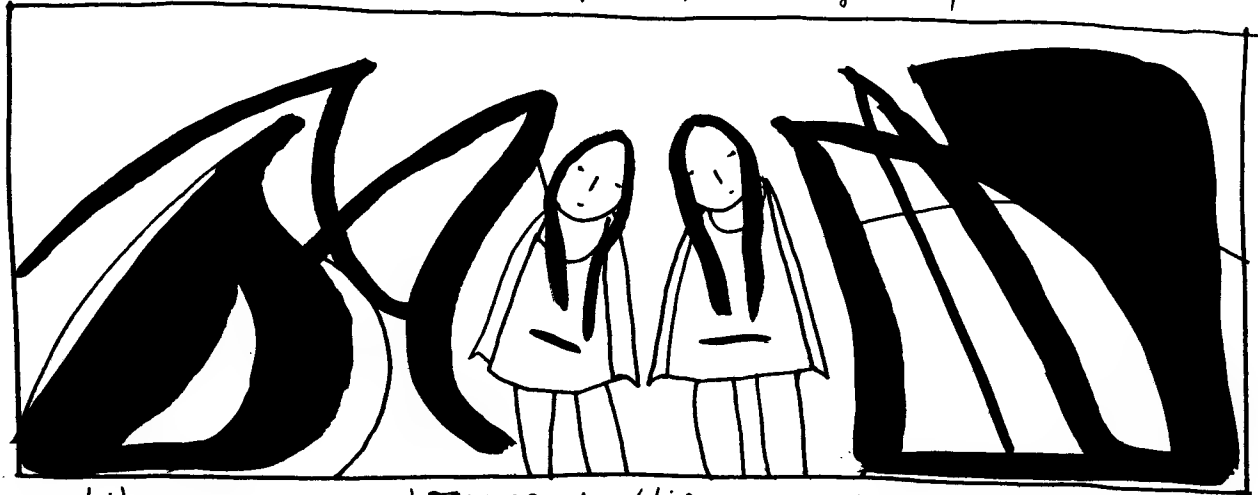
desenhos: Martin

Adriano, sabes o que dizia o poema?



Sei de cor, Juliana:

"Na noite velha, a mim, como tivés ardendo, fitavam-me os olhos pesados das ciganas;



deitavam-nos o fogo aos prédios e arribanas, cercava-me um incêndio ensanguentado, horrêndo!"



Estava Julieta já ardendo, Juliana?

tim.

A crise e o consumo

Continuação da pág. 2

oria e cobriu um quadro negro com triângulos. Toda a sua argumentação, como pudemos ver mais tarde, consistia numa confusão da taxa corrente de investimento com o «stock» total de bens de capital, mas na época não o percebemos. A tendência geral parecia ser a de mostrar que a depressão era causada pelo consumo. R. F. Kahn, então empenhado na explicação de que o multiplicador garantia que a poupança é igual ao investimento, perguntou num tom intrigado: «O sr. é de opinião que, se eu sair amanhã e comprar um novo sobretudo, isso aumentaria o desemprego?», ao

que Hayek respondeu: «Sim» — e acrescentou, apontando para os seus triângulos no quadro: «mas seria necessária uma exposição matemática demasiado longa para explicar porquê». Esse penoso estado de confusão foi a primeira crise da teoria económica a que me referi. («Robinson, p. 26»).

Cinquenta anos são passados dos acontecimentos referidos por Joan Robinson. Na sua conferência ela lamenta «o penoso estado de confusão» em que se enterrara a teoria económica. Mais razão temos nós de lamentar, hoje, a penúria da teoria inspiradora da acção do Governo actual e levantar fortes reservas

quanto aos resultados desta política. Verificamos quanta razão tinha J. Robinson quando falava já em 1971 na segunda crise da teoria económica.

A História repete-se e até parece que os homens perderam a memória. As soluções agora propostas nem sequer têm a marca da originalidade. De tão velhas já estão senis.

E, uma vez que a História se repete, ocorre-nos também repetir, *mutatis mutandi*, a cómica situação em que esteve metido o sr. Hauek há 50 anos atrás.

Com efeito, seria muito curioso saber a que recursos matemáticos recorreria o dr. Ernâni

Lopes, máximo inspirador da política económica do Governo actual, se tivesse de responder à pergunta:

— E então dr. Ernâni, se eu sair amanhã e comprar 1 kg de bacalhau estarei contribuindo para agravar a crise económica do País?

(*) — Conferência realizada na reunião da American Economic Association a 27 de Dezembro de 1971 sob a presidência de J. K. Galbraith, publicada na American Economic Review e posteriormente no livro Contributions to Modern Economics, Oxford, 1978, Basil Blackwell Publisher Ltd. A citação é feita da edição em língua portuguesa: Robinson, J., Contribuições e economia moderna, Rio de Janeiro, 1979, Zahar Editores.

América Central em debate

Orientado por Miguel Urbano Rodrigues, director de «O Diário», realiza-se hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho Vitória, do PCP (à Avenida da Liberdade), um colóquio subordinado ao tema «O imperialismo e a revolução».

sobre a situação na América Central, com especial incidência nos casos de S. Salvador, Nicarágua e invasão de Granada.

O debate será antecedido da projecção de um filme sobre a América Central.

POUPE COMBUSTÍVEL
Não faça manobras desnecessárias.



DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO



Teatro do Século estreia Artaud

O Teatro do Século estreará em breve o seu primeiro espectáculo, **Os Cenci** de Antonin Artaud.

A nova companhia foi formada por um grupo de actores que terminaram este ano o curso da Escola Superior de Teatro do Conservatório Nacional. O seu objectivo é de criar um espaço aberto a uma pluralidade de experiências, através do trabalho de encenadores considerados

significativos no actual panorama teatral. Para a próxima temporada foram convidados João Mota, Jorge Listopad, Rogério de Carvalho e José Valentim Lemos que, desde o início apoiaram este projecto.

Pela primeira vez encenado em Portugal, Artaud é um dos mais importantes escritores franceses contemporâneos. O autor do célebre «O Teatro e o seu Duplo» influenciou decisivamente a moderna prática tea-

tral, motivando criadores como Grotowsky e Peter Brook.

A encenação de **Os Cenci** está a cargo de José Valentim Lemos, regressado recentemente de Paris onde durante quatro anos foi bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. A música original é de Alberto Lopes e a cenografia de José Manuel Castanheira.

A estreia de **Os Cenci** está marcada para o dia 15 de Dezembro no Teatro da Trindade.

crítica de teatro

CARLOS PORTO

FITEI/ANO VI

Diário de um espectador (6)

(Sábado, 12.11. Noite.) O CITAC estreou há dois dias o espectáculo que trouxe ao FITEI, «Noite de Guerra no Museu do Prado», de Rafael Alberti, encenação de Mário Barradas (Cooperativa do Povo Português). O espectáculo foi muito mal recebido: dizem-me que um espectador se levantou, indignado, proclamando que estavam ali a assassinar Alberti. Ainda não encontrei ninguém que defendesse esta nova apresentação do CITAC no FITEI.

Como se sabe, Mário Barradas encenou a peça de Alberti, com o grupo Os Boneceiros, logo a seguir ao 25 de Abril num espectáculo estreado na S.N.B.A. Tendo agora como intérpretes jovens sem qualquer experiência e aparentemente pouco dotados para o teatro (embora possam vir a ser bons médicos, engenheiros, etc.), o encenador não se apercebeu dos riscos que corria. O resultado foi bastante para lamentar. O espectáculo chegava penosamente à plateia e o que dele chegava era de difícil apreensão. O espectador que não conhecesse a peça tinha dificuldade em entender o que se passava no palco de tal modo os vários planos em que texto se situa surgiam esbatidos, pouco diferenciados.

A acção da obra de Alberti decorre durante o ataque dos franquistas a Madrid, no momento em que os republicanos que resistem à fúria destruidora dos fascistas procuram resguardar as obras-primas do Museu do Prado. Essas personagens desdobram-se em personagens da resistência popular às invasões napoleónicas e são por isso ao mesmo tempo seres vivos, e mortos, fuzilados, torturados. Mas as personagens da peça desdobram-se ainda em personagens dos próprios quadros (Goya, Velázquez; Fra Angélica) que procuram salvar. São evidentes as dificuldades postas por um texto de uma tal complexidade dramática embora sejam também evidentes a beleza e a perenidade da sua proposta como defesa dos autênticos valores do homem contra aqueles a quem já alguém chamou os não-homens.

Se este texto, devidamente trabalhado (o que não foi o caso), poderia servir como exercício para os candidatos a actores, o espectáculo provou que há exercícios que não devem ser mostrados ao público, e muito menos a um público de festival que é necessariamente mais exigente.

A incipiência dos actores, as suas carências técnicas, a sua deficiente preparação, uma encenação pobre que não teve em conta esses problemas, fizeram o resto: um espectáculo amadorístico, no que a expressão tem de pejorativo. Foi imprudente por parte do CITAC (e do encenador) aceitar o convite do Festival mas

foi imprudente por parte da direcção do FITEI aceitar estreiar um espectáculo de um grupo de amadores sem ter mais sólidas garantias. Há imprudências que se pagam caro — foi o caso desta.

(Domingo, 13.11. Tarde.) O Auditório Carlos Alberto não chegou a encher (por causa do futebol?) para a segunda sessão com o «1383» de Virgílio Martinho pelo Grupo de Teatro de Campolide. Está feita a crítica a este trabalho de Joaquim Benite e do grupo. Não há razões para alterar o que se escreveu quando da estreia da peça de Virgílio Martinho, no Teatro da Trindade. No entanto, talvez valha a pena chamar a atenção para alguns problemas interessantes que a peça e o espectáculo levantam a julgar por alguns comentários de que tive conhecimento.

O texto, livremente inspirado da «Crónica de D. João I» de Fernão Lopes, não pretende ser uma reconstituição historicamente exacta dos acontecimentos da época, pretende antes propor uma leitura desses acontecimentos através da óptica de um autor do nosso tempo que utiliza o materialismo dialéctico, sob o ponto de vista filosófico, e a distância brechtiana, sob o ponto de vista dramático, como instrumentos ideais para o entendimento e posterior comunicação das correntes subterráneas, naturalmente contraditórias, que subjaziam aos acontecimentos relacionados com a nossa primeira revolução burguesa que teve também uma importante componente popular. Entende-se por isso a utilização de processos caricaturais no desenho de algumas figuras, o reforço de determinadas características de outras, a criação de focos de tensão que evidenciam as linhas conflituais em que a peça se estrutura.

Não dispondo de um grupo de actores e de figurantes em número suficiente, Joaquim Benite supriu essa escassez através de uma marcação imaginativa em que o povo, força colectiva, surge como o motor da História, de acordo com o teor do texto. Utilizando uma bela cortina e um processo narrativo de cariz brechtiano, embora sem esquecer a contribuição das teorias de Meyerhold para a criação de um «teatro teatral», Benite construiu um espectáculo de grande eficácia que não só clarifica um dado acontecimento histórico, cujo quinto centenário está a decorrer, como permite fazer a ponte entre esse período fundamental da nossa História e um outro período tão decisivo como tem sido aquele que teve início em 1974. Isso bastaria para justificar este espectáculo se a sua própria realidade teatral não o justificasse como é o caso.

Resta acrescentar que nesta nova visão do espectáculo, pareceu-me haver excesso de narração que prejudica o seu ritmo e a sua comunicação acon-

tecendo ainda que alguns passos dessa narração eram prejudicados pelo som musical demasiado alto, erro técnico facilmente corrigível mas pouco aceitável num espectáculo público. Resta ainda acrescentar a participação de actores como Canto e Castro, Henriqueta Maya, António Assunção, Teresa Gafeiro, José Martins.

(Domingo, 13.11. Noite.) Continuemos no teatro português presente no FITEI. Desde o início do Festival tem estado com grande êxito na Casa do Infante o Teatro Experimental de Cascais com a peça de Jaime Gralheiro, «Onde Vaz Luiz?», encenação de Carlos Avilez. Está feita e refeita a crítica deste espectáculo que continua a parecer-me um dos espectáculos mais inventivos, mas também mais equilibrados, de Carlos Avilez e do TEC.

Interessa aqui assinalar o facto de, uma vez mais, Carlos Avilez ter sabido investir teatralmente um espaço não teatral como é o caso da bela sala da Casa do Infante. Aproveitando uma escada em pedra e a sala em profundidade a que aquela leva, o encenador deu ao espectáculo uma outra respiração, o que de resto já acontecera com a apresentação da peça de Gralheiro nas ruínas do Teatro Ginásio. Salientemos ainda o trabalho de Helena Reis, nos figurinos; Paulo Braga, nas máscaras e marionetas; Luís Pedro Fonseca, na música. Sem esquecer o trabalho dos actores e em especial de João Vasco, António Marques, Maria Albergaria, Cecília Guimarães e Luisa Salgueiro.

(Política cultural — 1) É uma história autêntica mas parece anedota. E vem a propósito do espectáculo do TEC. Em cena desde o início do FITEI, «Onde Vaz, Luiz?» conheceu um tal êxito de público que deu mais duas sessões, além das nove previstas. Foi o maior sucesso do FITEI/ANO VI. Postos à venda os bilhetes para as duas sessões extraordinárias esgotaram-se em menos de uma hora. Por isso seria de diligenciar no sentido do espectáculo continuar na Casa do Infante, pelo menos até ao fim do Festival. Estava toda a gente de acordo: direcção do FITEI, grupo e, pelos vistos, público. Surgiu porém um obstáculo intransponível: a Casa do Infante não poderia ser utilizada nem para mais uma sessão. É que aquele edifício vai entrar imediatamente em obras para que lá se possa efectuar, perto do fim do mês, um almoço de entidades governamentais! Quer dizer: por causa de um banquete que se podia fazer em qualquer sítio, é prejudicada uma organização como o FITEI; um grupo como o TEC, que está ainda sem receber os subsídios, não pode continuar a dar os seus espectáculos! O público não pode ver um espectáculo em que estava interessado. Sem comentários.

crónica de touros

SOLILÓQUIO

Pandemónio com discurso

Praça de Touros do Campo Pequeno. Quinta-feira, 6 de Outubro de 1983. Touros de João Moura e de Oliveira Irmãos para João Moura e Paco Ojeda.

Foi em Agosto, no final da corrida da Imprensa, a do triunfo do Capea e do Ojeda. Eu estava por ali, e o Alfredo Ovelha apresentou-me o senhor Manuel Gonçalves: o qual sabia, pelos meus escritos a respeito, como considero desastrosa a sua actividade de empresário da praça de Lisboa. Falámos cordialmente, ele sem ressentimentos, sem misturar crítica com afronta, polémica com insulto, alhos com bugalhos, aí marcou pontos. Na conversa, contou-me que tinha acabado de lhe surgir a ideia de confrontar os dois fenómenos da actualidade, o Ojeda e o Moura, num mano-a-mano a fechar a temporada. E perguntou-me a opinião. Eu disse-lhe que, na óptica dos cifrões, a enchente era garantida, mas que mano-a-mano não podia haver entre cavaleiro e matador, ainda por cima um com embolados e o outro com despontados. Ele que sim senhor, que podia. E levou a sua avante (que para isso é empresário). Só foi pena que o tenha feito em condições que me levam a escrever (que para isso sou cronista) aquilo que adiante escreverei, apesar dos pontos que o empresário Gonçalves marcou naquela noite, à porta do Campo Pequeno, quando estava longe de imaginar o pandemónio que com a sua ideia se ia formar.

★★★★★

De pandemónio, havia aquela definição pesada e brasileira: é um tarado sexual, numa casa de meninas, com um cartão de crédito. Pois agora, desde o 6 de Outubro, já temos do pandemónio a versão portuguesa: o Campo Pequeno a fazer de casa de meninas sem elas, e lá dentro uns milhares de tarados, cada um com seu bilhete, e pelo que tinham pago por ele na candonga julgavam que era cartão de crédito, que dava no mínimo para não serem enganados. E afinal dava era para aquela tourada. E, antes da propriamente dita, para o provincianismo do discurso do empresário senhor Gonçalves. Ele tinha de desabafar. Estava comovido, orgulhoso de si próprio. Trouxera ali, ao Campo Pequeno, o maior cavaleiro do mundo e o maior matador do mundo. Os touros, esses não eram os maiores do mundo, aliás nem interessa se chegavam a ser touros, o costume é não ligar a isso, contar com a pouca vergonha dos toureiros, a falta de escrúpulo dos ganaderos, a abdicção dos veterinários e dos inteligentes. De modo que o senhor Gonçalves tinha razões para estar assim tão orgulhoso e feliz. Tão feliz que lhe deu para o generoso. E com voz que a comoção embargava, e que os altifalantes levaram a todos os

★★★★★

Depois do discurso, vem então a tourada. Não começou mal, porque no primeiro bicho o cavaleiro mais caro do mundo está bem, mete no novilho uns ferros desses que foi João Moura quem os mostrou possíveis. E a pega do Balé, segura sem espaventos, como iam ser as restantes. (Põem-se os burladeros). Segue-se o encontro do matador mais caro do mundo com um bezerro dos Oliveira. Ojeda despacha o assunto entre gritos, insultos, dichotes, «dá-lhe mama que ele chucha!» (Tiram-se os burladeros). Volta o Moura: não está bem, nem mal, antes pelo contrário. (Põem-se os burladeros). Atenção — dizem pelos altifalantes — avisam-se os senhores espectadores que o intervalo é só depois do quarto touro. Touro é como quem diz, o que sai é um bezerro aleijado. Bronca, nomes feios, de gatunos para cima, enche-se a arena de almoçadas. Intervém de novo a voz altifalante, pede aos espectadores, num alarde de gramática, o favor de não «amandarem» almoçadas para a arena. Mas eles não ligam, «amandam-nas» à mesma. Tem de recolher o coxinho, para sair outro maiorzinho, com os chifres bem cortadinhos. Tudo em incho. Ojeda dá umas verónicas, umas chicuelinas a sair da viagem, anima as hostes com uma faena sobre a direita, com tais bichos não há emoção transmissível, no final nega-se à volta, mal disposto, como se a culpa fosse dos que pagam e que desta vez, viva o velho, resolve-ram bufar. (Tiram-se os burladeros). Intervalo.

★★★★★

Como dizia o D. Bernardo, o mal do intervalo é que assim, em vez duma tourada, temos duas. E a segunda começa com o bicho do Moura que sai para o próprio, e que é um acérrimo defensor da causa da paz: encosta-se às tábuas, não quer fazer mal a ninguém. «Chama-

—lhe nomes, que ele irrita-se!» — grita-lhe um bem disposto. Nada feito. Também recolhe, a pedido do proprietário, embora não seja das regras, elas mandam que se manso sai, manso deve ser lido. Mas que remédio tem o António Correia, saiu-lhe na rifa esta inteligência, o forno não está para bolos. (Põem-se os burladeros). Vem o quinto, que aliás com o manso e o coxinho já é o sétimo, e põe-se o Ojeda a lancear com garbo, e põe-se o inteligente a chamar por ele, e os bandarilheiros do Moura também, aquele sobrero é para o de Monforte. Segundo a instalação sonora, o animal saiu trocado. Foi engano uma ova, estavam era a ver se com aquele novilho do Moura poupavam ao Ojeda outro Oliveira raquítico. A esperança saíra não pega, devolve-se o bicho, sairá mais logo, devidamente embolado, depois do espada mais caro do mundo ter lido o seu próprio sobrero, lá vem ele, o Ojeda não liga às vozes do Sol («Da um supositório ao borrego!»), faz uma faena do seu corte, liga com ganas três dúzias de passes, aquela forma de ligar os passes é o bastante para aquecer os incondicionais, e os que procuram consolar o dinheiro que gastaram; mas para justificar o dinheiro que ganha terá o Ojeda de abdicar das comodidades que já por Espanha lhe começam a rapar no crédito. (Tiram-se os burladeros). Regressa à arena o sobrero do Moura, mas não dá facilidades, e o Moura anda de cabeça, tão de cabeça que às tantas leva um encontrão e vai bater com ela na arena, fica inanimado entre o susto geral, que a lembrança da tragédia do Crujo faz maior; e quando felizmente volta a si o cavaleiro, já era tarde, também felizmente, para recomençar. A grande tourada chegara ao fim.

★★★★★

Perdão. Faltava ainda a delicadeza da intervenção de despedida do senhor dos altifalantes ocorrida quando o público, no derradeiro desabafo, «amandava» mais umas tantas almoçadas lá para baixo. Em vez da recomendação tradicional, «pede-se o favor de não lançar almoçadas para a arena, porque além de ser proibido representa falta de civismo», o inefável locutor do Campo Pequeno introduziu no texto uma variante, uma coisa fina, a condizer com o nível da praça e da tourada: «Hoje atiram as almoçadas, amanhã sentam-se nelas sujas.»

Portanto já sabem qual é o castigo de não terem engolido ordinarmente a mistela: eles não vão limpar as almoçadas, vão deixá-las sujas. E quando, no ano que vem, os espectadores voltarem ao Campo Pequeno, ao chamariz da tal temporada ainda mais digna, quem não quiser sujar as calças, o melhor é ir com elas já arriadas.

“Marilyn” desancada pela crítica

A crítica nava-iorquina desancava ontem a superprodução musical «Marilyn: uma fábula americana», estreada 2.ª-feira na Broadway, mas os produtores do espectáculo, que custou 4,5 milhões de dólares, não se mostram impressionados.

O empresário Bill May recorreu aos jornalistas que quando se estreou «Evita» a crítica foi desfavorável em 97 por cento, o que não impediu o espectáculo de ganhar numerosos prémios e de triunfar em vários países, continuando ainda hoje na Bro-

adway com salas cheias.

O que até concorda com a opinião do famoso Jerzy Grotowsky, por estas alturas a fazer o périplo do «show business» de Nova York: «Tenho-me divertido como um louco. Nunca vi teatro tão mau como este americano. Comparados com isto, os grupos amadores das vilórias alemãs ou polacas parecem grandes companhias.»

O crítico Clive Barnes escrevia entretanto no New York Post: «Levantaram-se dúvidas em tempos sobre se Marilyn teria sido ou não assassinada. Do que

não resta qualquer dúvida é que foi, de facto, assassinada ontem à noite quando o musical «Marilyn» se estreou no Teatro Minskoff.»

Outros críticos reconhecem que o público da estreia aplaudiu, mas sugerem que em todas as estreias há sempre uma claque paga para aplaudir, adiantando que futuramente o público poucas razões encontrará para aplaudir aquilo que consideram ser «mais uma explosão com intuitos comerciais do mito Marilyn».

canal da crítica

MÁRIO CASTRIM

O helicóptero

Ele veio de helicóptero. Ele sobrevoou as regiões sinistradas.

Ele estava engravatado. Ele levantava a gola do sobretudo.

Ele tinha as mãos nos bolsos. Ele dissertava sobre as condições meteorológicas.

Ele dizia que 600 desalojados era um exagero.

Ele desceu do helicóptero e andou pela rua já limpa, no entanto ainda levemente enlameada.

Ele pisava atento para não sujar os sapatos. Ele dirigiu-se a um mirante para assistir ao espectáculo.

Ele ouviu a mulher contar dos meninos que morriam de frio.

Ele disse: «Bem, como toda a gente sabe...»

Ele voltou a entrar no helicóptero.

Ele e a câmara da televisão que viajou sempre com ele.

O que é o OGE?

Sabeis acaso, ó ímpios, o que é o Orçamento Geral do Estado?

Ninguém sabia. O repórter andou por essas ruas e sempre com a pergunta engatilhada:

— Sabe o que é o Orçamento Geral do Estado?

Como?

Não, não sei.

Não sei.

Bem, já ouvi falar...

Eu disse de Estado não percebo nada.

Eu cá de política não entendo.

Já ouvi falar disso na televisão.

Não sei. Só sei que está tudo muito caro.

E foi então que aquela mulher do povo, mordida a toda a hora pelos cães dos seus dias, se meteu na conversa. A pergunta nem era para ela, era para a do lado. A definição veio montada no cavalo vermelho da sabedoria:

— Sabe o que é? É ver se podem tirar mais alguma coisinha à gente.

Em chelo!

Infância triste anima turistas

No «Fim de Semana». Era uma reportagem sobre os putos da Ribeira, no Porto. Reportagem, ou poema, qualquer coisa assim. Os putos da Ribeira que mergulham nas águas sujas e lodosas, à cata das moedas que os turistas mandam para o rio. Putos da Ribeira, são às dezenas — diz o repórter. Mergulham até ao limite da respiração ou talvez um pouco além. Atrás das moedas. Os turistas gostam. Com as moedas, os putos da Ribeira vão ao nimas, compram chicletes, o gelado que doutro modo nunca teriam...

Ponham os olhos no apontamento vindo do Porto aqueles que filmam ou escrevem para a TV. Aprendam a olhar com pureza — mas sem piedade. Aprendam a escrever com emoção — mas sem literatice.

«São às dezenas os putos da Ribeira...»

No silêncio, a frase persegue-nos, com o dedo em riste.

A selva

O episódio de «9 às 5» contava-nos uma situação de pânico no escritório.

Constara que alguém ia ser despedido. O boato (reforçado por acontecimentos circunstanciais) desencadeou a engrenagem da desorientação. Não apenas um, mas vários, seriam despedidos. Com diálogos do género:

— Não há razão para despedir ninguém.

— Enganas-te. Há sempre razões para despedir seja quem for...

Melancolicamente, o chefe da secção comentava, na iminência do seu próprio despedimento:

— Esta empresa é uma selva. Num dia, é-se tigre; no outro, é-se um tapete.

As empregadas estão apavoradas. Falam em «despedimentos em massa», em «despedimentos colectivos», em «despedimentos temporários». Perante o que resolvem... gastar o que lhes resta num lanche monumental com champanhe e tudo. Nem uma só vez se denuncia a injustiça social. Nem uma vez que seja se propõe o recurso à luta, ao Sindicato. Na prática, tudo acontece como se não houvesse sindicato — ou como se ele não tivesse qualquer poder...

Através destas e doutras historietas é que eles se escorregam nos poderes de uma sociedade imperfeitíssima. Reagan interessa-se muito pelo sindicalismo — dos outros países...

Recebi com pedido de publicação:

«Acabo de fazer três anos ou, como a minha madrinha costuma dizer, três aninhos. Coisas das madrinhas, sabes como é...»

«No dia do meu aniversário, tive uma bela prenda: ouvi o Júlio Isidro dizer que nós, as crianças, íamos ter uma hora de programas só para nós. Todos os dias, imagina só! Ainda tu dizias que a televisão não queria saber de nós...»

Vi agora mesmo a história do «Patinho feio» em desenhos animados. Gostei que eu sei lá.

Mas do que eu gostei mais foi das legendas. Sim, porque há para aí falsos patriotas que dizem mal do nosso País. Afinal, por exemplo, as crianças portuguesas são as mais espertas do mundo.

Apontem-me um país, um só, onde a miudagem como eu já sabe ler, a uma velocidade superior a 180 palavras por minuto, contadas pelo cronómetro do meu paizinho. Não há. Se houvesse jogos olímpicos da leitura, era dinheiro em caixa.

O meu tio Zé, que é um maluco pelo padre António Vieira, vai-me oferecer os 20 volumes dos Sermões. Pfff... Aquilo despacho eu num dia. Com a prática que eu tenho da leitura pela TV, tás a ver...

Publica-me esta carta, por favor em sinal do meu reconhecimento à RTP.

Seu leitor assíduo, Joãozinho

Hoje

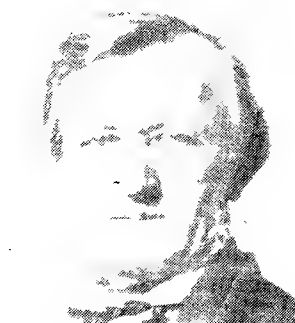
(1)



Interpretado por Francesca Annis, James Warwick, Elizabeth Murray e Elspeth March, exhibe-se na RTP-1 mais um episódio da série policial «Contos de Agatha Christie»

- 12.00 Meio-Dia
- Das 13.35 às 17.10 Ciclo Preparatório TV
- 18.02 Sumário
- 18.10 Janela Mágica — «Os Contos de Andersen: «A Polegarzinha» (III parte).
- 18.30 Teleregiões
- 19.00 Assembleia da República — Orçamento Geral do Estado/84.
- 19.30 1.ª Assembleia de Realizadores — Madeira.
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Telenovela — «Pai Herói».
- 21.20 «Contos de Agatha Christie»
- 22.25 Golo
- 23.25 Últimas Notícias

(2)



Na rubrica... Da Música, da RTP-2, esta noite, é apresentada homenagem a Wagner

- 19.32 Desenhos Animados
- 20.00 Telejornal
- 20.30 Voar
- 20.55 Vasco Granja Apresenta — filmes para todos.
- 21.25 ... Da Música — homenagem a Wagner. Retrato de Pierre Boulez.
- 22.20 Telenovela — «Gabriela».
- 23.00 Último Jornal

Amanhã

(1)

(2)

12.00: Meio-Dia; 13.00: Jornal da Tarde; das 13.35 às 17.15: Ciclo Preparatório TV; 18.00: Sumário; 18.10: Janela Mágica; 19.00: Teleregiões; 19.30: Miniconcurso «O Caminho da Glória»; 20.00: Telejornal; 20.30: «Pai Herói»; 21.15: Viva a Cultura ao Vivo; 22.05: Aplauso; 23.15: Últimas Notícias.

19.30: Desenhos Animados; 20.00: Telejornal; 20.30: Conheça Melhor — pintura coreana; 21.00: Informação; 22.00: «A Leste do Paraíso»; 23.00: «Gabriela»; 23.30: Último Jornal.

ANÚNCIO

1.º ANÚNCIO

O dr. Fernando da Conceição Bento, juiz do Tribunal do Trabalho do Barreiro, faz anunciar que na acção com processo comum ordinário n.º 31/80, pendente na 2.ª secção deste Tribunal, movida pelo autor António Júlio Gomes Clemente, contra MECASUL — Mecânica do Sul, Ld.ª, residente em parte incerta, com última residência conhecida na Rua D. Manuel I, n.º 445, Coima — Barreiro, é esta ré citada para contestar, apresentando a sua defesa no prazo de dez dias que começa a correr depois de finda a dilação de trinta dias, a

contar da data da publicação do 2.º e último anúncio, bem como no mesmo prazo contestar, querendo, o pedido de assistência judiciária formulado pelo autor, sob a cominação de o processo prosseguir à sua revelia, cujo pedido consiste, diferença salarial, subsídios de férias e natal e indemnização por despedimento.

Barreiro e Tribunal do Trabalho, aos 17.Nov.83

O Juiz de Direito
Fernando da Conceição Bento

A Escrivã Adjunta
Lucília da Glória Catoja
António Lavoura

PRÓXIMA SEMANA Lotaria da Padroeira



54 000 contos custam 4 200\$00
4 500 contos custam 350\$00

HABILITE-SE NA CASA VIOLA

LISBOA — BRAGA — S. JOÃO DO ESTORIL

OS GRANDES AVENTUREIROS

LE RUFFIAN

GRANDE ÉXITO
EM PARIS:
769.500
ESPECTADORES!



SORRINDO À VIDA E À AVENTURA,
NUM ESPECTACULAR FILME DE GRANDE CATEGORIA

LINO VENTURA-CLAUDIA CARDINALE-BERNARD GIRAudeau

Um grande realizador JOSÉ GIOVANNI. Um grande músico ENNIO MORRICONE

MUNDIAL FILMES MAIORES 12 ANOS

EM 2.ª SEMANA

CINEMA CASTIL e VOX

GRUNDIG

a segurança de um grande nome seleccionou para si...

(1)

«Contos de Agatha Christie»
(21.20)

(2)

Homenagem a Wagner
(21.25)

(1)

PAI HERÓI

Nuno diz a Genésio que decidiu não se meter mais com André, pois precisa de limpar a sua imagem. Aline diz a Pepo que o ama, mas que não sabe o que poderá acontecer no futuro em relação aos seus sentimentos. André conta a Ana que se casou com Carina e ela diz-lhe que ele fica com raiva de Ana, dizendo que ama a sua mulher e que está ganhando dinheiro com as comissões das vendas dos prédios. No escritório, Soares dá a Ana, Coto e Garcia que André pediu que António gravasse o depoimento deles sobre seu pai. Gustavo leva Walkiria a ver a cama que ela encomendou.

Assistência Técnica Grundig
NACIONAL RÁDIO

Rua Bento Jesus Caraca 17 - Cruz Quebrada - Telef. 2112871



roteiro cultural

Música

Sérgio Godinho realiza hoje, às 21,30, no Coliseu do Porto um concerto único onde apresentará cerca de 28 canções, abrangendo as várias fases da sua produção musical, desde 1971 até ao seu álbum mais recente: «Coincidências».

A Orquestra e o Coro Gulbenkian, dirigidos por Michel Tabachnik, com o húngaro Miklos Perenyi como solista, dão hoje, às 21,30, um concerto no Grande Auditório da Fundação (repetição amanhã, às 18,30). No programa: obras de Webern, Brahms e Haydn.

Pierre Boulez, um dos músicos mais importantes da actualidade, como compositor e chefe de orquestra (inexcedível intérprete de Wagner) é tema de um programa que será apresentado hoje, às 21,30, na RTP-2.

Arthur Green, jovem pianista americano, realiza amanhã, às 21,30, um recital na Casa da Cultura das Caldas da Rainha. O concerto integra-se num programa da Embaixada dos EUA em Lisboa que se intitula «Embaixadores Artísticos», e nele serão interpretadas obras de Mozart, Liszt, Brahms e dos americanos Charles Ives e Lee Hoiby.

Cinema

O **AR.CO** prossegue hoje uma programação de cinema que decorrerá até 27 de Dezembro e integra a exibição de 18 filmes importantes na história da sétima arte. Hoje será

apresentado «Zero em Comportamento» (1933-45) de Jean Vigo. Amanhã, «As Vinhas da Ira» (1940), de John Ford. No sábado, o filme de Eisenstein, «Ivan, o Terrível» (1945). As sessões iniciam-se às 21,45.

O **ABC Cine-Clube de Lisboa** apresenta amanhã às 19 horas, no Estúdio 444, o filme «um Dia Difícil», de René Allio.

No **Cinemateca**, às 21,30 prossegue hoje o Ciclo John Ford com «A Charrua e as Estrelas» e «O Denunciante», dois filmes de raízes irlandesas. A sessão das 18,30 é preenchida com o filme português «Os Vizinhos do Res-do-Chão», de Alexandre Perla.

No **São Luiz** prossegue o ciclo Cinema-Imprensa com a exibição, às 21,30, de «A Honra Perdida de Katharina Blum» de Volker Schlöndorff. Seguir-se-á um debate em torno de «os princípios deontológicos e o estatuto social e cultural do jornalista», com a participação de Roger von Weick do «Die Zeit».

Conferências

O Dr. Luís Manuel Teixeira, do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, profere amanhã às 18,30, na Sociedade de Língua Portuguesa, uma lição sobre «O Mosteiro da Batalha e a arquitectura do século XV», a 6.ª do Curso Livre da Crítica e História da Arte que decorre naquela Instituição.

Exposições

Uma exposição de livros e



Tapeço de Arraiolos com cartão de Francisco Relógio, em exposição no Casino Estoril

revistas técnicas e de medicina franceses abriu terça-feira na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra. Trata-se de uma selecção bi-

bliográfica apresentada pela Sodexport, Unipress e Office de Promotion de L'Edition Française.

O documentário fica patente até dia 30 de Novembro.

Na **Galeria Gilde**, em S.Torcató, Guimarães, será inaugurada no próximo domingo, às 16 horas, uma exposição conjunta de pinturas originais de Maria Helena

Vieira da Silva e Manuel Car-galeiro

Pedro Freitas vai expor óleos e pastéis de óleo na Libris, Largo Trindade Coelho, 4, em Lisboa. A mostra é inaugurada hoje e ficará patente ao público até 9 de Dezembro. O artista nasceu em Lisboa, em 1953. Muito novo ainda, emigrou para a Bélgica, onde começou a expor, antes de 1974. Daí passou à Jugoslávia, onde estudou e expôs até ultimamente, em Liubliana.

Organizada pela Comissão da Condição Feminina e apresentada pela Fundação Gulbenkian, inaugura-se hoje nas Galerias das Exposições Temporárias (Piso 01) daquela Fundação, uma Exposição Bibliográfica portuguesa sobre a Mulher, abrangendo o período do século XVI ao século XX. Esta exposição está integrada no Seminário «Estudos sobre a mulher», cujos trabalhos são inaugurados às 9 horas da manhã de hoje. Será publicado um catálogo organizado por Maria Regina Tavares da Silva.

Uma **exposição de Tapetes de Arraiolos**, que inclui cerca de duas dezenas de exemplares representativos das três grandes fases da evolução deste tapete, inaugura-se amanhã, às 22 horas, na Galeria de Arte do Casino Estoril. Durante esta exposição será feito o lançamento de um tapete com cartão de Francisco Relógio, que terá a tiragem estritamente limitada de 10 exemplares. A mostra ficará patente ao público todos os dias, das 15 às 24 horas, até 8 de Dezembro próximo.

TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA 14.º JUÍZO CÍVEL

ANÚNCIO

São citados os credores desconhecidos que gozem da garantia real sobre os bens penhorados aos executados para reclamar o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto dos tais, bens no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da segunda e última publicação do anúncio.

Execução sumária n.º 4447 2.ª secção. Exequentes: PALMA MARTINS, L.D.º. Executados: ULMEIRO, Litraria e Distribuidora L.d.º, com sede na Av. do Uruguai n.º 11 c/v Benfica, Lisboa.

Lisboa, 11 de Novembro de 1983

O Juiz de Direito, a) Abílio Maria Peres

Pel'O Escrivão de Direito a) António S. Loureiro de Sousa

D.L. - 24/11/83 - 1.º Pub.

OLHE O PERIGO DE FRENTE!



CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS BANCO CENTENÁRIO UM BANCO MODERNO

COTAÇÕES DE NOTAS

	(Por unidade)	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	97\$75	103\$75	
ALEMANHA FED (marco)	47\$15	48\$25	
ÁUSTRIA (xelim)	6\$60	6\$80	
BÉLGICA (franco)	2\$152	2\$352	
BRASIL (cruzeiro)	\$050	\$120	
CANADA (dólar - notas de 1 a 2)	102\$65	104\$65	
(notas de 5 a 1000)	103\$15	105\$15	
DINAMARCA (coroa)	13\$05	13\$45	
ESPAÑA (peseta)	\$783	\$903	
EUA (dólar - notas de 1 a 2)	127\$10	129\$10	
(notas de 5 a 1000)	127\$60	129\$60	
FINLÂNDIA (marka)	22\$00	22\$60	
FRANÇA (franco)	16\$95	17\$45	
HOLANDA (florim)	42\$00	43\$00	
INGLATERRA (libra)	187\$30	191\$30	
IRLÂNDIA (libra)	147\$20	151\$20	
ITALIA (lira)	\$071	\$081	
JAPÃO (iene)	\$515	\$550	
NORUEG. (coroa)	16\$00	16\$60	
SUECIA (co. ra)	15\$95	16\$55	
SUIÇA (franco)	58\$45	59\$55	
VENEZUELA (bolivar)	\$825	\$920	

Observações:
1. - No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. - Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 5 por mil

rádio

Antena Um

18.00: Batida de limão; 17.00: ZGHIBZ; 18.30: Informativo de trânsito - a cada profissão... sua prevenção; 19.00: Informação e música; 20.00: Fohetim - o espaço é seu; 21.00: A viver também se aprende; 21.30: Viva a noite - Antena Um no Casino Estoril; 23.30: Último jornal. Notícias intercalares às 16.00, 17.00, 18.00, 21.00 e 22.00 horas.

Programa 2

15.30: Que quer ouvir?; 17.00: Tratos e retratos; 17.40: «D. João», poema sinfónico, op. 20, de Richard Strauss; 18.05: Cultivando; 19.30: Intérpretes portugueses; 20.10: Música portuguesa; 21.00: Sinfonia n.º 5, em si bemol maior, de Bruckner; 22.20: Música de tecla; 23.00: Ciclo Wagner; 00.25: Música; 01.00: Fecho. Notícias de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média (283, 290 e 397m)

14.00: Matiné; 17.00: Rápido das cinco; 19.00: Musical; 20.00: Conta corrente; 20.30: Quando o telefone toca; 22.00: Portugal e a CEE; 22.15: Programas religiosos; 22.30: Tempo de desporto; 23.30: 24.ª hora; 01.00: O passageiro da noite. Notícias de hora a hora

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: O vapor; 16.00: O som da frente; 18.00: Círculo em FM-19.00: Em órbita; 20.00: Cinco estrelas; 21.00: Jazzofone; 22.00: Café concerto; 00.00: Dois pontos. Notícias de hora a hora.

RÁDIO RE-ASCENÇA

Rede Nacional de OM e FM

15.00: Clube da casa; 18.00: Jornal das regiões; 18.30: Transmissão do topo; 19.00: Programa da LAR; 19.50: Bola branca (2.ª edição); 20.00: Horizonte; 21.00: Hora de música; 22.00: Ouvir e pensar; 23.00: Última hora; 23.55: Meditando. Notícias intercalares a todas as horas

Rede Sul de FM

14.00: Duas vezes seis; 21.00: Quando o telefone toca; 21.30: Pentagrama.

Tiragem média diária do mês anterior: 42.150 -exs.

palavras cruzadas

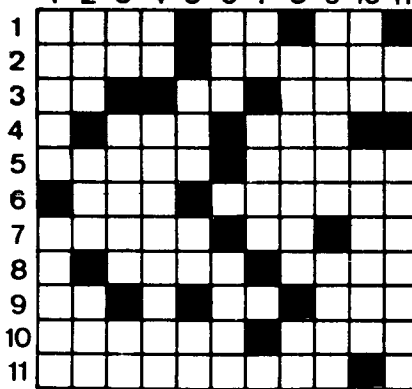
COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 13 893

HORIZONTAIS:

- Um dos Estados do Brasil. Bero (s.q.). Vossa Majestade.
- Do feito do ovo. Tostais.
- Boro (s.q.). Crómio (s.q.) Estavam.
- Igual. Istmo montanhoso que liga a Indochina à península de Malaca.
- Incisão cirúrgica feita com instrumento cortante. Cidade de Espanha.
- Entre os Filipinos a divindade. Prevenir.
- Jogo de rapazes. (fig). Ondas curtas. Cério (s.q.).
- Substância gordurosa de composição análoga à do éter e do álcool. Dá oiro a
- Abreviatura de Santíssimo. Tempo do verbo ser. Oceano
- Falaram. Criança francesa célebre pelo seu heroísmo
- Calcularemos.

Resolva completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11



VERTICAIS:

- Indigente. Título honorífico de alguns prelados sem diocese.
- Freguesia do concelho de Oliveira do Hospital. Calote. Senhor em inglês.
- Radio (s.q.) Mendigo. Antes de Cristo.
- Alumínio (s.q.). Apaziguara.
- Greda branca. Autores. Clima.
- Cidade da Ucrânia. Governo.
- Pertences. Cavernoso.
- Emprego. Boro (s.q.).
- Atravessais. Magnetes naturais.
- Dá mios. Fechar ou selar com lacre.
- Samário (s.q.). Limpam metais.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 9745

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

HORIZONTAIS:

- Aquele que. Termina.
- O mesmo que pega (ave). Régulo.
- Estava. Freguesia do concelho de Alenquer. Cólera
- Compaixão. Do feito do ovo. Suspiros.
- Rio de França. Segueia.
- Utensílio doméstico. Curso.
- Nome de homem. Rádio (s.q.)
- Orquídea indiana. Acerto.
- Administrador de alfândega, na China. Voz para fazer recuar os bois jungidos.
- Nome de fruto. Arrimã.
- Serra de Portugal. Abreviatura que se usa em música. Anel

VERTICAIS:

- Título do vice-rei do Egipto. Pronome possessivo.
- Pov. do concelho da Torre de Moncorvo. Li.
- Estava. Pescar.
- Ruim. Lenço usado entre os Romanos para limpar a boca.
- Sepultura. Bouça. (Prov).
- Canoa de casca de árvores com a proa e a popa achatadas. Mulo. Vazio.
- Combinara. Abreviatura que se usa em música.
- Carta de jogar. Clima. Bigorna de aço sem hastes.
- Vacila. (fig). Aresta de um monte
- Lustrar.
- Duna na Suécia. Um dos Estados da América do Norte.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 13 892

HORIZONTAIS:

- O DINHEIRO.
- Daca. Sras.
- Cai. Aporta.
- Elmos. Ari.
- Gaita. NS És.
- Atear. Hel.
- Loa. Oc. RR.
- Ca. Usso. Ao.
- Avós. Uã.
- Irara. Saia.
- Assassinado

VERTICAIS:

- CEGA. Ca. A.
- Dalat. Avis.
- Daimiel. Ors.
- Ci. Otão. Saa.
- Na. Sarau. Rs.
- Suas.
- Espinhosa.
- Irã. Seco. SN.
- Rara. Caa.
- Ostreiro. Id.
- Ais. RAZÃO.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 9744

HORIZONTAIS:

- Antes. Torto.
- Barracas. Ou.
- Arã. Lesma.
- Nale. Assa.
- Hinos. Sem.
- Amara. Omo.
- Ainda.
- SS. Se. Alto.
- Quais Achou
- Upião. Ad.
- Eos Coiros

VERTICAIS:

- Abancay. Que.
- Nara. Supo.
- Trilha. Sais.
- ER. Eira. Ia.
- Sai. Naissó.
- Cego. De.
- Tas. Sra. Açõ.
- Osma. Ac.
- Assoalhar.
- Tossem. Todo.
- Ou. Amolou.

Provérbio: O DINHEIRO CEGA A RAZÃO.



cartaz de cinemas e teatros

ALVALADE 897480

Av. de Roma
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 Maiores 12 anos
OS RAPTORES

AVIS 547163

Av. Duque de Ávila, 45
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - Int. men. 18 a
JULIA E OS HOMENS

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar
 Às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30
 M. 6 a
FLASHDANCE
 2.ª semana

CALEIDOSCÓPIO 795093

Campo Grande
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 N. ac. men. 13 a
THE JAZZ SINGER

CASTIL 530194

Rua Castilho
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - M. 12 a
OS GRANDES AVENTUREIROS

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (ao Saldanha)
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 - M. 12 a
A GOLPADA
 Às 24
COMANDOS DO SINAI

CINE BLOCO 556824

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
 - N. ac. men. 13 a
DIFAMAÇÃO
 Às 24
A CLASSE DE 1984

CINE CAMÕES 324194

Rua do Loreto, 15
 Às 14.15, 16.30 e 21.30
 - N. ac. men. 13 a
KUNG FU EM EXPLOSAO

CONDES 322523

Av. da Liberdade, 2
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 - Para Todos
O REGRESSO DE JEDI
 6.ª Semana

2000 2100055

Av. Bomb. Voluntários, lts. 113/4
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - Int. men. 18 a
O VINGADOR DA CIDADE

EDEN 320768

P. Restauradores, 21
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 Maiores 12 anos
OS RAPTORES

ESTÚDIO 555134

Alam. Afonso Henriques, 35
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS

ESTÚDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves, 83-B
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - N. ac. men. 13 a
A AUDIÊNCIA

HOLLYWOOD Tel. 802859

Centro Comercial Alvalade
SALA 1
 Às 14, 16.30, 19, 21.30 e 24
 Para todos
O REGRESSO DE JEDI

SALA 2

Às 14.15, 16.30, 19, 21.30 e 24
 M. 12 anos
O SEGREDO DO AMOR

IMPÉRIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
 Às 15.15, 18.30 e 21.30
 - M. 12 a
OPERAÇÃO THOR

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 - M. 6 a
LA TRAVIATA
 de Verdi

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Álvares Cabral, 37
 Às 14.15, 16.30 e 21.30
 Estreia - M. 12 a
ALVO ÁGUA
 Às 24
O CASO SHARON TATE

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
 Às 15.15, 18.15 e 21.30
 Int. m. 13 anos
O VALE PERDIDO

ÁVILA 539930

Av. Duque d'Ávila, 92-A
 Às 14.30, 17, 19.10, 21.30 e 24
 - M. 12 a
OCTOPUSSY

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
 - Não acons. men. 18 anos -
OFICIAL E CAVALHEIRO
 Com Richard Gere e Desra Winger
 Um filme de Taylor Hackford

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20
 Às 15.15, 18.15 e 21.30
 - N. ac. men. 18 a
O ROSTO ESPIRITUAL
 2.ª Semana

POLITEAMA 326716

R. Portas S. Antão, 109
 Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
 - M. 12 a
OPERAÇÃO THOR

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122
 Às 14, 16.30 e 21.30
 - N. ac. men. 13 a
CHEGA-LHE, AMIGO



O ESTADO DAS COISAS um filme de WIM WENDERS
 rodado em Portugal em exibição no Quarteto

QUARTETO 771378

R. Flores de Lima, 16
SALA 1
 Às 14.15, 16.30, 19 e 21.15
 - M. 12 a
O ESTADO DAS COISAS
 Às 23.30 - M. 18 a
O MAIOR AMANTE DO MUNDO
SALA 2
 Às 14.30, 16.45, 19 e 21.15
 - M. 18 a
QUERELLE
 Às 23.30 - M. 18 a
1941, ANO LOUCO EM HOLLYWOOD
SALA 3
 Às 14.15, 16.30, 19 e 21.15
 - M. 12 a
A NOITE DE SÃO LOURENÇO
 Às 23.30 - M. 18 a
COMANCHEROS
SALA 4
 Às 14.15, 16.45, 19 e 21.30
OH! AMIGOS MEUS...
 (PARTE II)
 Às 23.45 - M. 18 a
O LEOPARDO

ROMA 887778

Av. de Roma, 14 M-N
 Às 15.30, 18.30 e 21.30
 - N. ac. men. 18 a
EXPLOSAO DA PUBERDADE

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30
 - M. 12 a
ALVO ÁGUA

SÃO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175
SALA 1
 Às 15.15, 18.30 e 21.30
 - M. 12 a
OCTOPUSSY, 007 OPERAÇÃO TENTACULO
 5.ª Semana
SALA 2
 Às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45
 - N. ac. men. 13 a
THE IDOLMAKER - O FABRICANTE DE ÍDOLOS
 2.ª Semana
SALA 3
 Às 14.30, 18.15 e 21.15 h
 - Maiores 12 anos -
SOPHIE'S CHOICE
 14.ª Semana

SATÉLITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
 Às 15, 17, 19 e 21.30
 - N. ac. men. 13 a
ERAM OS DEUSES ASTRONAUTAS?

7.ª ARTE 730715

Av. República, à Est. de Entre Campos. Junto ao n.º 68
 Às 14.30, 17.00, 19.10, 21.30, 24.00
 - M. 12 a
OCTOPUSSY, 007 OPERAÇÃO TENTACULO

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C
 Às 15, 18.15 e 21.30
 - M. 12 a
A VIDA É UM ROMANCE
 2.ª Semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio
 Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23
 - N. ac. men. 13 a
CINCO DIAS UM VERÃO

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
 Às 14, 16.30, 19 e 21.30 h
 - Não acons. men. 18 anos -
OFICIAL E CAVALHEIRO
 Um filme de Taylor Hackford
 8.ª Semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
 Às 15, 18.15 e 21.40
 - M. 12 a
OS GRANDES AVENTUREIROS

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9
 Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
 - M. 12 a
O GOLPE DOS ENRASCADOS

outros cinemas

Lisboa

ALFA-1 - "Flashdance", às 21.30 (6 anos)
ALFA-2 - "McQuade, o Lobo Solitário", às 21.15 (12 anos)
ALFA-3 - "Oficial e Cavaleiro", às 21.30 (6 anos)
QUINTETO - "O Regresso de Jedi", às 21.30 (13 anos)
RETELO - "Os Selvagens da Noite", às 21.30 (13 anos)
CITY-CINE - "Um Difícil Adeus", às 21.30 (12 anos)
CAPITÓLIO - "Escola Técnico-Sexual", às 21.00 e 23.00 (18 anos)
APOLLO 70 - "Quatro Amigos", às 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA - "Noites Quentes de Dallas", sessões permanente (18 anos)
MUNDIAL - "Flashdance", às 21.30 (6 anos)
CINE-ESTÚDIO ACS - "O Amigos Meus", às 21.15 (12 anos)
PROMOTORA - "No País dos Caribais", às 21.30 (18 anos)
CINEMATECA PORTUGUESA - "O Denunciante", às 21.30 (13 anos)
ROYAL - "Petróleo em Chamas", às 21.30 (12 anos)

Outra banda

ALMADA - "Cine-Estúdio" - "Gandhi", às 21.30 (13 anos)
COSTA DE CAPARICA - "Silcine" - "Esquadra Heróica", às 21.30 (12 anos)
ALMADA - "Incrível" - "O Príncipe da Cidade", às 21.15 (18 anos)
ALMADA - "Academia" - "Os Machos", às 21.30 (13 anos)
TRAFARIA - "Pavilhão Jardim" - "Que Doutora Rapazes", às 21.15 (13 anos)

Linha de Sintra

AMADORA - "Cine-Plaza" - "Voando Sobre um Ninho de Cucos", às 21.30 (18 anos)
AMADORA - "Lido" - "Por Favor não Me Morda o Pescoco", às 21.30 (13 anos)
AMADORA - "Cine-Estúdio" - "Os Três Dias do Condor", às 21.30 (13 anos)
CACÉM - "Cine-Estúdio Flores" - "Angústia de Viver", às 21.30 (18 anos)

MEM MARTINS - "Cine-Chaby" - "A Casa do Cemitério", às 21.30 (18 anos)
SINTRA - "Carlos Manuel" - "Série Negra", às 21.30 (13 anos)

Linha de Cascais

CASCAIS - "Oxford" - "Operação Thor", às 21.30 (12 anos)
ALGÉS - "Stadium" - "Las Vegas, Cidade Implacável", às 21.15 (12 anos)
PAÇO DE ARCOS - "Chaplin" - "Tootsie", às 21.15 (13 anos)
OEIRAS - "Oeiras-Cine" - "Superstição", às 21.15 (18 anos)
PARADE - "Royal-Cine" - "Eu Sou a Vingança", às 21.30 (18 anos)
ESTORIL - "Casino" - "Os Aventureiros do Fim do Mundo", às 21.15 (6 anos)
ESTORIL - "Palácio" - "A Face do Poder", às 21.30 (13 anos)
CASCAIS - "Impala" - "Táxi Driver", às 21.30 (18 anos)

Porto

VALE FORMOSO - "O Profissional", às 21.30 (13 anos)
BATALHA - "Montanha Assassina", às 21.45 (12 anos)
BEBÉ - "Contos da Loucura Normal", às 21.30 (18 anos)
CHARLOT - "A Provinciana", 21.30 (13 anos)
OLÍMPIA - "A Raiva do Herói", às 21.30 (16 anos)
FOCO - "Flashdance", às 21.30 (6 anos)
ÁGUA - "Os Esgotos do Paraíso", às 21.30 (13 anos)
COLISEU - "Lições Privadas", às 21.30 (18 anos)
JÚLIO DNIS - "Emmanuelle", às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-A - "Cadie", às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE-L - "Duas Horas Menos Um Quarto Antes de Cristo", às 21.45 (13 anos)
PEDRO CEM - "O Mensageiro", às 21.30 (18 anos)
RIVOLI - "Explosão da Puberdade", às 21.30 (18 anos)
TRINDADE - "Octopussy", às 21.30 (12 anos)

Lisboa

PERMANENTE

ALTO DO PINA: Eusil, R. Barão de Sabrosa, 104 (T. 841912); **ALVALADE**: Roma, Av. de Roma, 85-B (T. 772466); **BAIXA**: Valadas, R. da Madalena, 235 (T. 872060); **BENFICA** - **IGREJA** - **CEMITÉRIO**: Lisboa, R. Cláudio Nunes, 73-A (T. 703393); **CAMPOLIDE** - **Imparcial**, R. General Taborda, 28-30 (T. 680931); **CHELAS**: Banha, E. de Chelas, 173-175 (T. 382241); **JERÓNIMOS**: Remísio, R. dos Jerónimos, 14-C (T. 631699); **LAPA**: Mota Capitão, R. São Félix, 45-B-C (T. 660720); **OLIVAIS**: SUL: Higiene, R. Cidade de Vila Cabral, lote 43 (T. 310026); **SÃO SEBASTIÃO**:

teatros

Lisboa

MARIA MATOS - "Annie", às 21.00 (6 anos)
MARIA VITÓRIA - "Quem me Acaba o Resto?", às 20.30 e 22.45 (16 anos)
D. MARIA II - "Auto de Santo António" e "Auto de Vicente Anes de Joazeira", às 21.30 (13 anos)
D. MARIA II - **Sala Experimental** - "Play" e "Eu Não", às 21.45 (12 anos)
ABC - "Todos Tesos", às 20.30 e 23.00 (18 anos)
VARIEDADES - "Um Fantasma Chamado Isabel", às 21.30 (13 anos)

Porto

CAMPO ALEGRE - "Um Cálice de Porto", às 21.45 (13 anos)
COOPERATIVA POVO PORTUENSE - "Três Cuentos Morenos", às 22.30 (13 anos)
RIVOLI - "Explosão da Puberdade", às 21.30 (18 anos)
TRINDADE - "Octopussy", às 21.30 (12 anos)

Sá da Bandeira, R. Marquês de Sá da Bandeira, 36-42 (T. 554672); **ALGÉS**: **Combatentes**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 166 (T. 2104953); **BRANDÃO**: Brito, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351); **ODIVELAS**: Gonçalves, R. Dr. Egas Moniz, 30-B (T. 915662).

REFORÇO

AREIRO - **APEADEIRO**: Chinde, R. Agostinho Lourenço, 6-B (T. 890331); **CALVÁRIO** - **ALCANTARA**: Lupi Nogueira, R. José Dias Coelho, 4 (T. 631635); **CAMPO D'OURIQUE**: Castro Fonseca, R. 4 de Infantaria, 28-A (T. 688857); **CAMPO PEQUENO** - **AVE-NIDA DE ROMA**: Galeão, Av. Oscar Monteiro Torres, 38-A (T. 774920); **CARNIDE**: Leal Matos, R. Neves Costa, 33-35 (T. 780181); **CONDE BARÃO**: Moz Teixeira, R. Poco dos Negros, 117 (T. 601961); **ESTEFÂNIA** - **Universal**, R. Actor Taborda, 5-7 (T. 544158); **LUMIAR**: Patuleia, Al. das Linhas de Torres, 252-B (T. 790332); **MARQUÊS DE POMBAL**: Liberal, Av. da Liberdade, 219 (T. 543641); **MARTIM MONIZ**: Tavares, R. da Palma, 194 (T. 863350); **SAPADORES**: Branquinho, R. dos Sapadores, 87-89 (T. 842725); **BURACA**: Vaz Martins, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **OLIVAL BASTO**: Nova, R. Açores, 11-A (T. 910305); **PONTINHA**: Pimentel, Az. dos Bezouros, lote R-8 (T. 991328); **PRIOR VELHO**: Matos, T. Pnoras (T. 2519939).

Outra Banda

ALMADA: Central, R. Oliveira, 11-B (T. 2750504). Permanente; **COVA DA PIEDADE**: Louro, R. Alexandre Herculanio, 6-B (T. 2763517). Até às 22 horas; **LARANJEIRO**: A. Moderna, R. Dr. António Elvas, 8-A (T. 2290305). Até às 22 horas; **COSTA DE CAPARICA**: Chai, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 22 horas; **SESIMBRA**:

farmácias

Linha de Sintra

AMADORA: Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485). Permanente; **Igreja**, P. da Igreja, 22-A (T. 937740). Até às 22 horas; **DAMAIA**: Lemos, R. de Goa, 21-A (T. 971121). Até às 22 horas; **QUELUZ**: Queluz, Av. Miguel Bombarda, 123-A (T. 951841). Até às 22 horas; **CAMARATE**: Nova da Charneira, R. Cidade de Lisboa, 9-A (T. 251872). Até às 19 horas; **CACÉM**: Garcia, Av. dos Missionários, 2 (T. 9242181). Permanente; **MEM MARTINS**: Miranda Garcia, E. de Mem Martins, 173 (T. 9214103). Permanente; **MERCES**: Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA**: Cargaleiro Lourenço, Até às 22 horas; **SINTRA**: Marrazes, Estância (T. 9230058). Permanente; **COLARES**: Abreja (T. 9290088); **MOSCAVIDE**: Pedro Gomes, B. 25 de Abril, lote 13 (T. 2519670). Até às 22 horas; **SACAVEM**: Maria, R. Salvador Alende, lote 2 (T. 2514369). Permanente; **LOURES**: Sálvia, Av. da República, 29 (T. 2531240). Até às 22 horas.

Porto

DAS 9 ÀS 12 E DAS 14 ÀS 22 HORAS
LUSO-FRANCA: R. Sá da Bandeira, 140; **SÃO JERÓNIMO**: R. Santos Pouzada, 622; **SAÚDE**: Av. Combatentes da Grande Guerra, 689; **CAMEIRA**, R. do Heroísmo, 90; **ALVES**, P. do Exército Libertador, 62.

DE DIA E TODA A NOITE

VILARINHA, R. da Vilarinha, 161; **LAPA**, R. Antero de Quental, 211; **BONFIM**, R. do Bonfim, 73; **GOMES CARNEIRO**, R. de Cedeira, 348; **FERREIRA DE CARVALHO**, R. do Bonjardim, 354.

Coimbra

VILAÇA, R. Ferreira Borges, 132 (T. 22043).

PORTE
PAGO

Propriedade, Composição e Impressão:

RENASCENÇA GRÁFICA, SARL

Administração Redacção Publicidade
e Serviços Técnicos

RUA LUZ SORIANO, 44 - 1200 LISBOA

TELEFONES: 321154/5 - 320271/2/3

Publicidade: 368740

Serviço de noite (depois das 21)

Porteiro: 321154

Redacção: 320271/2/3

Depósito Legal n.º 1426/82

Endereço Telegráfico: DIBOA

Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO

Rua do Almada, 30-2 - 4000 PORTO

Telefones: 20954/5

Distribuição: INTERPRESS

Rua do Norte, 115-1.º - 1200 LISBOA

Telefones: 322100-322204-320784



MARES DE HOJE

PREIA-MAR BAIXA-MAR
5.19 4.0 m 11.06 1.1 m
17.51 3.7 m 23.21 1.3 m
Dia 25
6.08 3.9 m
18.46 3.6 m 12.00 1.3 m

TEMPERATURAS DO AR
ÀS 6 HORAS

VIANA DO CASTELO 16°
BRAGANÇA 11°
VILA REAL 12°
PORTO 16°
COIMBRA 15°
CABO CARVOEIRO 18°
PORTALEGRE 11°
LISBOA 16°
ÉVORA 12°
BEJA 13°
FARO 13°
SAGRES -
PONTA DELGADA 18°
FUNCHAL 19°

PREVISÃO DO TEMPO
PARA AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado.
Vento fraco. Máximas de 18 a 20 graus em
várias regiões.

últimas

«GRUPO NACIONALISTA DE ALMADA» assim se autodesignavam os indivíduos que iniciaram uma acção de extorsão a diversos comerciantes daquela cidade da margem sul do Tejo. Nessas missivas, para além das ameaças caso não cumprissem ou denunciassem à Polícia, informavam tratar-se de compensar a percentagem de 2,8 por cento do imposto extraordinário lançado pelo Governo. Como uma das vítimas teve «a coragem» de informar as autoridades policiais, foi colocado o dinheiro exigido no sítio indicado — uma cabine telefónica, e apanhados os dois elementos (parece que únicos) da «perigosa» associação de malfeteiros.

MUNIÇÕES ABANDONADAS nuns terrenos junto à Azinhaga dos Barros, em Carnide, obrigaram à intervenção da Polícia que ainda não esclareceu como ali foram parar. Trata-se de um conjunto de três cunhetes de balas de 7,62 milímetros com indicação de terem sido acondicionados em 1974. O facto de estarem em impecáveis condições leva a crer terem sido abandonados pouco antes. Próximo do local situa-se uma escola primária mas foi um adulto, morador nas proximidades que fez o achado.

COM RECURSO A VIOLÊNCIA FÍSICA roubavam as vítimas, mas viram agora a carreira interrompida pela Judiciária. No primeiro caso, foi detido um indivíduo de 27 anos, o autor do assalto de que foi vítima uma mulher de 30 anos numa residencial do Intende, que sob ameaça de arma branca foi espoliada de dinheiro e aparelhagem estereofónica. No segundo caso, seria detido um jovem de 17 anos que na área da Buraca ia matando com um barrote o guarda de uma obra para lhe roubar cinco contos.

Os autores da violação da jovem turista alemã, ocorrida, conforme noticiamos, na madrugada de ontem na Póvoa de Varzim, já foram identificados (são três) e estão a ser activamente procurados pela Polícia Judiciária Monika Stechow, tem acompanhado os investigadores nas suas diligências.

Mil alunos
sem aulas
para o ano?

Cerca de mil alunos da zona de Carnaxide ficarão impossibilitados de frequentar as aulas o próximo ano se entretanto não for construída a projectada escola secundária da zona — revelou a comissão de moradores local, à ANOP.

A mesma fonte acrescentou que a construção da escola aguarda uma decisão do Ministério da Educação — que tem de ser tomada até ao final do corrente ano — com vista à expropriação dos terrenos previstos para o efeito.

Quinhentos economistas
discutem no Porto
desenvolvimento industrial

Mais de meio milhar de economistas participa no encontro sobre perspectivas do desenvolvimento industrial português que esta manhã iniciou os seus trabalhos na Faculdade de Economia do Porto, numa iniciativa da Associação Portuguesa de Economistas (APEC). Devido a compromissos inadiáveis o Presidente da República não esteve presente no início dos trabalhos esta manhã, estando todavia prevista a sua presença na sessão desta tarde.

Os trabalhos desta manhã foram preenchidos com um breve discurso da presidente da APEC, dr.ª Manuela Morgado, e com uma comunicação sobre «Integração do Desenvolvimento Industrial no contexto da divisão in-

ternacional do trabalho — estratégias e modelos alternativos», tema que teve como coordenador o dr. Silva Lopes.

A presidente da APEC disse nomeadamente que «os economistas querem voltar a ser apenas economistas» para se referir a alguns dos problemas que se põem actualmente àqueles especialistas». Disse, a propósito, que «não é fácil, ser economista em Portugal» quando, nomeadamente, o Estado-empresário tende a exercer uma influência crescente sobre o quotidiano» e quando a selecção de gestores «conhece critérios que não são os da competência». Manuela Morgado salientaria ainda, dentro dessa óptica, os problemas que se põem em questões de nature-

za fiscal.

Os trabalhos desta tarde têm como tema central os aspectos regionais da industrialização, de que é coordenador o prof. Manuel Porto. Os trabalhos prosseguem amanhã de manhã com comunicações sobre «comportamento dos agentes económicos no processo de industrialização», que tem como coordenador o eng. Rogério Martins. Durante a tarde os participantes ouvirão comunicações sobre «Problemas suscitados pela integração na CEE e impacte em sectores concretos da indústria portuguesa», tema que tem como coordenador o dr. Vítor Constâncio. O encerramento dos trabalhos está marcado para as 18 e 30 horas de amanhã com uma intervenção do ministro da Indústria e Energia.

Bancários e UCP's solidários
com as vítimas das inundações

A solidariedade nacional e internacional continuam a manifestar-se a favor das vítimas dos acontecimentos do fim-de-semana. O Sindicato dos Bancários do Norte anunciou ontem que vai desencadear brevemente uma campanha de recolha de donativos. «Não podendo ficar insensíveis às situações dramáticas com que se confrontam neste momento muitos trabalhadores e seus familiares, entendemos que também o nosso Sindicato deverá engrossar a cadeia de solidariedade para com as populações atingidas pelas cheias», afirma-se num comunicado difundido por aquela organização sindical. O documento exige igualmente que o Governo adopte as «medidas de emergência necessárias à reconstrução das zonas afectadas» e desenvolva acções que «impossibilitem a repetição de situações de catástrofe, como as que são presentemente vividas por milhares de pessoas».

Entretanto, o Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do distrito de Évora declarou-se também «disponível e empenhado no lançamento de uma recolha de donativos, designadamente entre UCP's e trabalhadores da Reforma Agrária para procurar minorar os efeitos dramáticos das inundações e apoiar as autar-

quias locais no seu esforço para dar resposta à situação criada». Isto «sem prejuízo das medidas que o Estado e o Governo têm a obrigação de pôr em prática».

O comunicado distribuído refere igualmente que «as situações de tremenda miséria e dor» se devem à «ausência de medidas de defesa de fundo que sucessivos Governos nunca tomaram» e, «ao contrário da ignóbil propaganda do Governo de Mário Soares, não estão nem em vias de se resolverem».

Apoio do Exército
continua

Segundo uma nota divulgada pelo respectivo Estado-Maior o Exército, em coordenação com a protecção civil, forneceu entre as 10 horas de 22 de Novembro e as 10 horas de 23 de Novembro o seguinte material e equipamento para apoio às populações das zonas atingidas pelo temporal: Loures: 900 refeições, 700 pães, uma grua, uma pá-carregadora; sacavém: 120 rações, um autotank; Cascais: uma viatura basculante; Torres Vedras: 2 geradores. Além disso salienta a nota, mantém-se o empenhamento dos meios de engenharia e de viaturas militares já referidos em anteriores ocasiões.

Casos de diarreia no concelho de Loures

A Câmara Municipal de Loures alertou ontem para o aparecimento de casos de diarreia em Sacavém causados possivelmente pelo consumo de águas não desinfectadas.

Assim, o município de Loures apela novamente às populações do concelho para que ferver a água antes de a consumir e sigam as normas estabelecidas pelos serviços de saúde para o efeito.

A Câmara de Loures avisa ainda as populações do concelho

para que se dirijam às respectivas Juntas de Freguesia a fim de receberem gratuitamente produtos desinfectantes.

Entretanto a Câmara Municipal de Cascais anunciou, por seu lado, ter recebido «todo o apoio solicitado ao Serviço Nacional de Protecção Civil», pelo que não corrobora a contestação a esse serviço feita na terça-feira por seis outros municípios do distrito de Lisboa (Loures, Amadora, Vila

Franca de Xira, Azambuja, Sobral de Monte Agraço e Alenquer).

Segundo a Câmara de Cascais, foi recebido todo o apoio solicitado ao SNPC — designadamente reforço policial, máquinas e apoio técnico».

As acções de realojamento, alimentação e distribuição de roupas — diz a autarquia — estão a ser feitas pelos serviços da Câmara em colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Cascais.

Na margem

Um problema de sede

Em meios diplomáticos de Lisboa comenta-se, não sem alguma dose de humor, a situação peculiar do PCP, preocupado com a proximidade 'estratégica' em que ficará, dentro de pouco tempo, a Embaixada dos Estados Unidos. Segundo se diz, um ou outro dirigente comunista terá manifestado preocupação com o que, em termos de «espionagem electrónica», poderá significar a «aproximação geográfica» daquela Embaixada com a sede do Partido. Contudo, diz-se à boca pequena em recepções consulares, a maior dose de temor dos dirigentes do PCP residirá no facto de, mesmo ao lado da sua sede nacional, num prédio em construção, os dois ou três últimos andares terem sido adquiridos por súbditos norte-americanos, por coincidência funcionários da dita Embaixada. Será verdade?

Um barco sem porto

Custou 260 mil contos, mais coisa menos coisa, e destinava-se a assegurar ligações rápidas entre a Madeira e Porto Santo. Chama-se «Independência» e o acto inaugural foi

condignamente preparado com uma viagem a Porto Santo. Só que, ali chegando, constatou-se que o «Independência» não conseguia atracar. Motivo: demasiado calado. Desta forma, o «Independência» está agora dependente de obras no cais de Porto Santo. Até lá, as ligações rápidas sofrem um notável atraso pois, uma vez chegados a Porto Santo, os seus passageiros têm de fazer transbordo para uma embarcação menor que os conduza à ilha. Coisa das terras de Jardim...

Engodos...

«Aos incómodos, e sempre que possível, passa-lhes a mão pelo pelo...». Esta parece ser a pauta pela qual se rege o secretário-geral do Partido Socialista, Mário Soares. Recentemente, e por interposta pessoa, convidou o líder da Esquerda Laboral do PS para importante cargo de gestor no Gabinete da Área de Sines. Perante uma primeira nega de Marcelo Curto, o ministro Veiga Simão — intermediário de Soares... — voltou à carga com um convite de gestor na Petrogal. Mário Soares não terá gostado da atitude de um Marcelo Curto que, pela segunda vez, ao convite disse nada.

CASA DA SORTE

Informação dos números mais premiados na extracção de hoje da LOTARIA NACIONAL:

1.º PRÉMIO - 46 069 - 54 000 CONTOS
2.º PRÉMIO - 17 714 - 18 000 CONTOS
3.º PRÉMIO - 59 459 - 6 000 CONTOS

Consulte a Lista Oficial e habilite-se para a próxima extracção, aos balcões da CASA DA SORTE

em LISBOA - BRAGA - PORTO - AVEIRO - COIMBRA - SETUBAL - FARO

OUTROS PRÉMIOS

APROXIMAÇÕES AO 1.º PRÉMIO

40 000 - 187.100.000

40 000 - 187.100.000

PRÉMIOS DE 1.000 CONTOS

1 802; 2 180; 3 181; 4 775; 5 034; 6 987; 10 180; 17 489; 18 311; 19 180; 20 180; 21 180; 22 180; 23 180; 24 180; 25 180; 26 180; 27 180; 28 180; 29 180; 30 180; 31 180; 32 180; 33 180; 34 180; 35 180; 36 180; 37 180; 38 180; 39 180; 40 180; 41 180; 42 180; 43 180; 44 180; 45 180; 46 180; 47 180; 48 180; 49 180; 50 180; 51 180; 52 180; 53 180; 54 180; 55 180; 56 180; 57 180; 58 180; 59 180; 60 180; 61 180; 62 180; 63 180; 64 180; 65 180; 66 180; 67 180; 68 180; 69 180; 70 180; 71 180; 72 180; 73 180; 74 180; 75 180; 76 180; 77 180; 78 180; 79 180; 80 180; 81 180; 82 180; 83 180; 84 180; 85 180; 86 180; 87 180; 88 180; 89 180; 90 180; 91 180; 92 180; 93 180; 94 180; 95 180; 96 180; 97 180; 98 180; 99 180; 100 180; 101 180; 102 180; 103 180; 104 180; 105 180; 106 180; 107 180; 108 180; 109 180; 110 180; 111 180; 112 180; 113 180; 114 180; 115 180; 116 180; 117 180; 118 180; 119 180; 120 180; 121 180; 122 180; 123 180; 124 180; 125 180; 126 180; 127 180; 128 180; 129 180; 130 180; 131 180; 132 180; 133 180; 134 180; 135 180; 136 180; 137 180; 138 180; 139 180; 140 180; 141 180; 142 180; 143 180; 144 180; 145 180; 146 180; 147 180; 148 180; 149 180; 150 180; 151 180; 152 180; 153 180; 154 180; 155 180; 156 180; 157 180; 158 180; 159 180; 160 180; 161 180; 162 180; 163 180; 164 180; 165 180; 166 180; 167 180; 168 180; 169 180; 170 180; 171 180; 172 180; 173 180; 174 180; 175 180; 176 180; 177 180; 178 180; 179 180; 180 180; 181 180; 182 180; 183 180; 184 180; 185 180; 186 180; 187 180; 188 180; 189 180; 190 180; 191 180; 192 180; 193 180; 194 180; 195 180; 196 180; 197 180; 198 180; 199 180; 200 180; 201 180; 202 180; 203 180; 204 180; 205 180; 206 180; 207 180; 208 180; 209 180; 210 180; 211 180; 212 180; 213 180; 214 180; 215 180; 216 180; 217 180; 218 180; 219 180; 220 180; 221 180; 222 180; 223 180; 224 180; 225 180; 226 180; 227 180; 228 180; 229 180; 230 180; 231 180; 232 180; 233 180; 234 180; 235 180; 236 180; 237 180; 238 180; 239 180; 240 180; 241 180; 242 180; 243 180; 244 180; 245 180; 246 180; 247 180; 248 180; 249 180; 250 180; 251 180; 252 180; 253 180; 254 180; 255 180; 256 180; 257 180; 258 180; 259 180; 260 180; 261 180; 262 180; 263 180; 264 180; 265 180; 266 180; 267 180; 268 180; 269 180; 270 180; 271 180; 272 180; 273 180; 274 180; 275 180; 276 180; 277 180; 278 180; 279 180; 280 180; 281 180; 282 180; 283 180; 284 180; 285 180; 286 180; 287 180; 288 180; 289 180; 290 180; 291 180; 292 180; 293 180; 294 180; 295 180; 296 180; 297 180; 298 180; 299 180; 300 180; 301 180; 302 180; 303 180; 304 180; 305 180; 306 180; 307 180; 308 180; 309 180; 310 180; 311 180; 312 180; 313 180; 314 180; 315 180; 316 180; 317 180; 318 180; 319 180; 320 180; 321 180; 322 180; 323 180; 324 180; 325 180; 326 180; 327 180; 328 180; 329 180; 330 180; 331 180; 332 180; 333 180; 334 180; 335 180; 336 180; 337 180; 338 180; 339 180; 340 180; 341 180; 342 180; 343 180; 344 180; 345 180; 346 180; 347 180; 348 180; 349 180; 350 180; 351 180; 352 180; 353 180; 354 180; 355 180; 356 180; 357 180; 358 180; 359 180; 360 180; 361 180; 362 180; 363 180; 364 180; 365 180; 366 180; 367 180; 368 180; 369 180; 370 180; 371 180; 372 180; 373 180; 374 180; 375 180; 376 180; 377 180; 378 180; 379 180; 380 180; 381 180; 382 180; 383 180; 384 180; 385 180; 386 180; 387 180; 388 180; 389 180; 390 180; 391 180; 392 180; 393 180; 394 180; 395 180; 396 180; 397 180; 398 180; 399 180; 400 180; 401 180; 402 180; 403 180; 404 180; 405 180; 406 180; 407 180; 408 180; 409 180; 410 180; 411 180; 412 180; 413 180; 414 180; 415 180; 416 180; 417 180; 418 180; 419 180; 420 180; 421 180; 422 180; 423 180; 424 180; 425 180; 426 180; 427 180; 428 180; 429 180; 430 180; 431 180; 432 180; 433 180; 434 180; 435 180; 436 180; 437 180; 438 180; 439 180; 440 180; 441 180; 442 180; 443 180; 444 180; 445 180; 446 180; 447 180; 448 180; 449 180; 450 180; 451 180; 452 180; 453 180; 454 180; 455 180; 456 180; 457 180; 458 180; 459 180; 460 180; 461 180; 462 180; 463 180; 464 180; 465 180; 466 180; 467 180; 468 180; 469 180; 470 180; 471 180; 472 180; 473 180; 474 180; 475 180; 476 180; 477 180; 478 180; 479 180; 480 180; 481 180; 482 180; 483 180; 484 180; 485 180; 486 180; 487 180; 488 180; 489 180; 490 180; 491 180; 492 180; 493 180; 494 180; 495 180; 496 180; 497 180; 498 180; 499 180; 500 180; 501 180; 502 180; 503 180; 504 180; 505 180; 506 180; 507 180; 508 180; 509 180; 510 180; 511 180; 512 180; 513 180; 514 180; 515 180; 516 180; 517 180; 518 180; 519 180; 520 180; 521 180; 522 180; 523 180; 524 180; 525 180; 526 180; 527 180; 528 180; 529 180; 530 180; 531 180; 532 180; 533 180; 534 180; 535 180; 536 180; 537 180; 538 180; 539 180; 540 180; 541 180; 542 180; 543 180; 544 180; 545 180; 546 180; 547 180; 548 180; 549 180; 550 180; 551 180; 552 180; 553 180; 554 180; 555 180; 556 180; 557 180; 558 180; 559 180; 560 180; 561 180; 562 180; 563 180; 564 180; 565 180; 566 180; 567 180; 568 180; 569 180; 570 180; 571 180; 572 180; 573 180; 574 180; 575 180; 576 180; 577 180; 578 180; 579 180; 580 180; 581 180; 582 180; 583 180; 584 180; 585 180; 586 180; 587 180; 588 180; 589 180; 590 180; 591 180; 592 180; 593 180; 594 180; 595 180; 596 180; 597 180; 598 180; 599 180; 600 180; 601 180; 602 180; 603 180; 604 180; 605 180; 606 180; 607 180; 608 180; 609 180; 610 180; 611 180; 612 180; 613 180; 614 180; 615 180; 616 180; 617 180; 618 180; 619 180; 620 180; 621 180; 622 180; 623 180; 624 180; 625 180; 626 180; 627 180; 628 180; 629 180; 630 180; 631 180; 632 180; 633 180; 634 180; 635 180; 636 180; 637 180; 638 180; 639 180; 640 180; 641 180; 642 180; 643 180; 644 180; 645 180; 646 180; 647 180; 648 180; 649 180; 650 180; 651 180; 652 180; 653 180; 654 180; 655 180; 656 180; 657 180; 658 180; 659 180; 660 180; 661 180; 662 180; 663 180; 664 180; 665 180; 666 180; 667 180; 668 180; 669 180; 670 180; 671 180; 672 180; 673 180; 674 180; 675 180; 676 180; 677 180; 678 180; 679 180; 680 180; 681 180; 682 180; 683 180; 684 180; 685 180; 686 180; 687 180; 688 180; 689 180; 690 180; 691 180; 692 180; 693 180; 694 180; 695 180; 696 180; 697 180; 698 180; 699 180; 700 180; 701 180; 702 180; 703 180; 704 180; 705 180; 706 180; 707 180; 708 180; 709 180; 710 180; 711 180; 712 180; 713 180; 714 180; 715 180; 716 180; 717 180; 718 180; 719 180; 720 180; 721 180; 722 180; 723 180; 724 180;

Stendhal com paixão



Stendhal

O caro H.B.

A PENAS três pessoas, entre elas Prosper Mérimée, assistiram ao enterro de Stendhal, em Março de 1842. Pelo menos era isso que o autor de *Colomba* garantia no livro que publicou em 1850 sobre o seu amigo. Para nosso prazer, esse breve texto foi reeditado recentemente. Intitula-se **H.B.** e oferece-nos o mais tocante retrato de Henri Beyle. Eis como Mérimée o descreve: «B., original de todas as coisas, não suportava os parvos; tinha um ódio furioso às pessoas que o aborreciam e em toda a sua vida foi sempre incapaz de distinguir os maus dos maçadores». E mais: «Durante toda a sua vida foi dominado pela imaginação e nada fez que não fosse bruscamente e com entusiasmo». Por fim, «Eu nunca o vi que não estivesse apaixonado ou julgando-se apaixonado». Já sabíamos...

Mas Prosper Mérimée explica melhor as características do verdadeiro egoísta: é aquele que considera que a existência não merece, de nossa parte, nenhuma ingratidão e que acho que a paixão, o prazer e a felicidade são os nossos mais imperiosos deveres. Quando nos abandonamos à mesquinhez da prudência devíamos reler Beyle a fim de combatê-la e de ceder aos ímpetos do coração. É esse o único imperativo categórico. A existência merece bem que a gozemos correndo os riscos do desespero. É esta a lição do caro H.B. «É preciso sacudir a vida — dizia ele —, senão ela rói-nos».

A sua ambição de viver dominou quase sempre um dos nossos piores inimigos, o medo, que nos faz parcimoniosos. É por isso que encontramos na obra de Stendhal uma espécie de ligeireza, de alegria que lhe é bem própria, como tão bem observou Ju-



lien Gracq: «Se eu empurrar a porta de um livro de Beyle entro na Stendhália como se chegasse a uma casa de férias».

FRANÇOIS BOTT

*H.B. de Prosper Mérimée. Prefácio de Michel Parfenov. Coleção «Dérives», Ed. Solin, Paris, 54 p., 34 f.

Continua na pág. 2

A aprendizagem de Lucien

E RA obrigatório no ano de Stendhal: **Lucien Leuwen** consta do programa da licenciatura em letras de 1983. E isso valeu-nos, além da bela edição da Imprensa Nacional, a publicação de duas colectâneas de estudos sobre esse romance, «o mais desconhecido de todos os romances de Stendhal», como diz o título da primeira dessas colectâneas. Os estudantes terão aí tudo aquilo que é preciso saber para «passar». Graças a Deus que não temos de impôr-nos esse sacrifício; aqui, bastanos dar uma volta à pista para caracolear livremente ao longo desse grosso livro escrito à hussardo.

A rufos de tambor

Em primeiro lugar, o ritmo. Nietzsche chamava-lhe «napoleónico» falando de Stendhal em geral. De facto, é galopante, é vivo, é conquistador, mas não é militar: é musical à maneira do «presto» da abertura daquele «Casamento à força» de Domenico Cimarosa de que Stendhal tanto gostava. Este ritmo é ritmo da frase, da escrita, mais que da acção e da narrativa. Esta, na qual consiste, segundo Stendhal, toda a arte do romance («o romance é um livro que diverte contando»), avança muito mais lentamente, ao ritmo dos sentimentos do jovem protagonista, que nada avoluma, pois Lucien está apaixonado e é fiel ao seu amor mesmo que o não seja completamente à sr.ª de Chasteller. São as cambiantes desse amor que obedecem ao ritmo sincopado, introduzi-

do na narrativa por súbitas elipses, por finais de capítulo escritos a rufo de tambor, ao passo que a narrativa propriamente dita se perde por vezes nos meandros da política.

Um assassinio ritual

É que em **Lucien Leuwen** há três romances sobrepostos, ou melhor, encaixados, entrançados, como diria Barthes: um romance de amor, uma crónica da Monarquia de Julho, primeiro em Nancy e depois em Paris, e um «Bildungsroman», um romance de aprendizagem.

No seu estudo intitulado **Lucien ou le fils asphyxié**, Philippe Berthier diz com razão que o permanente pano de fundo do livro é a questão da paternidade: é ela que liga os três assuntos, o do amor, o da política e o da aprendizagem da vida. O sr. Leuwen pai, esse rico banqueiro que faz a carreira de Lucien na preocupação constante da sua felicidade, será outra coisa a não ser uma fantasmática inversão de Chérubin Beyle, o detestado pai de Stendhal? O sonho compensatório de Henri Beyle, de um pai que tinha todas as qualidades que no dele se não manifestavam, termina necessariamente num fiasco imprevisto pelo autor mas que o protagonista acaba por compreender: «Sim, o meu pai é como todos os pais, coisa que eu até aqui não fui capaz de perceber; com infinitamente mais espírito e até sentimentos que nenhum outro, nem por isso pretende menos fazer-me feliz à maneira dele e não à minha».

Depois disto, Stendhal não tem senão de fazer de-

saparecer o pai e associar à sua morte uma falência que liberta o filho não somente da tutela paterna mas também daquilo que a simboliza: a fortuna. Lucien encontra-se, finalmente, pobre e livre de amar aquela que o poder de seu pai lhe proibia que amasse, a amante ausente e platónica. Cometido este assassinio ritual (pelo autor), o protagonista pode partir para Nancy e reunir-se à sr.ª de Chasteller. Mas o romance, previsto para ter três partes, suspende-se bruscamente no final da segunda depois de perdido o balanço inicial que era o inconsciente ajuste de contas com o pai. Stendhal larga então **Lucien Leuwen** para escrever a **Vie d'Henry Brulard**, em que defronta o seu verdadeiro pai para finalmente se libertar dele. O romance, porém, é uma ilustração daquilo que Sartre, tão stendhaliano, havia de escrever em **Les Mots**: «Não há bons pais, é esta a regra; não culpemos os homens mas sim os laços de paternidade, que estão podres».

Podridão também no mundo da política que o romance descreve e que se relaciona com a figura do pai. De ideias republicanas — foi expulso da Política por esse motivo —, Lucien é aristocrata pelos gostos e pelo temperamento. Alista-se no exército para provar a si próprio que pode passar sem a fortuna do pai, mas é esta fortuna que o leva a ser recebido em Nancy no ambiente dos ultras, onde se apaixona pela legitimista sr.ª de Chasteller. De volta a Paris, é empurrado pelo pai para o Ministério do Interior, onde faz carreira poncho a sua juventude e a sua energia ao serviço do bom meio, isto é, das intrigas luiz-filipinas, que despreza.

Stendhal com paixão



A aprendizagem de Lucien Leuwen

Continuação da pág. 1

O reinado dos patifes

O romance descreve a política como um fatal reinado da «patifaria», como tão bem mostra Michel Crouzet. Não nos iludamos: **Lucien Leuwen** não é um romance republicano. As tráfalices do regime não são denunciadas em nome de um ideal progressista, são descritas ironicamente, sem ilusões, e, se Lucien é republicano, o que ele incarna é principalmente esta convicção de Stendhal: «Em todos os partidos, quanto mais espírito um homem tem menos ele pertence ao seu partido». **Lucien Leuwen**, sabe-se, é o romance preferido dos independentes, sejam eles de direita ou de esquerda, e este unânime favor lança uma curiosa luz sobre o desprezo que a classe política francesa tem pela política.

Fica o amor. Só se expande na separação. O amor de Lucien pela sr.^a de Chasteller é tanto mais forte quanto mais longínqua, só presente em sonhos, ela está. Como é que Stendhal poderia fazer casar, conforme previsto no plano da obra, esses dois seres que só de longe sabiam amar-se?

Foi isso que também não teve coragem de fazer Jean François, diplomata de carreira que, para seu primeiro romance, escolheu escrever a terceira parte de **Lucien Leuwen** e a publicou com o título **Le Rouge et l'Or**. O exemplo de Jacques Laurent ao

escrever com êxito **La Fin de Lamiel** deu-lhe alento. Mas, infelizmente, não tem nem o mesmo talento nem o mesmo profundo stendhalismo. Para Jean François, as coisas são simples: Lucien «julga» amar a sr.^a de Chasteller. Mas a verdadeira paixão, carnal e espiritual, ia dar-se-lhe a conhecer com uma flamejante condessa carlista, numa Espanha em guerra. É um completo contra-senso stendhaliano. Este romance de amor e aventuras deve mais a Dumas e a Cecil Saint-Laurent que ao **Lucien Leuwen**, que, felizmente, continua por terminar.

MICHEL CONTAT

- * **Lucien Leuwen**, de Stendhal. Texto apresentado e comentado por Anne-Marie Meininger. Ilustrações de Jacques Pecard. Imprensa Nacional francesa, col. «Lettres françaises». Dois vols. encadernados a couro vermelho, 444 e 420 p., 620f.
- * **Le Plus méconnu des romans de Stendhal: «Lucien Leuwen»**, por Ph. Berthier, A.-M. Bijaoui-Baron, M. Crouzet, A.-M. Jaton, A.-M. Meininger, M. Reid, J. Rousset, K.-G. MacWatters, Ch. Weiland, A. Zielonka. Ed. Sedes-C.D.U., col. «Société des études romantiques», 153 p., 82f.
- * **Quatre études sur «Lucien Leuwen»**, de Michel Crouzet. Ed. Sedes-C.D.U., 144 p., 80f.
- * **Stendhal et l'Allemagne**. Actas do Congresso stendhaliano internacional de Braunschweig (1978). Recolha de V. Del Litto e Hermann Harder. Librairie Nizet, 236 p., 149f.
- * **Le Rouge et l'Or**, de Jean François. Editions J.-C. Lattès, 259 p., 70f.

tiros de pistola num concerto

STENDHAL ganhou claramente a sua aposta de que seria ainda lido no século XX. Mas o bicentenário do seu nascimento vem encontrá-lo em situação menos boa que a de outros gigantes do século XIX. É Flaubert quem tem inspirado os maiores críticos dos últimos anos — Sartre, Marthe Robert, Octávio Paz, Vargas Llosa — e que foi tomado por patrono pelos adeptos do «nouveau roman» e, depois destes, pelos da arte considerada como doloroso recurso contra a vida. É para Chateaubriand que se viram os novos românticos, saudosos de tempestades e roupagens.

Porquê este relativo recuo de Stendhal? Estará ele a pagar o preço do seu culto pelos sentimentos etéreos e pela prosa límpida nestes nossos tempos de sexualidade à rédea solta e de caos verbal? Estaremos nós suficientemente parolos para julgar que só há profundidade — entenda-se: material para teses — nas coisas arrebicadas? Como é que se não pressente a ambiguidade da obra stendhaliana por trás da sua famosa clareza? E, principalmente, a respeito daquilo que ela passa por pintar melhor: o coração humano. Essa obra dá dele uma imagem intemporal e universal, como tanto se disse, ou tenderá a mostrar, embora execrando a política, que a sociedade modifica as nossas maneiras de amar a ponto de as fazer inconciliáveis?

Apesar de a história parecer aproximá-los politicamente, Léon Blum e René Andrieu têm, a este respeito, posições muito divergentes.

É, sem dúvida, uma questão de épocas. O ensaio de Léon Blum, agora reeditado por Albin Michel, saiu em 1914 e foi reeditado em 1937 e em 1947. O futuro dirigente da Frente Popular era ainda apenas um valioso enfeite da **Revue blanche**. Observando que Stendhal julga os salões da Restauração pelo lado de fora, Léon Blum, como homem de partido, não entende

o tom de requisição e de revolta que depois viria a ser descoberto. Segundo ele, Beyle não se teria mostrado tão crítico se a sorte o tivesse favorecido mais. Nunca achou que os homens tivessem sido iníquos para com ele. Helvetius evitou-lhe, diz, a enorme parvoíce de pensar que o fracasso íntimo seria uma injustiça e a felicidade um dever da sociedade.

Para Blum, a felicidade, segundo Stendhal, provém de uma inclinação, como, para Saint-Simon, o gosto. O «beylismo» é o contrário de uma reivindicação... balida. Consiste em procurar a felicidade conforme certas regras, como a verdade, sabendo-a inacessível por essência. Hoje dir-se-ia que Stendhal era um desportista. Entre outros preceitos, o autor de **De l'amour** aconselha, não a quebrar as barreiras sociais, que são indestrutíveis, mas a renunciar a amar acima ou abaixo do nível a que se pertence.

Receitas dessas só podem dirigir-se a alguns **happy few**, quer dizer, a uma elite do coração, habitada à espanhola por um altaneiro sentido da sua dignidade interior. Em resumo, a personagem stendhaliana é, aos olhos de Blum, o protótipo do ambicioso mundano que vai partir à conquista do século XIX. Prefigura o arrivista balzaquiano, o professor de energia caro a Barrès e, menos triunfante, em certa medida vexado, o super-homem de Nietzsche.

Para René Andrieu, que já o afirmava em 1975 em **Du bonheur et rien d'autre**, e que hoje o explica percorrendo a vida e a obra de Stendhal, este não cessa de denunciar, mais ou menos abertamente, «o ignóbil baile de máscaras a que se chama mundo».

É verdade que o autor de **Racine et Shakespeare** afirma que qualquer intrusão da política numa obra literária é «um tiro de pistola a meio de um concerto». E abundam as citações do mesmo teor: «A política é uma pedra atada ao pescoço da literatura». «Só me interessa aquilo

que é pintura do coração humano: fora disso, sou nulo».

Mas a palavra «política» é tomada na sua acepção estritamente política. No sentido mais amplo da visão da sociedade, Stendhal é tudo menos indiferente e neutro. Escolheu muito cedo a sua posição: pela justiça, contra os privilégios e contra a hipocrisia. O jovem Brûlard diz-se «desgostoso, para o resto da sua vida, com os burgueses e os jesuítas». Republicano e jacobino declarado, Stendhal pronuncia-se contra a religião: «Deus é a ideia mais útil aos tiranos» (**Le Rouge et le Noir**). Impiedoso para com Chateaubriand, teria provavelmente subscrito as severidades que Marx dedicou ao visconde. O que ele apreciava em Napoleão não era o modelo do êxito, celebrado por Balzac, mas o general Bonaparte a exportar as ideias de 1789. Saudou a sagração de 1804 como uma aliança de charlatães. Embora pintando belas figuras de padres (Chelan, Blanes), sempre desconfiou de uma Igreja que servia de apoio aos poderosos.

Isto quanto ao que hoje se chama compromissos explícitos e circunstanciais. René Andrieu encontrou muito mais: uma série de desmentidos à célebre frase do «tiro de pistola» e a outros protestos de apolitismo. Em **Racine et Shakespeare**, que data de 1823, Stendhal opõe à universalidade que viria a ser-lhe atribuída uma concepção propriamente pré-marxista da sua arte: a literatura depende da ideologia da classe que a produz; não há nenhuma imagem universal do homem, nenhuma imagem que seja independente da época e do sistema social...

Já em 1803 anotava no seu diário: «Não atribuir a pessoas de uma certa classe ideias que só existem noutra». E interrogava-se: «As pessoas do povo falam da felicidade como nós a entendemos?». Numa carta a M. Spritch, explica o «mal do século» como um simples «efeito da ociosidade». E chega mesmo a arriscar profecias es-

pantosas e sugestões interessantes, como «os ricos terão dentro em breve de procurar a sua segurança na ausência de desespero dos pobres» ou «um imposto progressivo diminuirá o número de crianças que morrem por falta de carne».

As personagens dos seus romances não são menos lúcidas. Julien Sorel dá mostras de uma exasperada consciência de classe. Nunca esquece as suas origens populares e sente-se plebeu humilhado perante a sr.^a de Rénal, que olha como inimiga de classe. Mais tarde, indigna-se por nenhum homem do seu mundo figurar entre os jurados que são convocados para julgar o seu crime, um drama da revolta solitária e condenada a falhar por ser solitária.

Lucien Leuwen mostra uma raiva social comparável a essa. Ao ver o ar «miserável e espancado» dos camponeses, exclama: «Ai está a bela França!». E noutro local resume o seu destino: «Eu, plebeu e liberal, só pela resistência posso ser alguma coisa no meio de todas estas vaidades».

Isto são os móveis confessados, as consciências claras. Mas há também tudo o que a literatura mostra em segredo, sem o autor dar por isso ou até contra a sua vontade. «Quanto mais ocultas ficaram as opiniões políticas — escreve Engels —, melhor será para a obra de arte». Tudo foi já dito sobre as armas dadas aos seus adversários pelo conservador Balzac com o seu fortíssimo realismo.

René Andrieu encontra no conteúdo implícito da obra de Stendhal uma significação política constante: o homem só pode ser feliz quando é desprezado e só pode escapar ao desprezo se aceitar uma regra do jogo baseada na injustiça. **Lucien Leuwen** parece ao militante comunista uma das mais violentas análises da sociedade dominada pelo dinheiro, uma análise muito próxima de Marx nas **Lutas de classes em França**. Até Ar-

mance é uma feroz crítica dos costumes políticos de Paris em 1827. A acusada número um de todos os romances é a sociedade, mal formada como tal conhecida. O egoísmo é apenas uma maneira de lhe resistir individualmente, com os meios disponíveis. A moral é denunciada, na sua pretensão de universalidade, como um meio de pressão dos privilegiados sobre os espíritos e os corações.

Mesmo quando não são designadas explicitamente, as diferenças de meios sociais são sensíveis. Nenhum eu profundo lhes escapa. Também este pano de fundo, e principalmente ele, permitiria uma leitura marxizante de Stendhal...

René Andrieu aplica ao seu autor predilecto as mesmas grelhas explicativas que Barbéris aplica a Balzac, mas como inimigo dos sistemas, como **dilettante**. Diz que recebeu lições de felicidade em Beyle como em Malraux recebera lições de comprometimento: vê-se bem, e prova que os livros deixam os leitores livres nas suas reacções — mais que qualquer outro modo de expressão: Já se viu um filme ou uma emissão de televisão decidir de uma vida?

Aviso aos anticomunistas, primários ou não: além de também ter dois braços e duas pernas, um comunista é capaz, imagine-se, de apreciar o estilo de Stendhal, esse estilo do qual Gide, citado por Sartre (também ele deslumbrado), dizia com tanta graça que «nem mesmo tem tempo de se calçar para correr». Um redactor-chefe de **L'Humanité** sabe o que isso significa: gosta de viver alegremente, como a sr.^a d'Hocquincourt do **Lucien Leuwen**, e deseja morrer — como Beyle mandou escrever na campa — «milanês», quer dizer, livre, plenamente livre, nas suas paixões!

BERTRAND

POIROT-
DELOPECH

- * **Stendhal et le beylisme**, de Léon Blum. Albin Michel, 250 p., 59f.
- * **Stendhal ou le bal masqué**, de René Andrieu. Lattès, 262 p., 85f.

«O Med de e a lição

A

recente publicação da tradução portuguesa de **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II** (volume I, Publicações D. Quixote), uma das obras fundamentais da historiografia moderna, constitui relevante acontecimento cultural.

Tributário dos geógrafos franceses das primeiras décadas do nosso século, que inauguraram, com as suas monografias regionais e locais, uma geografia humana de tipo novo, com profundas consequências nas ciências humanas em geral e na investigação histórica em particular, o belo livro de Fernand Braudel, ambiciosíssimo e monumental, opera uma espécie de «transferência» da geografia humana à história económica e social, com os seus estudos sobre a paisagem agrária, a boa ou má fortuna das culturas com que os homens procuraram transformá-la, os climas, as doenças, as atitudes, os comportamentos.

Braudel constrói um «modelo» — mais tarde desenvolvido e aperfeiçoado nos três volumes de **Civilização Material e Capitalismo** — assente em dois registos históricos: o da «civilização material» e o da «civilização económica». O primeiro registo desenha o mapa de uma espécie de geologia da história constituída pela vida material; é a zona da longa duração e da persistência «inercial», apenas aflorada por movimentos lentos próximos da velocidade-zero, «quase fora da história», que serve de alicerce e irriga através de mil meandros a totalidade do edifício histórico.

Neste plano, situa-se o «quotidiano inconsciente», quase inerte, não económico, onde as personagens são os grandes números, as massas anónimas, os hábitos inveterados que recusam projectos, inovações, transformações. É o nível «biológico» da história, feita de pequenos aconteci-

FERNAND D

O MEDITE
e o Mundo Me
VOL



Mediterrâneo» de Braudel ção dos «Annales»

mentos, insignificantes considerados isoladamente, mas cuja repetição ao infinito forma o cimento e a estrutura da vida quotidiana, constituindo a série da longa duração.

O segundo registo fornece a estrutura temporal do modelo, reordena-lhe o material cronologicamente, estabelece a participação das diversas regiões no processo económico, com os seus ritmos, ora lentos, ora acelerados, marca-lhe o compasso das pulsações, os tempos das expansões e das contracções. O teatro económico mundial readquire a sua ordem diacrónica, onde as personagens, em fila, recitam o papel que lhes coube, das economias de dominante urbana, como Veneza ou Amesterdão, às economias arcaicas, encerradas no repetitivo fluir das estações, como a das grandes montanhas mediterrânicas, «hóteis à história, «aos seus encargos como aos seus benefícios».

Trabalho de grande complexidade, sustentado por uma sábia arquitectura, construído com prodigiosa imaginação historiográfica levado a cabo com minúcias de ourives e uma atenção escrupulosa aos mais pequenos pormenores, esta obra de Braudel testemunha o excepcional talento de historiador de um dos fundadores daquela **história nova** cujos precursores foram Marc Bloch e Lucien Febvre.

Dessa **história nova** Braudel foi e é um dos teóricos mais lúcidos, acolhendo e activando em **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II** todos os pressupostos científicos da nova maneira de escrever história: desde o drástico redimensionamento do **evento** como «dado» fundamental da reconstrução histórica até à relação operativa entre investigação histórica e presente. História «total», «à part entière» que renuncia à explicação monocausal, rejeita a parcelização do homem histórico em «homo oeconomicus», «religiosus», «politicus», e se constrói em estreita

relação com as ciências sociais.

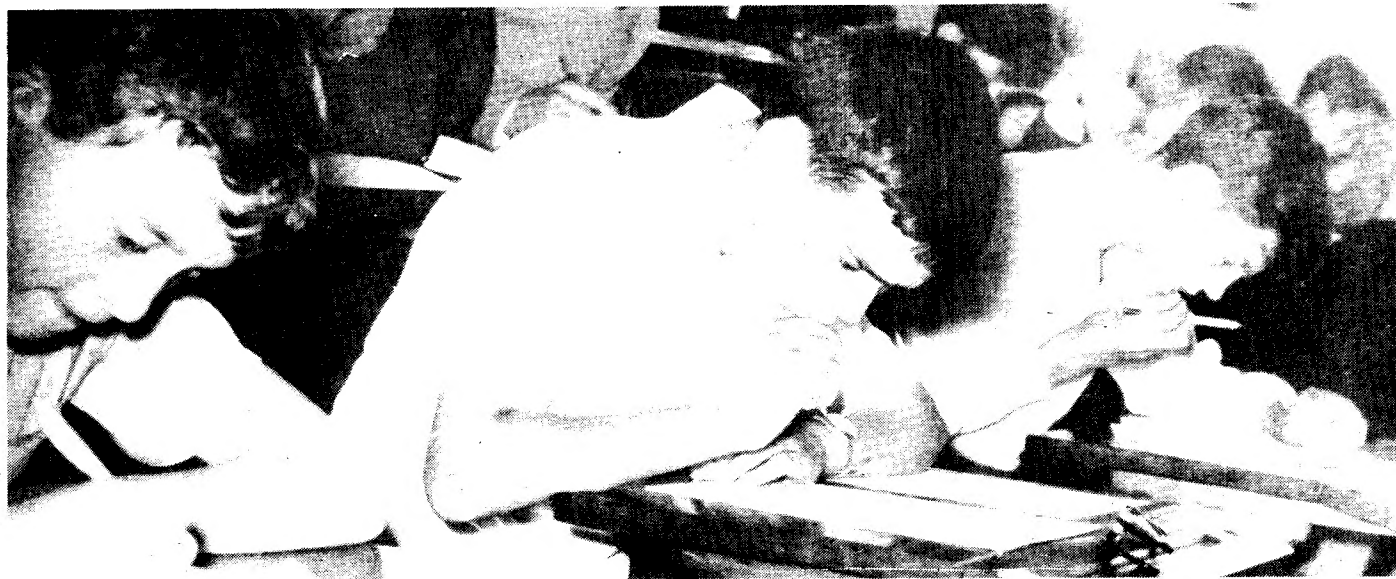
Para Braudel, e a esplêndida literatura deste volume comprova-o, não existe história senão da globalidade; se se isola um sector não se consegue compreendê-lo verdadeiramente. Reside aí a inovação do seu modo de pensar e escrever história: a longa duração em vez do tempo breve, a continuidade das estruturas em lugar da novidade dos acontecimentos, a organização dos temas históricos em conjuntos mais vastos e a sua dissolução em componentes mais pequenos, o recurso às outras ciências do homem.

A pedagogia dos **Annales**, primeiro com Bloch e Febvre, e depois com Braudel foi a confirmação constante de que não se pode ser historiador se não se faz geografia, demografia, economia, antropologia, politologia, etc., transformando a investigação historiográfica numa rede de múltiplas interdependências, espécie de polifonia de factores que se vão iluminando uns aos outros na «recuperação» do passado, com a perspectiva de uma nova ideia no «tempo histórico» que inverte as habituais hierarquias e coloca em primeiro plano as estruturas profundas, as infinitas inércias materiais e culturais onde se dissolvem os **acontecimentos** da política, os projectos racionais e até a consciência que os homens julgam ter daquilo que vão fazendo. Por outras palavras, para Braudel e para os fundadores dos **Annales**, o mais importante não é o «événementiel», o excepcional, o espectacular, mas o quotidiano.

Estabelecido o primado do quotidiano, reencontram-se níveis de funcionamento da sociedade que estabelecem novas hierarquias do real, no âmbito de uma dupla problemática: a económica e social (modos de produção, mercados, luta de classes) e a do poder, noção mais recente que ajuda a entender, na acção dos homens, dos grupos, das categorias sociais, o que está em jogo e através de que práticas se procura dominar, «ter poder». Trata-se de uma forma nova daquilo a que poderia chamar-se antropologia histórica da política, não reduzida às suas manifestações superficiais (tratados, batalhas, eleições parlamentares), mas procurada em profundidade nas relações de poder.

Neste livro de Braudel encontramos-nos perante um quadro apaixonante de vida material, feito de espaços e tempos simultaneamente próximos e longínquos, cidades populosas, tráficos, portos marítimos, odores, ruídos, tudo ligado por uma vontade de explicação total dos sistemas humanos, numa perspectiva histórica de longa duração e através de uma prática extraordinária da interdisciplinaridade: é todo o conjunto das ciências sociais que se vê chamado a iluminar a história da humanidade.

ERNESTO SAMPAIO



Os video-livros estão à porta

Ramiro S. Osório

ANTES de lhe abriremos vejamos quem são eles, quem poderão vir a sê-lo, o que não quereríamos que fossem.

O que é um video-livro? Em princípio, uma forma de expressão audiovisual, que nos dará a ouvir palavras e outros sons e nos dará a ver imagens de palavras e não só. Quais a sua forma e modo de emprego? Video-cassetes difundidos pela televisão ou utilizáveis em qualquer sistema video. «Target group» visado: a infância aprendiza de leitura.

Actualidade do assunto: O IV Encontro de Literatura para Crianças promovido pela Fundação Gulbenkian.

Na sessão de encerramento desse encontro, o escritor Carlos Correia considerou o video-livro como uma resposta ao desapego da leitura e ao fascínio da imagem televisiva. Para reforçar o seu ponto de vista, apresentou um esboço de três video-livros, após ter sublinhado o carácter artesanal do empreendimento e as dificuldades técnicas inerentes à primeira abordagem de um meio de expressão novo entre suas mãos.

Aplaudo a posição pioneira de Carlos Correia, e acrescentarei

que o amadorismo do material visionado não foi de nenhum modo barreira à leitura do projecto. A questão que levantarei nada tem a ver com a eventual inépcia do «modus faciendi», mas com o que quis ser feito, com a própria ideia de video-livro patente nos exemplos apresentados — reprodução video de textos intercalada com imagens que os ilustram através do mais fiel dos parabelismos.

Será talvez conveniente, no limiar do que será o video-livro, debater as suas coordenadas, tentando evitar que ele resulte um «ersatz» de livro e do filme.

Ousaria perguntar: Foram os filmes mudos os primeiros video-filmes?

Não. Quem se lembra que o cartão antecedendo o aparecimento de Siegfried dizia: «Era uma vez um príncipe lindo como os amores». Mas todos recordamos a aura cinzenta que banhava os Nibelungen.

Exagerando, creio que seria um erro depositar o desejo de amor da leitura em híbridos objectos que herdariam dos seus antecessores os defeitos em vez das qualidades. A saber: a perda do imaginário que a literatura alimenta através precisamente da ausência de imagem e o **ganho** da imagem pleonástica

de que todo um cinema se está a libertar. Não há cinema narrativo que esteja, na essência desirmanado da culturalmente repudiada fotonovela.

Quem se lembrou de adaptar ao cinema um concerto de Mozart? Quem se lembrou de adaptar à música uma escultura de Moore? Quem se lembrou de adaptar à escultura um filme de Garrel?

Felizes as palavras que ninguém se lembrou de adaptar ao écran. Esse **esquecimento** é o garante de elas não serem portadoras de outro anedótico que o literário.

Após os «travellings» de Nevers que falam de Hiroshima, dos trabalhos de Godard sobre imagem e som, da ausência total de paralelismo entre o texto de India song e as imagens de son Non de Venise Dans Calcutta Désert, seria impossível voltar às Maravilhas da Natureza, intercalar-lhe cartões (reproduzindo texto que em Walt Disney era já ouvido em simultâneo com a imagem) e chamar-lhe um video-livro. além de tudo o mais, só a falta de economia representava pela não utilização «off» da palavra significaria, em si, um retrocesso em relação ao audiovisual instaurado pelo advento do sonoro.

Alguém criticou o Exodus de Preminger por utilizar uma linguagem anterior aos factos narrados. Possam os video-livros escapar a equivalente crítica. Que se utilize com maestria a dupla fonte informativa que o audiovisual fornece. Só Richard Nizon parava quando pensava, incapaz de fazer duas coisas ao mesmo tempo.

Que não pareça descabido invocar Resnais, Godard ou Duras, a propósito de video-livros destinados à infância. Anseio apenas que lhe sejam fornecidos produtos bafejados por uma imaginação comparável à que levou à descoberta de técnicas permitindo a existência de video-livros.

Lançarei mais uma última hipótese de alerta. Conseguirão os video-livros dar o gosto de ler? Ou o de videar? Não acontecerá que para quem não gosta de ler virão os textos intercalados a funcionar como a publicidade que na nossa televisão atravessa Orson Welles e a telenovela? Não há amador desses géneros que reclame um canal exclusivamente publicitário.

Há religiões que para se manterem de pé abdicam, um a um, dos seus dogmas. O que fica é outra coisa. Não desejo esse fim para a literatura. Preferiria morrer de pé.

Dinâmica subtil

António Ramos Rosa

O QUE O SILÊNCIO NÃO DIZ

O que o silêncio não diz e permanece intransferível raiz do espaço. Vislumbre que se prolonga sem fulgor. Latência viva que não estala e inicia.

LENTO EQUILÍBRIO

Impenetrável germen que adormece no livre abandono de uma pálpebra. Lento equilíbrio que suporta o súbito vagar do ar.

NA MORADA ÍNTEGRA

No abrigo idêntico ao intacto aceso, habitando o esplendor da nudez material. Sentir a morada íntegra, primeira sobre o suporte imperscrutável.

NA CONJUNÇÃO RADIOSA

Na conjugação radiosa do habitar as distâncias que fluem no nunca afirmado esplendor de rajadas sedentas e solares

NÃO QUERER NA ESPERA

Não querer na espera até ao tácito oculto que interroga. Aquear-se entre os arcos de água até ao fundo e nascer flexível signo.

NO VAZIO DO INSTANTE

O que súbito no vértice reconhece o vazio navegável do instante.

O INTACTO ARCANO

Já não há desespero onde desperta o sabor da atenção. A vigília abre a estância à cabeleira clara. Suave é a sombra do intacto arcano.

GENEROSA É A LENTIDÃO

Generosa é a lentidão que rasga o gesto que suporta de frente a dimensão propícia do vazio. O fundo pronuncia um animal de ternura.

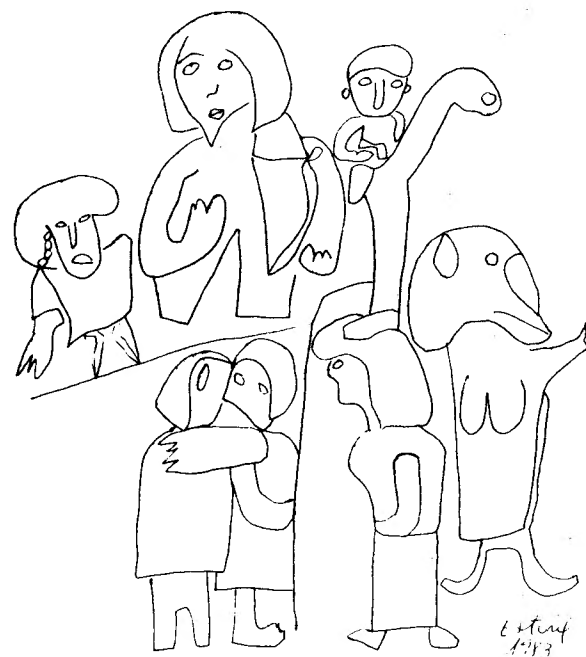
SABOREAR A ALTERIDADE

Saborear a alteridade na múltipla divagação de formas silenciosas. Textura plural a partir da ruptura donde nasce o movimento inicial.

BRAUDEL
MEDITERRÂNEO
Mediterrânico
VOL I

Dois poemas

de Fernando Grade



PARA mim, pacato, ao cair das tardes,
Lisboa não passa de uma rua interior,
sala de flores secas e cardos,
e a rua é uma velha
com caixilhos nos olhos a ver a rua,
uma janela onde o vento pode ser vermelho ou boreal
ou cilíndrico como os olhos das virgens
e dos ofídeos – ou gelado. Rua da velha,
a gemer coitas. Rua sem outros gerânios
que estes ombros ávidos de quem fuma:
ossos bonitos coloridos de frio;
mas tudo tão inesgotável e doce
que me sinto aqui a descer a colina
de Montmartre
ou moço fardado de pescador
– dono da terra nua, dos goivos e
dos corais.

PENSO na primeira noite que dormi fora de casa.
Não digo. Emendo: raparigas são arcas moveáveis
como favos de mel. Por esse tempo ainda não me
tinha apercebido que era um cinico superior. Alguém que,
embora novato, jogava com os sítios festivos e as datas e
as pessoas dentro deles como se fossem cabaia ou
madeira queimada. Os meus rasgos brilhantes e dissimu-
lados ainda não constituíam profissão. Estava a ganhar
coragem para fazer explodir ferrolhos e murmurar miste-
riosamente:

– O meu ofício é ser Fernando Grade.

Era assim um bicho perito em deteriorar paisagens.
Aparecia cada vez mais perto dos animais sonoros e
longínquo das carretas. Não andava longe da dentada do
rato. Mas sempre fugido das almas bucólicas. Tinha um
pássaro tão rente à boca que parecia morango. E os
navios – calmos – passavam ao longe.

II

ASSUSTA-ME que os lobos desçam a escada
e roam o coração da velha.
Que vão depois os meus olhos pastar?

ALMA BURRA

«Que Deus desconhecido se anuncia?»
(Afonso Duarte)

TENHO vocação para as pequenas geografias,
para essas pedras que saltam de dentro da paisa-
gem

e vêm às estradas acenar beijos
(à imagem de quem distribui confeitos numa boda)
a quem passa carregado de uvas e de morte.
Todas as pequenas geografias são suspeitas
como o vício das parábolas.
Ou melhor: como a noite, o cancro e o amor.

CARBONIZADO por anões e outros pescadores ambi-
guos, penso na última loucura que me coube. A memória
é uma roseira onde os enigmas e os negócios de areia
parecem fungos. As águias ocuparam, na minha vida, a tarde
toda. Era pelos morangos dentro, até ao cair da noite, aos
nervos anotecidos sob os ombros. Dizem-me que os adolescen-
tes domesticam águias e que para eles as pedras são sempre
cedo e dolorosas. Nenhum sinal de fogo ou vidro rasgado
assusta estes adolescentes ávidos de nevoeiro.

Teimo em habitar o escuro das florestas.

Tenho facas preparadas para o meu ofício. Chamo-me terra
e vinho e guelras de pomba. Sou pouco substituível, porque
mostro o letárgico das mãos, exibo-as sempre abertas e recur-
vas ao medo e à confusão. Os fungos sobem pelos nossos
olhos. As águias são aves navais. E a noite rasa? E a tarde a
explodir por beijos de álcool?

O meu ofício é ser eternamente Fernando Grade.

De paisagens sei o suficiente: a parábola repete-se viciosa,
isto é: raparigas são arcas moveáveis como favos de mel. E é
por isso que sou o único dono dos mistérios.

AS LETRAS EN DIA • AS LETRAS EN DIA • AS LETRAS EN DIA • AS LETRAS EN DIA

«PORTUGAL, ANOS QUARENTA» é o novo livro de Luís Francisco Rebelo. Trata-se de uma peça. Diz o autor numa «Advertência» ao leitor: «O texto que vai ler-se não corresponde exactamente ao do espectáculo que, com o mesmo título, e por iniciativa de Carlos Wallenstein, foi apresentado nos átrios da Fundação Calouste Gulbenkian, de 16 a 20 de Abril de 1982, e se propunha ser o complemento vivo, a ilustra-

ção animada da exposição sobre os anos 40 portu-
gueses, que ali esteve patente desde 30 de Março. Deve-se
isso a várias razões: dificulda-
des técnicas (...), a duração do
espectáculo (que não deveria
ultrapassar duas horas) e o

capricho do encenador (que
privilegiou as citações de tre-
chos musicais e quadros de
revista, multiplicando-os, em

prejuízo da unidade e equi-
líbrio do projecto inicial). É esse
projecto que, expurgado des-

ses excessos e revisto à luz
dos ensinamentos oferecidos
pelo espectáculo acabado,
aqui se entrega ao leitor.» (...) E pronto: aqui tem o leitor a
lealdade de uma apresenta-
ção e de um livro que certa-
mente o vai interessar e até
divertir. Editorial Caminho, in-
tegrado na colecção «O
campo da palavra». A tempo
ainda: este livro obteve o
«Prémio Especial da Associa-
ção Portuguesa de Críticos-
-82».

NAS «OBRAS DE AFONSO RIBEIRO», editadas por
Livros Horizonte, apareceu agora um segundo título:
«África Colonial». Anteriormente, aquela casa editora
publicara «Os comedores de fome». «África Colonial» é
um livro de contos. Lê-se na contracapa que Afonso
Ribeiro é, entre nós, «um dos credenciados cultores
deste género literário, aparentemente tão fácil e, no
fundo, tão ericado de inesperadas, quanto reais dificul-
dades». E ainda: «Directo e objectivo, um dos predica-
dos dos seus trabalhos reside, precisamente, na singular
economia de meios que o autor utiliza na sua feitura». E
também: «África Colonial» reveste-se de aspectos que
podemos considerar, se não ímpares, pelo menos
pouco comuns na nossa literatura». O livro compreende
um glossário, obviamente útil para a compreensão de
determinados termos africanos. Diga-se que a primeira
edição deste livro foi publicada no Maputo e a sua distri-
buição limitou-se exclusivamente a Moçambique.



obras de
AFONSO RIBEIRO

Ernesto José Rodrigues
A Flor e a Morte

LIVROS HORIZONTE

Bico d'Obra

«A FLOR E A MORTE», de Ernesto José Rodrigues,
lançado nos escaparates pela editora Bico d'Obra, é um
livro de contos que merece leitura, até porque o autor já
nos habituou à arte de escrever, isto é, de dizer coisas, de
transmitir momentos da vida na elaboração dos dados (e
que são muitos) que a própria vida lhe proporciona. No
campo da poesia, já nos ofereceu «Para Ortese: varian-
tes», que a crítica recebeu bem – e no da prosa deu-nos
«Várias Bulhas e Algumas Vítimas», livro que Urbano
Tavares Rodrigues considerou como contendo um «dis-
curso múltiplo, cruzado, irónico, irreverente e envolvente,
com sabor a terra transmontana...». Temos agora «A Flor
e a Morte», que uma leitura oportuna proporcionará uma
nota mais precisa. Diga-se que o livro acima apontado,
«Várias Bulhas...», vem incluído neste volume. Uma
questão de arrumo, mais nada. Bem, vamos ler «A Flor e
a Morte», quase trezentas páginas, e digamos depois
qualquer coisa. As noites vão frias, com as ruas molha-
das, e a leitura cai bem, aquece, explode em luz.